

REVISTA  
[ ● ● ● ]  
TRÊS PONTOS

■ CENTRO  
■ ACADÊMICO DE  
■ CIÊNCIAS SOCIAIS  
■ DA UFMG

Ano 13, N. 1  
Jan/Jun 2016  
ISSN: 1808-169X  
e-ISSN: 2525-4693

**DOSSIÊ** **Múltiplos olhares sobre gênero:** relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho, identidades e orientações sexuais

Akino Takeda  
Caio Jardim-Sousa  
Carla Julião da Silva  
Fernanda Pereira de Araújo  
Idylla Silmarovi  
Jennifer Stephanie Cardoso dos Santos  
Jéssica Suelen Dionísio  
Luiza de Oliveira Monteiro  
Marcos Martins Ribeiro Jr  
Mayara Ferreira Mattos  
Murilo Bernardino Polato  
Priscila Williams  
Tamires Fraga Martins  
Tito Loiola Carvalhal  
Willians Alexandre Bueso da Silva  
Yumi Garcia dos Santos



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e políticoideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas, ensaios e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

**EXPEDIENTE REDAÇÃO:**

REVISTA TRÊS [...] PONTOS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG - Sala 4214.  
Pampulha - CEP 31270-000. Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.  
revistatrespontos@gmail.com  
www.revistatrespontos.org

**EDITORIA-EXECUTIVA:**

Ismael Deyber Silva (Discente - UFMG)

**EDITORIA-ADJUNTA:**

Maurício Sousa Matos (Discente - UFMG) | Bruna Barradas Cordeiro (Discente - UFMG)

**CONSELHO EDITORIAL**

Aline Beatriz Miranda da Silva (Discente - UFMG)  
Ana Bárbara Gomes (Discente - UFMG)  
Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG)  
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)  
Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG)  
Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG)  
Flora de Paula Gonçalves (Discente - UFMG)  
Júlia Moreira de Figueiredo (Discente - UFMG)  
Maria Luiza Moreira Duarte (Discente - UFMG)  
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)  
Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG)

**COMITÊ ORGANIZADOR:**

Akino Takeda  
Caio Jardim-Sousa  
Marcos Martins Ribeiro Jr  
Profa. Yumi Garcia dos Santos

**CONSELHO CONSULTIVO:**

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan /EUA)  
Prof. Cícero Araújo (USP)  
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)  
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)  
Prof. Ivan Domingues (UFMG)  
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)  
Prof. Mareei de Lima Santos (UFRN)  
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA | PNUD)  
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)  
Profa Neuma Aguiar (UFMG)  
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)  
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)  
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

**PROJETO GRÁFICO:** Arthur Senra

**DIAGRAMAÇÃO:** Thomás Mota (Diverso Design) e Vinícius Theófilo

**CAPA:** Ingrid Sá Lee

**REVISÃO:** Rodrigo Vianna de Almeida

**FICHA CATALOGRÁFICA:** Biblioteca Fafich - UFMG

**IMPRESSÃO:**

**TIRAGEM:**

**CIRCULAÇÃO:** Novembro de 2017

**INDEXAÇÃO:** Portal de Periódicos da ANPOCS, Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral, Portal de Periódicos da CAPES, Sistema de Bibliotecas UFMG, Portal de Periódicos da UFMG, Diadorim, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Directory of Research Journals Indexing (DRJI), Google Acadêmico e Latindex.

**QUALIS/CAPES:** B4 para Antropologia/Arqueologia; B4 para Interdisciplinar; B5 para Ciência Política e Relações Internacionais; B5 para Sociologia; B5 para Educação; B5 para História.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM PRODUÇÕES ASSINADAS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos: revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG.  
- Ano 13, n. 1 (jan 2016/jun 2016) - Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. - Belo Horizonte: 2017.

V. ; 30,5 cm. Semestral  
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/UFMG  
ISSN: 1808-169X | e-ISSN: 2525-4693

1. Teoria social - Periódicos 2. Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia  
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título

# Sumário

Apresentação do Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero

3

**Contribuições da temática de gênero para o estudo das sociedades**

Akino Takeda, Caio Jardim-Sousa, Marcos Martins Ribeiro Jr e Yumi Garcia dos Santos

Artigos

5

**Epistemologia e Feminismo**

Priscila Williams

12

**O conceito de patriarcado nas análises das relações de gênero: uma contribuição feminista**

Fernanda Maria Caldeira de Azevedo

21

**Descolonização dos feminismos latino americanos e caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça**

Fernanda Pereira de Araújo e Mayara Ferreira Mattos

27

**Articulando gênero e raça: algumas críticas do feminismo negro ao pensamento feminista hegemônico ocidental**

Jennifer Stephanie Cardoso dos Santos

35

**O Matriarcado e a Resistência das Mulheres Negras em (com)unidades Baianas: dos Quilombos à Periferia**

Tamires Fraga Martins e Tito Loiola Carvalhal

46

**Arrumando a casa: novos arranjos familiares e o trabalho doméstico**

Carla Julião da Silva e Willians Alexandre Buesso da Silva

55

**Legislação e discriminação por orientação sexual em São Paulo: mobilizações em torno da Lei 10.948/01**

Murilo Bernardino Polato

Ensaio

61

**Performatividades e o existir a partir do (não) gênero**

Luiza de Oliveira Monteiro

Manifesta

67

**De uma artista que grita**

Idylla Silmarovi

Ensaio Fotográfico

68

**"Kbure mē" - Mulheres Xacriabás da Caatiguinha**

Akino Takeda e Jéssica Suelen Dionísio

Entrevista

78

**Gênero, uma multi-disciplina: entrevista com Yumi Garcia dos Santos**

Akino Takeda, Caio Jardim-Sousa e Marcos Martins Ribeiro Jr

# Contribuições da temática de gênero para o estudo das sociedades

## **Akino Takeda**

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

### **Contato:**

akinetakeda@gmail.com

## **Caio Jardim-Sousa**

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

### **Contato:**

caio.lujaso@gmail.com.

## **Marcos Martins**

### **Ribeiro Jr.**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais

### **Contato:**

marcos.cs.mrj@gmail.com

## **Yumi Garcia dos**

### **Santos**

Professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP

### **Contato:**

yumigds@uol.com.br

Embora a definição de "gênero" e o surgimento de uma área acadêmica voltada para esta reflexão sejam relativamente recentes no mundo lusófono, as discussões dedicadas à condição da mulher na sociedade, às relações de gênero e os processos sociais que interagem com este campo teórico têm experimentado uma rápida aceitação da comunidade acadêmica, em grande parte devido ao potencial que as reflexões deste campo têm mostrado em várias áreas e disciplinas acadêmicas como a Antropologia, a Arqueologia, a Sociologia, a Ciência Política, a História, a Demografia, a Psicologia e muitas outras. As questões acerca das construções social, cultural e histórica das categorias masculino e feminino têm sido objeto de preocupação crescente não apenas no meio acadêmico, mas também para além dele.

O destaque dos movimentos feministas em manifestações de grande escala - possibilitando uma maior vocalização de suas demandas em espaços inespecíficos - têm sido grandes propulsores para a introdução desta reflexão em espaços diversos como a mídia, a política, o jornalismo, a escola e espaços alternativos de sociabilidade, como a Internet. Esta também é responsável pela potencialização das conexões mundiais e do estabelecimento de redes de intensa troca teórica e prática entre feministas e estudiosas/os de todo o mundo, amplificando vozes historicamente marginalizadas e modificando tradicionais concepções sobre gênero, sexualidade, sociedade e poder. Consensos atingidos até certo ponto são rapidamente transformados conforme a incorporação de diversas perspectivas sobre o mesmo fenômeno e o acréscimo de novos pontos de vista baseados em experiências multímodas.

Dentro das Ciências Humanas, a categoria gênero tem muito a contribuir. Seja por meio de pesquisas práticas ou reflexões filosóficas e teóricas, esta esfera tem dado conta sobre como a realidade social é construída e como estruturas sociais podem ser refletidas por fenômenos específicos aos quais certos campos não prestam muita atenção. Assim, Carla Julião da Silva e Willians Alexandre Buesso da Silva conduzirão questões sobre trabalho e arranjos familiares a partir da vivência de empregadas domésticas da cidade de Marília/SP, artigo no qual podemos ver a materialização de relações sociais que misturam instituições familiares com a questão do trabalho, trazendo uma contribuição teórica-histórica realizada com base no conceito da divisão sexual do trabalho. Já Murilo Bernardino Polato nos apresenta uma im-

portante análise sobre a legislação no estado de São Paulo que impôs penalidades à prática de discriminação em razão de orientação sexual, demonstrando como as legislações que versam sobre a comunidade LGBT têm contribuído para a defesa desta população e como garantia de acesso ao direito.

Novas categorias analíticas que são agora abundantemente utilizadas nas Ciências Humanas são diariamente ampliadas e aprofundadas devido às discussões emergentes deste campo de estudo ou através do debate político feminista, que buscam transformar dados sociológicos em ferramentas para compreender e transformar o mundo no qual as mulheres e os homens vivem. A interação entre estas duas perspectivas é também essencial para o desenvolvimento dos estudos em questão, que devem muito de sua origem ao trabalho de mulheres advindas de diversos panos de fundo políticos. A relação entre feminismo, mulheres e ciência é discutida por Priscila Williams a partir da epistemologia feminista, onde veremos o surgimento da crítica do movimento feminista às formas de se fazer ciência.

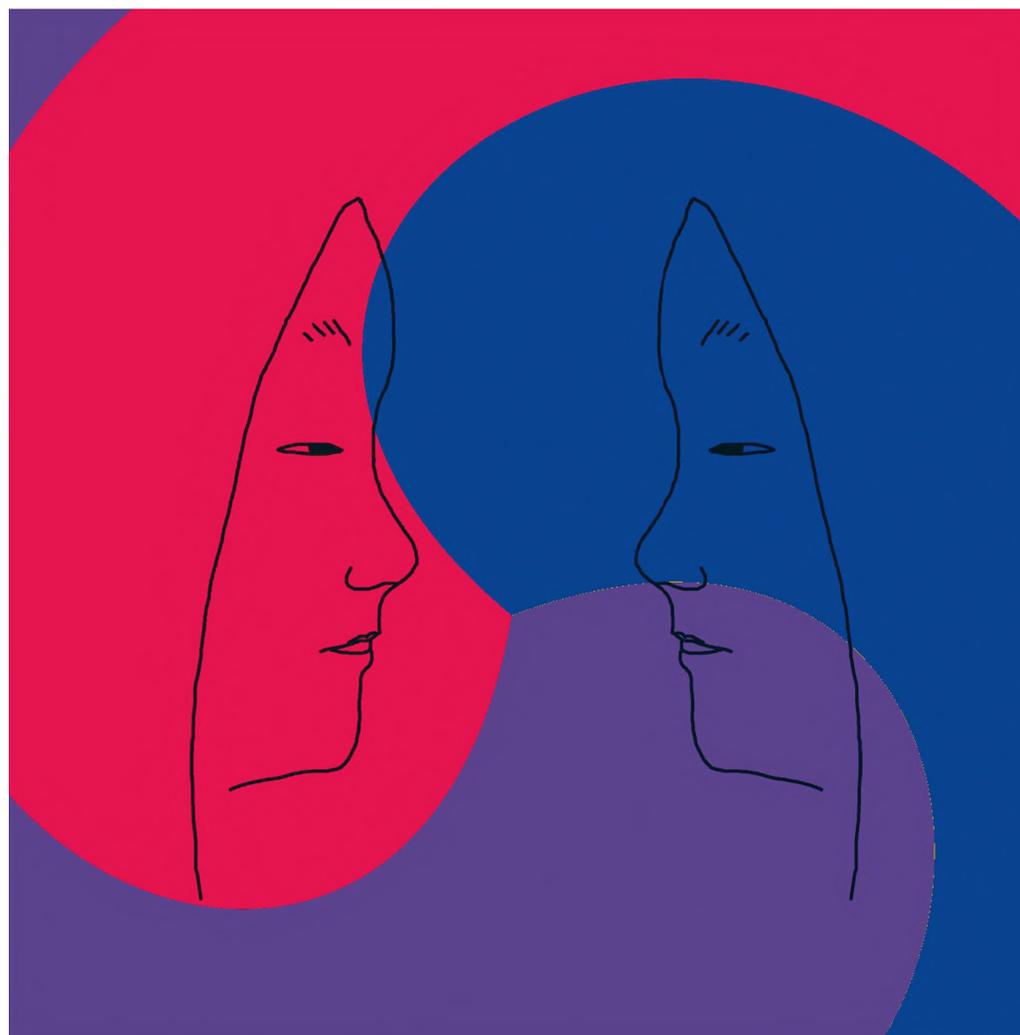
Igualmente, conceitos como divisão sexual do trabalho, desigualdade e discriminação entre homens e mulheres, homo e transfobia, direitos das mulheres, participação política feminina e vários outros são utilizados em agendas políticas debatidas por diferentes organizações internacionais e governos graças à consolidação do campo dos estudos de gênero e o diálogo internacionalmente tecido. Outro conceito fundamental para a análise, o patriarcado, tem seu debate apresentado por Fernanda Maria Caldeira de Azevedo em seu artigo nesta revista. Não obstante, nem todos os conceitos e teorias são rígidas. Dentre as diversas perspectivas e múltiplas abordagens que contribuíram e continuam a contribuir com a revisão das principais teses feministas, temos aquelas contribuições dos movimentos que interseccionam a temática central deste dossiê com outros aspectos, tais como raça, classe, geração, sexualidade, geografia etc. É a partir destas novas premissas que Fernanda Pereira de Araújo e Mayara Ferreira Mattos constatarão algumas críticas que o pensamento decolonial na América Latina não se restringe em pesar por meio de perspectivas feministas. Se já existem tantos conceitos consolidados e referenciados dentro do feminismo, aqueles que partem desta linha de pensamento são necessárias para a reflexão em nosso continente.

O dossiê também não poderia deixar de lado uma outra crítica interseccional bastante relevante na

atualidade, especialmente no Brasil: o debate entre raça e gênero. As feministas negras desde a década de 1960 (e mesmo antes) têm muito a dizer sobre os feminismos ocidentais e seu alcance perante todas as mulheres. A fim de demonstrar para o leitor um pouco da trajetória desta crítica, Jennifer Stephanie Cardoso dos Santos irá em seu artigo historicizar as vozes feministas negras e evidenciar a importância da interseccionalidade para um fazer político e intelectual feminista. O leitor poderá visualizar nesta edição também uma visão prática de tal aplicação em estudos sociais, por meio dos relatos trazidos por Tamires Fraga Martins e Tito Loiola Carvalhal e feitos pelas mulheres negras de dois quilombos na Bahia.

Importante é também articular os campos de estudo teóricos e acadêmicos com outras manifestações que possuem seus próprios discurso sobre

o assunto, sejam críticos ou analíticos. A diversidade desta revista não seria possível sem as contribuições das muitas ilustradoras que estão presentes neste dossiê, como Amanda Trindade, Ingrid Sá Lee, Luiza Nery, Maíra Lima, Prisca Paes, Rafaela Melissa e Thâmara Carvalo. As fotografias que estão presentes no ensaio de Akino Takeda, Jéssica Suelen Dionísio e, principalmente, das mulheres xacriabás de Minas Gerais. Também devemos a Luiza de Oliveira Monteiro e seu ensaio sobre a lógica binária de gênero, um chamado à reflexão importante para a construção da própria forma de se conceber este conceito e os vieses que esse exercício carrega até mesmo dentro dos movimentos. E, finalmente, a impactante *manifesta* de Idylla Silmarovi, com seus gritos incessantes em meio à multidão que se recusa a reconhecer corpos e ações fora do padrão.



Ingrid Sá Lee

# Epistemologia e Feminismo

## Priscila Williams

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Licencianda em Sociologia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR.

## Contato:

priscilawilliams@gmail.com

## Palavras-chaves:

Ciência, Epistemologia, Epistemologia Feminista.

## Keywords:

Science, Epistemology, Feminist Epistemology.

**Resumo:** O presente artigo busca compreender o entendimento de ciência e quais são seus limites. Além disso, apresenta um olhar feminista sobre a ciência, apresentando outra forma de validar o conhecimento através da Epistemologia Feminista.

**Abstract:** The present article seeks to understand the understanding of science and its limits. In addition, it presents a feminist view of science, presenting another way of validating knowledge through Feminist Epistemology.

## Introdução

A busca por uma ordem e pelo controle do conhecimento é o objetivo maior da ciência. A epistemologia vai então analisar essas buscas, seus avanços e seus limites, trabalhando mais intimamente com a filosofia da ciência do que com os métodos científicos, sendo muitas vezes crítica aos caminhos percorridos e recomendados pela ciência canônica.

A epistemologia feminista, por outro lado, busca ampliar ainda mais essa crítica à ciência canônica, feita por homens, a partir do ponto de vista que lhe é peculiar e com suas definições do que é ou não relevante e importante o bastante para ser chamado de científico, incluindo a perspectiva de grupos subalternos, como as mulheres.

Este artigo busca compreender as condições de operar dentro do fazer ciência com seu *modus operandi* próprio e as críticas e propostas da epistemologia feminista para uma ciência plural e inclusiva. No subitem "Epistemologia", veremos um apanhado geral do que a ciência canônica tem feito e nos mostrado como reconhecidamente científico. Em seguida, no subitem "Epistemologia Feminista", apresentamos o que é chamado de epistemologia feminista, com algumas de suas nuances, possibilidades e críticas. Veremos também algumas vertentes estudadas pela epistemologia feminista. Por fim, as considerações finais.

## Epistemologia

A ciência faz parte do cotidiano das pessoas desde a modernidade, entrando nos lares e nas vidas das pessoas por meio de suas tecnologias. A grande importância de estudarmos a ciência é que ela passou a ser o instrumento de medição das condições ideais de vida das pessoas. A epistemologia, como estudo da ciência, como teoria do conhecimento, pondera acerca da produção do saber científico e de sua validade enquanto ciência, numa perspectiva filosófica.

De acordo com Tesser (1994, p. 92),

*"A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. O conhecimento científico é provisório,*

*jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico. Podemos considerar a epistemologia como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento".*

A metodologia científica requer procedimentos ordenados, metódicos, lógicos, eficazes. Podemos, então, enumerar algumas características principais dos princípios científicos nas ciências humanas: racional, objetiva, factual, transcendente aos fatos, analítica, clara e precisa, comunicável, verificável, dependente de investigação metódica, sistemática, acumulativa, falível, geral, explicativa, preditiva, aberta e útil (LAKATOS & MARCONI, 1992).

A ciência, como defendida por Rubem Alves (1981, p. 9), "é uma especialização, um refinamento de potenciais comum a todos", não sendo possível afirmar que uma pessoa seja mais capaz para a ciência, e sim que há pessoas treinadas para serem cientistas. A ciência não é algo novo no conhecimento humano. Pelo contrário, a ciência é a hipertrofia de capacidades que todos têm. Isso pode ser bom, mas pode ser muito perigoso. Quanto maior a visão de profundidade, menor a visão em extensão. A tendência da especialização é conhecer cada vez mais de cada vez menos (ALVES, 1981). Nesse sentido, a utilidade da epistemologia da ciência, segundo Tesser (1994), está na possibilidade de distinção entre ciência e pseudociência e de criticar programas e modos, a fim de incrementar enfoques e resultados. "A epistemologia aborda problemas lógicos, problemas semânticos, problemas gnosiológicos, problemas metodológicos, problemas ontológicos, problemas axiológicos, problemas éticos, problemas estéticos e problemas pedagógicos" (TESSER, 1994, p. 96).

Dentro das Ciências Sociais, buscar a compreensão do funcionamento da nossa sociedade e das políticas é o que a movimenta de modo incessante. E a ciência existe e busca aprimoramentos intencionando sermos capazes de prever o mundo e suas instituições em sua ordem, ordem essa que possibilita previsões. A ciência, tal como conhecemos na contemporaneidade, é herdeira e fundamentada no empiricismo

e no positivismo. Entretanto, as ciências sociais não necessariamente conseguem operar dentro do empiricismo, pois a sua base de estudos são pessoas com livre arbítrio, com relações formadas por valores sociais e culturais (ALVES, 1981; TESSER, 1994).

O problema dos valores científicos de objetividade e neutralidade herdados pelas ciências sociais das ciências exatas e biológicas é que pesquisas são feitas por cientistas que carregam consigo valores e crenças prévias, o que acarreta em perceber (ou não) determinados problemas e situações. Rubem Alves (1981) argumenta que, somente com a observação do mundo, Copérnico, Galileu, Kepler, Newton e Einstein não teriam feito tantas descobertas que revolucionaram o conhecimento de seu tempo. Eles conseguiram suas

descobertas porque usaram imaginação, criatividade, intuição, construindo teorias e conhecimento. O uso da imaginação está intimamente ligado à bagagem de vida, tanto intelectual, moral, das preferências, das emoções, dos valores que essa pessoa traz consigo. Eis que surge o nó da ciência, nem sempre admitido pelos cientistas: se as descobertas e as transformações possibilitadas pela ciência dependem da imaginação/intuição dos cientistas, essa ciência não pode, ou não deveria ser tratada como neutra.

O mundo humano se organiza em torno de desejos. E aqui temos o ponto central de nossa grandeza e miséria. Porque é do desejo que surge a música, a literatura, a pintura, a religião, a ciência e tudo o que se poderia denominar criatividade. Mas é também do



Ingrid Sá Lee

desejo que surgem as ilusões e os preconceitos. Essa é a razão por que a ciência, desde os seus primórdios, tratou de inventar métodos para impedir que os desejos pervertessem o conhecimento objetivo da realidade (ALVES, 1981).

Não há como nos despirmos por completo de nossas crenças e valores, mesmo usando métodos científicos. Criamos teorias científicas que se pretendem universais, muitas vezes de modo preconceituoso, excludente, segregador porque usamos a nossa imaginação impregnada de valores pessoais e emocionais.

Do mesmo modo como não podemos/devemos afirmar sobre a neutralidade da ciência, não podemos/devemos reduzi-la a um único modelo de fazer ciência, pois cada área do conhecimento pode ser analisada pelo que é, com suas próprias sutilezas e peculiaridades (CHALMERS, 1993). Dessa forma, segundo Alan Chalmers (1993), não há necessidade de uma categoria geral que seja definida ciência em detrimento de outras, pois cada área tem seu mérito, e acordo com

seus objetivos, peculiaridades e contexto. A ciência atualmente tem um papel vertebrador na industrialização, organizando e racionalizando os processos produtivos. A epistemologia não intenciona negar a importância da ciência no desenvolvimento do mundo moderno/pós-moderno, mas de mostrar que este é um saber interessado, não neutro, que trabalha para o poder, para a manipulação e para a legitimação daqueles que dominam o conhecimento (TESSER, 1994).

### Epistemologia feminista

O termo "Epistemologia Feminista" marca uma aliança entre filosofia e feminismo, aliança muitas vezes contraditória e difícil entre o concreto e o universal (ALCOFF & POTTER, 1993). As feministas que se ocupam desta tarefa buscam acrescentar reflexões e alternativas para uma ciência mais inclusiva, evidenciando que caracterizar o conhecimento científico como superior invisibiliza as/os subalternas/os, tais

1 Segundo Piscitelli (2008), "a proposta de trabalho com essas categorias [de forma interseccional] é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades" (p. 266). Ou seja: trabalhar com uma perspectiva interseccional é, em primeiro lugar, não mais tentar apreender ou analisar a realidade através de um ou outro conceito isoladamente, como é o que se tentava fazer a partir do conceito de gênero, mas observando de que modo essas categorias sobrepostas interferem na vida dos grupos subalternos, pensando as categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada.

como as mulheres, as/os negras/os, as/os pobres, etc. A intensão primeira das feministas é fazer a ciência mais acessível, capaz de incorporar mais grupos, passando a considerar as particularidades, os paradoxos, as contingências que fazem parte do grande e plural grupo humano. Não podemos falar em um único tipo de epistemologia feminista, assim como não podemos falar em um só feminismo, afinal, as mulheres são muitas e suas necessidades e especificidades, também. Desta forma, podemos observar que as epistemologias feministas estão em permanente diálogo com várias tradições da ciência. Da mesma forma que esses diálogos são multivocais. Linda Alcoff e Elizabeth Potter (1993) entendem que essa interlocução seja saudável e não acreditam que esse envolvimento das feministas com as correntes epistêmicas canônicas sejam um instrumento de cooptação das mulheres.

A importância do estudo epistemológico feminista se mostra com a explicação de Rorhlich-Leavitt et al apud Marilyn Strathern (2014, p. 83):

*"Como mulheres numa sociedade que também é sexista, Kaberry e Goodale têm a sensibilidade especial que os membros dos grupos subordinados devem desenvolver, se quiserem sobreviver, para com aqueles que os controlam, ao mesmo tempo que estão plenamente conscientes da realidade cotidiana de sua opressão, uma qualidade que falta aos grupos de posição superior."*

Isso quer dizer, segundo Strathern (2014), que a posição de subalternidade das mulheres dentro do meio científico lhes dá a capacidade de observar o modo como a ciência é feita por um ponto de vista distinto dos homens, percebendo nuances e vieses que enriquecem a própria ciência na medida em que são capazes de apresentar outro modo de pensar e de perceber o mundo.

*"Adotar uma perspectiva feminina é ao mesmo tempo perceber um domínio semelhante a uma subcultura [...] e ver que o ponto de vista de uma mulher [...] forma uma orientação distinta [...]. Tal esforço pode rumar para uma reorientação completa de toda a disciplina – e as sociedades deverão ser vistas como criações dos homens e das mulheres" (STRATHERN, 2014, p. 84, grifo no original).*

De acordo com Linda Alcoff e Elizabeth Potter (1993), os feminismos que compõem essa nova corrente do conhecimento epistemológico buscam, cada uma sob sua perspectiva, reconstruir a ciência, de forma crítica, sólida e autoconsciente. "Uma vez que reconhecemos que os valores, a política e o conhecimento estão intrinsecamente ligados, as hierarquias e divisões dentro da filosofia serão substituídas por modelos mais holísticos e coerentes" (ALCOFF & POTTER, 1993, p. 3). Uma das grandes defesas das epistemolo-

gias feministas apontadas por Alcoff e Potter (1993) é que a autoridade cognitiva atravessa não somente o gênero, mas também raça, classe social, sexualidade, cultura e idade; dessa forma, uma das marcas da teoria feminista é a de contextualizar o conteúdo que se analisa. Isso justifica o porquê gênero não deve ser analisado isoladamente, dadas as complexidades dessas interseccionalidades<sup>1</sup>. Se o feminismo tem por objetivo a libertação das mulheres do patriarcado e da opressão, deve também marcar as diversas categorias que oprimem as pessoas, especialmente as mulheres, todas as mulheres.

A busca das teóricas feministas por meio da crítica à ciência canônica é tornar a ciência uma "ciência melhor", objetiva, abrangente, independente de sexo, efetivamente mais acessível às mulheres (KELLER, 2006). Evelyn Fox Keller (2006) acredita que houve mudança em relação à condição da mulher na ciência, e em relação à própria ciência, ainda que não tenha sido da maneira ampla como gostaríamos. "O feminismo contemporâneo mudou a posição das mulheres na ciência. Ainda que não possamos afirmar igualdade plena, [...] testemunhamos uma impressionante transformação ao longo das últimas três décadas" (KELLER, 2006, p. 16).

A epistemologia feminista acrescenta à própria epistemologia outras concepções de saber e de construção do saber, a partir de críticas às pesquisas e às suas justificativas (ANDERSON, 2015), mostrando as diversas desvantagens do lugar da mulher e de outros grupos subalternos na ciência e no mundo. Os pontos apontados como falhos na construção do conhecimento canônico estão na crítica à metodologia e nas crenças de neutralidade e de objetividade. A inserção das mulheres nas ciências nos mostrou que outras possibilidades e *insights* são possíveis a partir da percepção das mulheres, com suas próprias percepções de mundo, dando destaque à luta feminista no campo da ciência; teorias são construídas de modo a conseguir igualdade e libertação dos grupos subalternos; e a defesa das feministas de que os ganhos são sociais e cognitivos (ANDERSON, 2015). "A tese central da epistemologia feminista é a de que o cientista tem um *background* e fala de algum lugar: o conhecimento que ele produz reflete suas percepções particulares de mundo" (ANDERSON, 2015, tradução nossa), de modo que não há neutralidade no conhecimento produzido por cientistas, mas um comportamento guiado pela influência social na qual se está imerso.

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A "tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial"

(HARAWAY, 1995, p. 32).

A crítica feminista à ciência, segundo Margareth Rago, enfatiza seu "caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença" (RAGO, 1998, p. 4). A partir disso, a crítica feminista destaca as relações de poder na construção do saber, com uma autocrítica que passa pelo reconhecimento do lugar que ocupamos no mundo. O mundo tem um sentido e cada pessoa produz um sentido sobre o mundo, sobre o que conhece e sobre o conhecimento que produz; e a epistemologia feminista tem o compromisso com a transformação do mundo e de todas as interseccionalidades.

*"As teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas" (RAGO, 1998, p. 6).*

Desta forma, a epistemologia feminista busca suggestionar outras concepções de saber, do objeto do saber, das práticas e das justificativas das pesquisas, de modo a retirar as mulheres e outros grupos subalternos da desvantagem (ANDERSON, 2015). As desvantagens são apontadas por Elizabeth Anderson (2015) na Enciclopédia de Filosofia da Universidade de Stanford<sup>2</sup>: a exclusão das mulheres das pesquisas e a negação da autoridade epistêmica das mulheres; o descrédito à forma feminina de produção de conhecimento; a produção de conhecimentos que representam as mulheres como inferiores, servindo para enaltecer os homens; a produção de conhecimento que torna invisíveis as mulheres e outros grupos subalternizados; a elaboração de conhecimento e tecnologia como se esses não fossem ser usados por pessoas em posição de subordinação.

Alguns aspectos das críticas feministas à ciência e à produção do conhecimento são apontados por Elizabeth Anderson no Dicionário de Filosofia (2015). O primeiro deles é que o conhecimento é situado. Quem produz ciência e compreensão do mundo o faz de um determinado lugar. É o que ela chama de "conhecimento situado", por meio da personificação do conhecimento a partir da sua experiência de mundo, dando importância a uns pontos e não a outros. Essa personificação é fortemente influenciada pelo gênero, pela classe, pela cor da pele, pelos valores morais que o cientista carrega consigo.

A esse respeito também podemos encontrar suporte no texto de Donna Haraway (1995). Encontramos nos dois textos a defesa da parcialidade do conhecimento feito por meio de uma única perspectiva e do lugar de privilégio conferido a quem tem o poder e a legitimidade na construção do conhecimento cien-

tífico: a construção do conhecimento é contingente e histórico; "a objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados" (HARAWAY, 1995, p. 18).

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo, "podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver" (HARAWAY, 1995, p. 21).

Haraway (1995) não defende o relativismo, em contraposição à objetividade, mas o reconhecimento de que os saberes são parciais, contingentes, possíveis de críticas, sujeitos a práticas, privilegiando a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e o reconhecimento dos sistemas de conhecimento em pontos de vista parciais.

### Algumas correntes de saber a partir da Epistemologia Feminista

Elizabeth Anderson (2015) nos evidencia algumas correntes teóricas na epistemologia feminista: a Teoria Feminista do Ponto de Vista, o pós-modernismo feminista e o feminismo empiricista.

#### *Teoria Feminista do Ponto de Vista (Standpoint Theory)*

A epistemologia do ponto de vista em geral busca a compreensão do mundo de uma situação social com uma perspectiva específica. Essa epistemologia critica alguns pontos em particular: (1) a localização social da perspectiva privilegiada; (2) o alcance desse privilégio (quais questões importam); (3) a localização social que gera um conhecimento superior, como por exemplo o papel social e a identidade subjetiva; (4) a área do conhecimento ou tema de discussão que gera esse privilégio: o que faz uns assuntos serem mais importantes que outros; (5) o tipo de superioridade epistêmica que define uma maior precisão ou uma maior capacidade de representar verdades fundamentais; (6) as outras perspectivas em relação ao que afirma a superioridade epistêmica; e (7) uma avaliação de como os modos de acesso a essa perspectiva acessam o local social serem bons o bastante para terem acesso a essa perspectiva.

A teoria feminista do ponto de vista tem áreas de conhecimento que lhes são caras, muitas delas

<sup>2</sup> Site disponibilizado online em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>

podendo ser observadas a partir da epistemologia marxista. Anderson (2015) aponta algumas delas: (1) centralidade: as mulheres são centrais no sistema reprodutivo da sociedade, cuidando das crianças e do ambiente doméstico, e este trabalho é fundamental para o sistema de produção capitalista. Elas estão numa melhor posição para ver como o patriarcado não consegue sanar as necessidades das pessoas; (2) autoconsciência coletiva: a dominação masculina é baseada na objetificação dos corpos das mulheres, muitas vezes de forma mística, acreditando (e fazendo-se acreditar) que as mulheres são naturalmente subordinadas a eles a partir do entendimento de "natureza feminina"; (3) o estilo cognitivo: algumas versões iniciais da teoria feminista do ponto de vista defendem que o desenvolvimento de características tipicamente femininas e masculinas na educação de crianças criam estilos cognitivos distintos, que serão reforçados com o mercado de trabalho, já na vida adulta, para homens e mulheres. As teóricas dessa corrente afirmam que o estilo cognitivo feminino é superior porque elimina a dicotomia entre o sujeito e o objeto do conhecimento e porque uma ética do cuidado é superior a uma ética de dominação. Para institucionalizar o estilo feminino do saber é necessária a superação da divisão do mental, manual e trabalho social, característicos do patriarcado capitalista; (4) opressão: as mulheres são oprimidas e os homens, por causa do seu privilégio, não se dão conta do quanto suas ações no mundo afetam e sobrecarregam as mulheres. A ideia do apontamento da opressão, as teóricas feministas buscam identificar a multiplicidade de ações dos homens que subjagam as mulheres a partir do lugar de privilégio ocupado por eles.

A teoria feminista do ponto de vista é um tipo de teoria crítica, nos moldes da Escola de Frankfurt, que busca o empoderamento das mulheres e a melhoria de sua situação. As principais críticas apontadas por Elizabeth Anderson (2015) giram em torno destas ideias: (1) Longino apud Anderson (2015) acredita que a teoria do ponto de vista não é capaz de pensar numa lógica não circular para decidir qual ponto de vista tem privilégio epistêmico; (2) Bar On apud Anderson (2015) é contra a ideia de privilégio epistêmico conferido às mulheres por meio de seus estilos cognitivos. As mulheres não podem ter compreensão de sua opressão porque esse processo se dá de maneiras distintas para cada mulher, dependendo de sua raça, classe social, orientação sexual

#### *O pós-modernismo feminista*

O tema geral da teoria pós-moderna é originário do pós-estruturalismo francês e de teóricos pós-modernistas como Foucault, Lacan e Derrida. Essa vertente do conhecimento encarna uma sensibilidade cética ao universalismo, à totalidade, à objetividade, à racionalidade, a uma verdade última, salientando a

localidade, a parcialidade, a contingência, a instabilidade e a incerteza dos modos de pensar e da própria ciência, abrindo possibilidades de investigação e de entendimento. Os pós-modernistas trabalham com a linguagem e com o pensamento, afirmando que a realidade é discursivamente construída. A ideia de a linguagem ser reflexiva e não meramente um campo discursivo permite aos pós-modernistas acreditar que as ações das pessoas também acontecem reflexivamente. A partir disso vemos discursos de controle sobre os corpos, especialmente das pessoas consideradas subalternas, como as mulheres, domesticando-os (ANDERSON, 2015).

A visão do pós-modernismo feminista trata de lutar contra práticas notadamente sexistas, ideologias que afirmam que as diferenças observadas entre homens e mulheres são naturais e necessárias e que há na essência das mulheres algo que justifique sua submissão ao homem. O pós-modernismo tem se voltado também para críticas às próprias feministas, expondo as tendências de exclusão dentro do próprio movimento feminista. As negras e as lésbicas argumentam que as teorias feministas tradicionais têm esquecido dos seus problemas, necessidades e perspectivas; e o pós-modernismo feminista tem trabalhado muito em resposta a essas críticas, propondo e produzindo teorias a partir da crítica ao conceito de "mulher", tema central da teoria feminista (ANDERSON, 2015).

Essas críticas seguiram especialmente as teorias de gênero e do patriarcado, tratados como universais, a-históricos, causas ou constituições da identidade de gênero. O essencialismo afirma que uma coisa tem uma causa, uma essência e o que se prova em fatos são normas o que não são considerados desvios, teorizando em torno do que seja "mulher de verdade", desconsiderando as interseccionalidades das identidades de gênero, raça, classe e orientação sexual, gerando desigualdades sociais. As teóricas feministas pós-modernistas acreditam que as reivindicações de universalidade acerca do significado de mulher, gênero e patriarcado devam ser evitadas; também se deve evitar encontrar uma única perspectiva epistemológica privilegiada, a fim de reconhecer a pluralidade e a contingência desses conceitos (ANDERSON, 2015).

As maiores críticas que as feministas pós-modernas recebem dentro da teoria feminista giram em torno da categoria de análise "mulher" e da fragmentação infinita de perspectivas. A primeira, porque o fato de as mulheres terem experiências próprias de opressão não implica que elas nada tenham em comum: elas ainda sofrem sexismo. A segunda, porque entender a intersetorialidade/interseccionalidade como uma infinidade de perspectivas pode dissolver a importância de se analisar as múltiplas formas de opressão sofridas pelas mulheres. Ainda assim, a corrente filosófica feminista pós-moderna é importantíssima pois, é por meio dela que as feministas reco-

nhecem que a pluralidade de conhecimentos situados advém da diferenciação social (ANDERSON, 2015).

### *Feminismo empiricista*

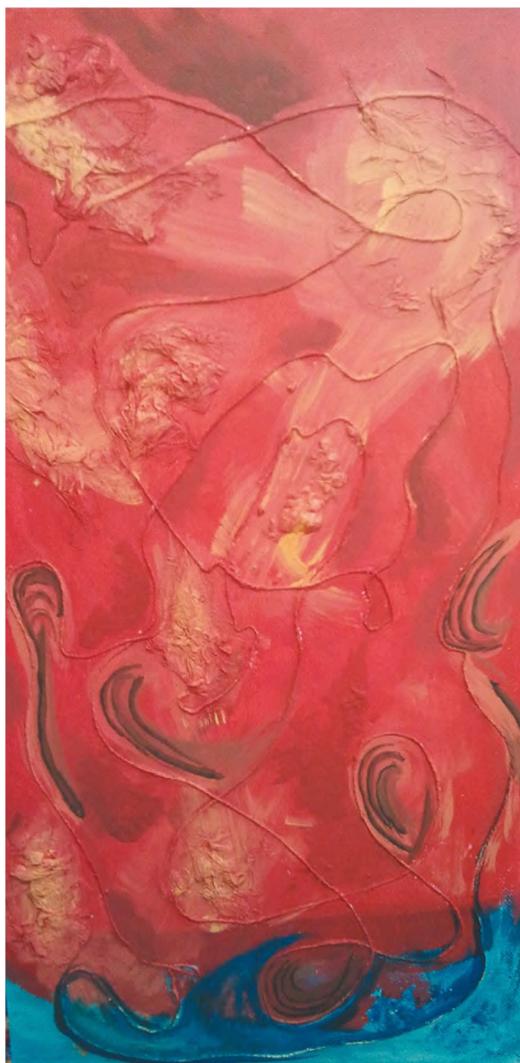
Já o feminismo empiricista tem relações bem próximas ao empirismo em geral. Empirismo é a crença de que a experiência empírica é o único (ou principal) caminho que justifique o conhecimento. Fatos e valores estão separados com clareza para os empiricistas mais críticos. Para as feministas empiricistas, essa separação é descabida, impossível, defendendo o papel do juízo de valor na investigação empírica. Empiricistas feministas estão preocupadas com o impacto das práticas sociais desiguais (quanto a gênero, raça, classe, orientação sexual) na investigação científica. Os problemas dessa corrente teórica podem aparecer em dois paradoxos. O primeiro diz respeito à exposição dos preconceitos androcêntricos e sexistas dos estudos científicos, especialmente nas pesquisas de gênero. As feministas recomendam que se usem certos preconceitos para melhorarem a investigação, o que resulta em um paradoxo de viés. O segundo paradoxo diz respeito à crítica das mulheres em relação às influências políticas e sexistas nas pesquisas científicas. A solução, segundo as feministas, seria os investigadores buscarem práticas científicas permeáveis às diferentes influências sociais, o que tem sido chamado de paradoxo da construção social (ANDERSON, 2015).

As feministas empiricistas defendem-se dizendo que nem todo viés é ruim, desde que explicitado. A crítica a essa corrente filosófica acontece especialmente pelas feministas pós modernistas em torno da falta de historicidade do sujeito, da crença da possibilidade de analisar um sujeito sem considerar o contexto e também em não aceitar que apenas a eliminação do viés sexista faça a crítica feminista aos métodos científicos (ANDERSON, 2015).

### **Críticas à Epistemologia Feminista**

Elizabeth Anderson (2015)<sup>3</sup> mostra que as críticas à epistemologia feminista giram em torno da descrença de que ela corrompe a busca da verdade, misturando fatos e valores, impondo restrições políticas e conclusões. As feministas são acusadas de cinismo corrosivo à ciência, acusando a ciência de imposição do poder patriarcal e do poder imperialista (ANDERSON, 2015). Elas também são acusadas de sustentarem que não existem normas objetivas verdadeiras e que as crenças são orientadas pela disputa pelo poder político; por conta disso, elas poderiam impor suas crenças sobre as outras a partir desse jogo cínico. As defensoras da epistemologia feminista dizem que essa compreensão está baseada em leituras equivocadas do modo de investigação feminista, já que as feministas não rejeitam a objetividade nem a ciência.

A intenção das feministas é melhorar a ciência, corrigindo preconceitos sexistas e racistas, buscando uma investigação que seja capaz de abarcar todos os pontos de vista. O que as feministas apontam é que a ciência como praticada atualmente oferece um modo parcial de ver o mundo, sendo orientada para a descoberta de verdades que servem a alguns interesses humanos, mantendo as hierarquias sociais atuais. Anderson (2015) nos mostra que a epistemologia feminista busca normas democráticas e igualitárias para a autoridade cognitiva, juntamente com a abertura da



Thâmara Carvalho

ciência às críticas, ao mesmo tempo em que a censura de provas, argumentos e conclusões por motivos políticos é um modo incompatível com a ciência e com os valores feministas.

Anderson (2015) ainda mostra um segundo ponto de crítica à epistemologia feminista: o aceite das feministas de estereótipos tradicionalmente femininos de modo acrítico, tais como o comportamento intuitivo, holístico e emocional. O fato é que nem existe uma crença geral entre as mulheres de que exista um pensamento feminino e nem todas as mulheres pensam em conformidade com estilos cognitivos femininos.

<sup>3</sup> A explicação das correntes teóricas nesta sessão foi elaborada a partir do texto de Elizabeth Anderson para a Enciclopédia Filosófica da Universidade de Stanford (<http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>)

Mesmo porquê, a valorização de modos “femininos” de pensamento e, por que não, de construção do saber, podem servir de armadilha para as próprias mulheres, colocando-as em papéis tradicionais e justificando o patriarcado, criando um gueto para a epistemologia feminista.

A defesa das feministas, segundo Anderson (2015), afirma que os críticos estão com uma versão obsoleta da epistemologia feminista, usada em seus primórdios de forma muito breve, sendo substituída em decorrência das razões que os críticos mencionam, além das críticas feitas pelas feministas negras, latinas, africanas do pós-modernismo feminista. As feministas aguardam e desejam o aprofundamento das leituras dos críticos acerca de seus escritos para um efetivo desenvolvimento da ciência.

### Considerações finais

O texto apresentou a importância do estudo da ciência como tem sido feito na atualidade, mostrando como o modo como vivemos é norteado pela ciência

e pelo seu entendimento de certo ou errado, do que deve ou não ser valorizado. Compreender a realidade da ciência, reconhecê-la como parcial, como um instrumento dos jogos de poder é fundamental para que sejamos capazes de recriá-la de modo mais inclusivo, mais plural, mais democrático. Rubem Alves (1981) afirma há avanços na ciência quando seus modelos são questionados por meio das anormalidades que apresentam.

A epistemologia feminista aponta outra forma de fazer ciência, para além do modelo apresentado canonicamente, de modo mais inclusivo e democrático. Isso porque a multiplicidade da nossa sociedade é plural em sentidos e em significados. Para isso, a epistemologia feminista nos apresentou as correntes teóricas Teoria Feminista do Ponto de Vista, do Pós-Modernismo Feminista e do Feminismo Empiricista. Essas correntes teóricas apresentadas na epistemologia feminista mostram, para além da teoria que apresentam, a importância da interseccionalidade nos estudos científicos para que estes sejam de fato incluídos, e não parciais.

### Referências Bibliográficas

- ALCOFF, Linda Martín & POTTER, Elizabeth. (1993), "Introduction", In *Feminist Epistemologies*, New York: Routledge.
- ALVES, Rubem. (1981), *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*, Ed. Brasiliense. São Paulo.
- ANDERSON, Elizabeth. (2015), *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy, Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>. Acessado em 06/04/2016.
- CHALMERS, Alan F. (1993), *O que é ciência afinal?*, Ed. Brasiliense. São Paulo.
- FOX KELLER, Evelyn. (2006), "Qual foi o impacto do feminismo na ciência?", In *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006: p.13-34.
- HARAWAY, Donna. (1995), "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", In *Cadernos Pagu* (5), p. 07-41
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. (1992), *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis*. 2. ed. São Paulo: Atlas. 249 p.
- PISCITELLI, Adriana (2008). "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras", In *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, jul/dez. p. 263-274.
- RAGO, Margaret. (1998), "Epistemologia feminista, gênero e história", In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres. Disponível em: <[http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)>. Acessado em: 30 de jun de 2016.
- STRATHERN, Marilyn (2014), *O Efeito Etnográfico*. São Paulo, Cosac Naify.
- TESSER, Gelson João. (1994), "Principais linhas epistemológicas contemporâneas". *Educar em Revista*. nº 10, Curitiba, jan-dez.

Recebido em: 28 de julho de 2016.

Aprovado em: 15 de maio de 2017.

# O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista

**Resumo:** O presente artigo visa contribuir com o debate sobre o patriarcado nas sociedades capitalistas, buscando clarear, no campo teórico, as diferentes concepções sobre o conceito de patriarcado focando nas perspectivas dos estudos feministas. Tais perspectivas rompem com as interpretações do patriarcado apenas como modelo tradicional das sociedades anteriores ao capitalismo, e trazem relevância teórica para as análises das relações de gênero.

**Abstract:** This study aims to contribute to the debate about patriarchy in capitalist societies. The objective is to clarify, in the theoretical field, the different conceptions of patriarchy, focusing on the feminist studies perspectives. Those perspectives are a rupture with the usual interpretation of patriarchy as the traditional model of previously capitalist societies, and they bring theoretical relevance to the analysis of gender relations.

## Introdução

O patriarcado tem sido discutido no campo das ciências sociais há décadas. O debate tem centralidade em uma série de estudos feministas, tais como em Carole Pateman (1993), Silvia Walby (1990), Heleieth Saffioti (1987; 1992; 2004) e outras que buscam teorizar a relação do patriarcado na contemporaneidade, colocando novos elementos que contribuem na análise sobre a condição de vida das mulheres nas sociedades capitalistas.

No entanto, não há uma homogeneidade sobre o conceito. Diferentes autores(as), tais como Max Weber (2009), Jean-Jacques Rousseau (2003), John Locke (1998) e outros, teorizam sobre como uma forma de organização social em que o pai, chefe de família, exerce seu poder sobre os demais membros de sua família ou sobre a comunidade em que vive, e também para denominar regimes políticos mais complexos como a monarquia (AGUIAR, 2015).

Nos estudos feministas, também não há consenso. De acordo com Carole Pateman (1993), o feminismo organizado no final dos anos 1960 colocou o conceito de volta ao uso popular e acadêmico, proporcionando diversas interpretações dentro da área de estudos feministas. Essas amplas interpretações fizeram com que algumas teóricas abandonassem o conceito para utilizar outros, tais como falocracia, androcentrismo e relações de gênero, para referenciar a dominação masculina ou opressão das mulheres. Assim, o patriarcado perdeu força como categoria de análise, sendo mais comumente utilizado *relações sociais de gênero* a partir dos anos 1980, sobretudo na Europa e posteriormente no Brasil.

Heleieth Saffioti defende a utilização dos dois conceitos. De modo geral, gênero pode significar relações igualitárias entre homens e mulheres ao contrário, patriarcado trata, necessariamente, da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre

as mulheres. *Gênero* por ser mais amplo e genérico e *patriarcado* por ser mais específico, "dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado" (SAFFIOTI, 2004, p. 132).

Para Pateman, tal abandono, em detrimento da utilização exclusiva de *gênero*, significa a perda do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e o fato de todos os homens terem direitos políticos por serem homens. Portanto, é necessário nomear o problema fazendo uma história feminista do conceito de patriarcado, "abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada" (PATEMAN, 1993, p. 39).

Visto isso, este artigo busca uma breve revisão sobre o conceito de patriarcado, explorando a distinção que os estudos feministas trouxeram em relação aos conceitos clássicos desenvolvidos no campo das ciências sociais, e as contribuições da categoria patriarcado para a análise das relações de gênero, sobretudo a condição de vida das mulheres nas sociedades capitalistas.

## O patriarcado nas concepções clássicas

No Dicionário Crítico do Feminismo, Christine Delphy (2009) introduz o *patriarcado* como uma palavra muito antiga que mudou de sentido ao longo do século XIX, e posteriormente, nos anos 1970, após a segunda onda do feminismo. Nas palavras da autora:

"Antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignatários da Igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio. Esse sentido ainda é encontra-

**Fernanda Maria Caldeira de Azevedo**  
Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

**Contato:**  
fmariacaldeira@gmail.com

**Palavras-chaves:**  
Patriarcado, Sociedades capitalistas, Estudos feministas, Relações de gênero.

**Keywords:**  
Patriarchy, Capitalist societies, Feminist studies, Gender's relations.

*do, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, na expressão 'o patriarca de Constantinopla'" (DELPHY apud HIRATA, 2009, p.173).*

No Dicionário Feminino da Infância, Neuma Aguiar (2015) expõe que o conceito tem sido utilizado de forma tipificada por sociólogos e cientistas políticos, referindo-se a uma forma originária do exercício do poder do pai sobre os membros da família e de sua comunidade:

*"Na falta de instituições políticas, o patriarca é soberano em suas decisões constituindo a autoridade máxima em assuntos econômicos, jurídicos e políticos sobre seus comandados. [...] A autoridade do chefe é ilimitada, com poder de vida e morte, de reconhecimento ou exclusão econômica, e de arbítrio sobre os destinos de seus comandados" (AGUIAR apud FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 270).*

Com o desenvolvimento político e a ampliação dos territórios, o patriarcado se torna mais complexo. Assim, o conceito também é aplicado para se referenciar aos regimes mais complexos em que o poder monárquico é associado ao poder patriarcal, associando o poder de monarcas absolutistas sobre seus súditos em uma analogia do poder real ao poder do pai sobre seus filhos (AGUIAR, 2015).

Florestan Fernandes (1996), em *A Família Patriarcal e suas Funções Econômicas*, introduz o conceito "família patriarcal" como algo obscuro na literatura sociológica a semelhança mais geral da família patriarcal seria a antiga forma social da organização do poder senhorial nas tribos hebraicas. Nessa experiência, o patriarca exercia seu mandato em nome da tradição sempre em sucessão de um ancestral mítico.

Essas características que deram forma ao conceito de família patriarcal não foram vistas posteriormente, porém se apresentaram modalidades de dominação senhorial que os sociólogos começaram a enxergar como manifestações típicas da família patriarcal. O traço mínimo de definição até então no debate sociológico sobre família patriarcal se caracterizava da seguinte maneira:

*"Nesse caso, os traços essenciais da família patriarcal são: a crença na existência de laços consanguíneos, definidos através de um antepassado comum, mítico ou real; a vigência de critérios de transmissão hereditária da posição de 'chefe' ou de 'senhor' em linha masculina, com preferência ao primogênito da esposa legal ou de uma das esposas legais; ao exercício do poder senhorial através de norma estabelecidas pela tradição, independentemente de sua origem ou fundamento religioso; o princípio de unidade econômica e política dos componentes da unidade familiar, sob a liderança do 'senhor'; a comunhão religiosa; e o princípio de solidariedade no grupo de parentes, em todas as ações ou situações em que estes ou seus apaniguados ou subordinados se envolves-*

*sem como e enquanto membros ou representantes de uma unidade familiar" (FERNANDES, 1996, p. 77).*

O autor considera que existe uma relação entre família patriarcal e a estrutura do meio social em que ela se insere, por isso é necessário abandonar fatores estruturais característicos de algumas de suas manifestações histórico-culturais. Sendo assim, Fernandes (1996) conclui que a família patriarcal se manifesta em várias civilizações e tipos de organização estrutural da sociedade. Dessa forma, o autor faz uso do tipo-ideal weberiano que veremos a seguir.



Maíra Lima

Resgatando um dos grandes clássicos das Ciências Sociais, buscamos os estudos de Max Weber (2009) sobre a categoria patriarcado a fim de refletirmos suas contribuições teóricas ao tema. Antes de direcionar ao conceito, é necessário dizer que o autor constrói tipos ideais que são a relação entre a objetividade do conceito puro e sua compreensão histórica, são fórmulas interpretativas em que se apresentam explicações racionais para a realidade empírica, são modelos de interpretação-investigação, instrumentos que orientam cientistas em busca de conexões causais (QUINTANERO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2003).

Sendo assim, Weber (2009) constitui três tipos puros de dominação legítima que são a dominação legal, a dominação carismática e a dominação tradicional – onde se situa a dominação patriarcal. Para o autor, a dominação se configura na probabilidade

de encontrar obediência a um determinado mandato, podendo ter diversos motivos para a submissão que variam de acordo com interesses, considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daqueles que obedecem. Pode fundamentar-se também por costumes, hábitos ou afeto. A dominação costuma apoiar-se em bases jurídicas onde se funda a legitimidade, que, em caso de abalo, causa profundas consequências para a sociedade. Focaremos apenas na dominação tradicional para a compreensão do patriarcado segundo Weber.

A dominação tradicional se constitui em crença na santidade dos poderes senhoriais seu tipo mais puro é a dominação patriarcal. Na dominação patriarcal, a associação dominante é de caráter comunitário com um senhor que ordena, súditos que obedecem e servidores que formam um quadro administrativo. Os súditos obedecem o senhor que tem poder santificado pela tradição, por fidelidade. Sendo assim, é difícil se construir novos direitos perante a tradição, pois o direito se dá através do reconhecimento de um estatuto vitalício. A dominação patriarcal do pai de família, chefe da parentela ou soberano, é o tipo mais puro de dominação tradicional a fidelidade ao patriarca é passada através da educação, hábito na infância em relação à criança com o chefe de família.

A estrutura patriarcal de administração não seleciona profissionais os servidores compunham os cargos por concessão do senhor, privilégio, ou possuíam um direito próprio do cargo em que não podiam ser destituídos. A administração funcionava por dependência pessoal do senhor, familiares ou empregados domésticos, parentes, amigos pessoais que servem através de vínculos de fidelidade, como vassalos e príncipes tributários. Seus servidores são recrutados por forma patrimonial, ou seja, escravos, servos e eunucos, ou por forma extrapatrimonial, por favoritos ou plebeus. Segundo Weber (2009), todos os despotismos tiveram esse caráter em que o domínio é um direito do exercício do senhor.

O patriarca rege e decide preso à tradição. As codificações e leis da dominação patriarcal funcionam em meio ao chamado Estado de providência, em que predomina uma combinação de princípios ético-sociais e utilitário-sociais que rompe toda rigidez jurídica formal. As relações gerais são reguladas pela tradição, privilégio, relações de fidelidades feudais ou patrimoniais, pela honra estamental e pela boa vontade. O poder senorial é repartido entre senhor e quadro administrativo com título de propriedade e de privilégio (WEBER, 2009).

Por fim, o teórico explicita que esse tipo de dominação tradicional refere-se a um conjunto de características de sociedades pré-burocráticas. A administração com características patriarcais e patrimoniais encontra-se em sociedades do Oriente Médio e Egito até a época dos Mamelucos, e se constitem o tipo

mais próximo do domínio puramente patriarcal desprovido de estamentos.

Essas concepções sobre o conceito de patriarcado que atribui o poder de um pai, chefe de família e sua extensão na comunidade, e/ou a noção de patriarcado para definir sociedades monárquicas, são apropriadas por teóricos da democracia liberal para contrastar a autonomia cidadã com a sujeição filial, ou seja, para negar a existência do patriarcado nas sociedades modernas, pois, segundo a concepção liberal, nas sociedades capitalistas, cada indivíduo é dono de si, dotado de discernimento e poder de escolhas próprias, ao contrário das monarquias nas quais havia a figura do protetor (AGUIAR, 2015).

No entanto, as teorias feministas trazem para outro patamar o conceito de patriarcado, contestando essa tese da inexistência de uma ordem patriarcal no capitalismo, como será visto no tópico a seguir.

### A releitura do conceito de patriarcado na perspectiva feminista

Como visto, conceito de patriarcado não é homogêneo na literatura das ciências social. O conceito foi e ainda é muito utilizado para se referir às sociedades pré-capitalistas. Nas teorias liberais, os autores designam ao patriarcado a noção de um regime paterno, fazendo uma distinção do poder político do "pai" com o contrato social enquanto início do direito político (PATEMAN, 1993).

A partir das concepções liberais dos contratualistas, os homens nascem livres e são iguais entre si, são indivíduos dotados de direitos políticos que têm discernimento e, portanto, podem fazer suas escolhas através da razão, não mais por explicações místicas como era nos regimes patriarcais em que o poder do patriarca era justificado pela tradição. Nessas análises, o patriarcado foi superado pelas sociedades modernas capitalistas e os direitos patriarcais abolidos há muitos anos (PATEMAN, 1993).

Teóricas feministas como Pateman (1993), Walby (1990), Saffioti (2004), entre outras, defendem que essa interpretação tradicional sobre o patriarcado mascara uma dominação masculina nas sociedades modernas, legitimadas por tais concepções, pois essas deixam de fora a situação das mulheres nas sociedades capitalistas.

Porém, não há uma unidade teórica em torno do uso do conceito nas problematizações das análises feminista; segundo Delphy (2009) e Pateman (1993), o debate toma corpo nos anos 1970 pelo movimento feminista e percorre o feminismo até os dias de hoje. O conceito muitas vezes é usado como sinônimo de "dominação masculina" e "opressão das mulheres", ou substituído por falocracia, androcentrismo e relações de gênero.

O debate feminista sobre patriarcado coloca, no centro da discussão, o poder do homem sobre a mu-

lher existente também nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais mesmo contra sua vontade, além de um grande controle sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva (AGUIAR, 2015).

Nas sociedades contemporâneas, as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, fazendo com que se tornem menos dependentes em relação aos cônjuges, mas a situação de muitas donas de casa ainda é de dependência econômica de seus maridos. Existe um grande número de mulheres desempregada, em contrapartida, as que estão no mercado de trabalho esbarram em menores salários ocupando a mesma função que um homem. Além disso, as mulheres estão inseridas nos trabalhos mais precarizados e sem seguridade social. O trabalho doméstico e de cuidados continua sendo delegado quase exclusivamente às mulheres como uma obrigação "natural" (AGUIAR, 2015).

É evidente que esses quadros de desigualdades vêm sendo questionados e se alterando ao longo da história houve inúmeras lutas e conquistas, mas, ainda assim, as mulheres continuam enfrentando dificuldades para ocuparem espaços políticos. O controle do corpo e da vida reprodutiva das mulheres é regulada pelo Estado, embora existam políticas públicas que buscam proporcionar melhores condições para as mulheres, como a lei Maria da Penha, continuamos enfrentando graves situações de violência como estupro, espancamentos e feminicídios, que, para Aguiar (2015), significa a vigência do patriarcado na vida contemporânea.

Visto que no campo dos estudos feministas o conceito de patriarcado é amplo e diverso, não cabe a este artigo trazer toda a discussão acerca do conceito, não teremos possibilidade de explorar outras contribuições importantes. O central aqui é compreender o debate sobre o patriarcado na contemporaneidade, por isso a escolha de três teóricas que se dedicaram a pensar o tema, quais sejam: Pateman (1993) partindo da crítica ao contratualismo, Walby (1990) partindo das transformações históricas do patriarcado e Saffioti (2004) partindo da simbiose das relações classe, raça e gênero como dimensões do patriarcado.

As três autoras fazem a defesa da utilização da categoria patriarcado nas análises da condição da mulher nas sociedades capitalistas, no entanto, fazem-no em recusa à concepção weberiana do conceito, como será visos a seguir.

### Crítica ao contratualismo

Pateman (1993) faz uma crítica aos autores do contratualismo, que, ao contarem a história de uma forma de sociedade civil e de direito político, baseada em um contrato original, rompem com a tradição pa-

triarcal clássica separando o poder paterno do poder político. Segundo a análise de Pateman, os contratualistas na verdade contaram só uma parte da história: silenciaram uma outra parte que a autora chama de contrato sexual. O contrato original é "um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada" (PATEMAN, 1993, p. 15).

A parte "esquecida" pelos contratualistas é a forma na qual o patriarcado moderno se restabeleceu, a sociedade moderna sendo, afinal, também uma ordem patriarcal, pois,

*"A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica porque o exercício desse direito é legitimado; porém essa história trata do direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres" (PATEMAN, 1993, p. 16).*

Enquanto a história do contrato social é apresentada como uma história de liberdade, em que os homens no estado natural trocam as inseguranças pela liberdade civil salvaguardada pelo Estado, a história do contrato sexual é de sujeição, dominação dos homens sobre as mulheres, e o direito masculino de livre acesso aos corpos das mulheres. A liberdade civil defendida pelos liberais não é universal, mas um direito patriarcal.

Nos textos clássicos, como em Weber e nos contratualistas, a sociedade civil moderna é incompatível com o direito paterno a sociedade civil é criada pelo contrato original deixando para trás o antigo regime paternal se tornando, então, antipatriarcal ou pós-patriarcal. Essas concepções fazem parte de um debate teórico do século XVII entre patriarcalistas como Sir Robert Filmer (1949) ao afirmar que o poder político era de origem do poder paterno, em contrapartida à Locke (1998) e outros autores liberais clássicos—como Rousseau (2003), que defendiam que o poder paterno e o poder político seriam coisas distintas, sendo o poder político gerado pelo contrato.

Nas ideias liberais, os indivíduos podem fazer contratos seguros pela legislação civil regulamentada pelo Estado, a fim de que seus acordos sejam cumpridos. Outra interpretação dada por Rousseau (2003) trata o contrato social como forma de se permitir que os indivíduos se submetam voluntariamente ao Estado e a liberdade se transforme em obediência em troca de proteção.

Pateman (1993) volta o olhar ao contrato, afirmando que ele possui dois lados: o contrato social e o contrato sexual. O primeiro trata da liberdade do homem, o segundo da sujeição da mulher. Ambos foram criados pelo contrato original, mas apenas o contrato social é discutido pela teoria política liberal. A autora ressalta que a dimensão patriarcal tratada pelos contratualistas como regime do pai é apenas uma di-

menção do patriarcado; o poder do pai sobre os filhos é posterior ao poder do marido sobre a esposa e deve ser analisado por esse ângulo.

Na modernidade, a sociedade civil não está estruturada no parentesco ou poder dos pais, "as mulheres estão subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade. O contrato original é feito depois da derrota política do pai e cria o patriarcado fraternal moderno" (PATEMAN, 1993, p. 18).

A autora nos apresenta que a sociedade civil é dividida em duas esferas, a pública e a privada que têm domínios contrários e distintos. A partir do contrato social originou-se o mundo público da legislação e liberdade civil; sob a visão do contratualismo apenas a esfera pública tem relevância política e histórica. O contrato sexual diz respeito à esfera privada se consolidando através do contrato matrimonial e da sujeição das mulheres nessa esfera. Contudo, o patriarcado não se refere apenas à esfera privada, mas se propaga por toda a sociedade civil; o público não pode ser entendido sem o privado; o patriarcado moderno deve ser visto em sua totalidade<sup>1</sup> (WALBY, 1990, PATEMAN, 1993).

Embora os contratualistas não discorram explicitamente sobre a exclusão das mulheres em seus escritos, a autora ressalta a faceta utilizada pelos teóricos clássicos ao construir uma versão patriarcal sobre masculinidade e feminilidade, ou sobre o que é ser macho e fêmea, em que o indivíduo possui os atributos às características e capacidades masculinas, tornando a diferença sexual também uma diferença política.

A exclusão das mulheres da categoria de indivíduo tem expressão legal e social, pois a estrutura da sociedade incorpora a concepção patriarcal da diferença sexual, atribuindo às mulheres um papel feminino de dominação e subordinação. No patriarcado moderno, a diferença entre os sexos é interpretada como uma diferença natural que estrutura a sociedade civil capitalista, ou:

"A história do contrato sexual é sobre relações (hetero)sexuais e sobre mulheres personificadas como seres sexuais. A história nos ajuda a compreender os mecanismos através dos quais os homens reivindicam os direitos de acesso sexual e de domínio dos corpos das mulheres. Além disso, as relações heterossexuais não estão limitadas à vida privada. O exemplo mais dramático da dimensão política do direito patriarcal é o fato de os homens exigirem que os corpos das mulheres estejam à venda como mercadorias no mercado capitalista; a prostituição é uma grande indústria capitalista" (PATEMAN, 1993, p. 36).

Por fim, Pateman (1993) faz uma crítica ao conceito de gênero que vem sendo usado pela literatura como sinônimo inadequado de mulheres, mas que tem sua importância como instrumento de combate

ao patriarcado ao tirar a natureza biológica da construção da masculinidade e feminilidade.

Embora reconheça que o conceito de patriarcado tem sido utilizado pelas feministas de forma difusa, a autora de *O Contrato Sexual* defende a importância de se construir uma nova história, desmascarando a ficção política do contratualismo que invisibiliza a relação de sujeição e exploração das mulheres pelo contrato sexual. Trabalhar com a categoria/conceito de patriarcado seria, portanto, nomear a sujeição das mulheres e o direito político que os homens exercem por serem homens.

### Os diversos aspectos da sujeição feminina ao longo da história

Walby (1990), em sua obra *Theorizing Patriarchy*, faz um profundo estudo sobre o patriarcado e suas modificações ao longo da história. A autora analisa o patriarcado como uma forma mais complexa abordando os diversos aspectos da subordinação das mulheres, e como suas estruturas difundem e entrelaçam ao longo do tempo, da classe e da etnia. Considera os aspectos econômicos e observa uma relação entre gênero e capitalismo, compreendendo que as relações de gênero têm influência nas relações de classe. No entanto, trata-se de dois sistemas de classe, um sistema patriarcal e um sistema capitalista que se influenciam e interagem.

O patriarcado se configura num "sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora as mulheres" (WALBY, 1990, p. 20). O sistema patriarcal não trata de relações individuais ou de explicações biológicas para a compreensão da dominação masculina, mas parte de um problema estrutural que se encontra em várias dimensões da vida e nas transformações da história.

Para análise do conceito, a autora classifica seis principais estruturas que se modificaram ao longo do tempo. Embora cada uma se caracterize de forma específica, elas se inter-relacionam e criam diferentes formas de patriarcado. Tais estruturas são: o modo patriarcal de produção, relações patriarcais no trabalho assalariado, relações patriarcais no Estado, violência masculina, relações patriarcais na sexualidade e relações patriarcais nas instituições culturais.

O modo patriarcal de produção trata das relações na esfera doméstica. Historicamente as mulheres estiveram nesse espaço fazendo um trabalho não assalariado em troca de sustento; é dessa forma que as mulheres têm o seu trabalho expropriado por seus maridos. A autora percebe que as mulheres têm se inserido mais nas relações capitalistas de produção ocupando trabalhos remunerados e, por isso, têm transformado as relações patriarcais privadas, afetando a vida doméstica em relação ao divórcio e a maternidade. Já as atividades remuneradas se esbarram nas relações patriarcais de trabalho assalariado em

<sup>1</sup> Existem algumas concepções teóricas sobre *totalidade social* no campo das ciências sociais. Karl Marx e teóricos marxistas desenvolvem em suas teorias a noção de totalidade social. Para melhor compreensão foi necessário recorrer a seguinte explicação, extraída do *Dicionário do Pensamento marxista* (BOTTOMORE, 2012, p. 597): "A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as 'totalidades parciais' – estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas (ver MEDIAÇÃO) que constituem a estrutura de determinada totalidade social."

que é percebida a exclusão das mulheres em determinadas áreas, na separação em trabalhos de menor *status* e também em ocupações mais baixas, a fim de diminuir o valor do trabalho das mulheres.

Outra relação patriarcal se encontra no Estado que, para Walby (1990), tem um caráter patriarcal na sua própria estrutura. Embora tenha se transformado a partir da segunda metade do século XIX na Inglaterra, o Estado continua capitalista, racista e patriarcal, ainda que todos esses elementos se apresentem em outras formas e em diferentes graus.

A violência masculina contra a mulher se configura também como relação patriarcal estrutural, não se trata de violência isolada vista como um problema individual. A violência masculina é presente e se encontra em casos mais extremos como o abuso infantil, o espancamento e também se manifesta através de assédios sexuais e cantadas nas ruas.

Walby (1990) coloca mais um importante elemento para se compreender o patriarcado que são as relações patriarcais na sexualidade. Essas relações patriarcais se estruturam na heterossexualidade compulsória e no alto controle da sexualidade da mulher no âmbito do sistema patriarcal. Por fim, as relações patriarcais nas instituições culturais se dão na construção da masculinidade e da feminilidade que se referem à construção subjetiva de gênero e se encontram em todas as esferas.

Essas estruturas sofreram e sofrem modificações ao longo do tempo, tanto em cada uma delas como nas interações entre elas, afetando o patriarcado que se manifesta por diferentes formas, através das relações entre as estruturas patriarcais e em diferentes graus de intensidade da opressão, a depender da época, da classe e da etnia.

Por analisar cada uma dessas estruturas, a autora avalia que o patriarcado se modificou de uma forma privada, com sua base na produção doméstica e o controle do patriarca sobre a vida da mulher para uma forma mais direta, uma forma pública, que tem em sua base a esfera pública como importante meio de manutenção do patriarcado. Portanto, permite que a mulher, ao ir para o público, torne-se dominada e explorada em todas as esferas, inclusive no âmbito doméstico, a esfera privada.

Esse conjunto de ideias apresentadas pela autora nos permite compreender o patriarcado enquanto um sistema que oprime e explora as mulheres, não apenas na esfera privada como também na esfera pública, estruturando-se em vários âmbitos da vida. Sendo assim, Walby trouxe outras contribuições para ampliar a análise do patriarcado nas sociedades capitalistas.

O patriarcado aqui é entendido como um sistema com estruturas que se modificam ao longo do tempo e deve considerar a relação da raça/etnia e da classe, perpassando por diversas dimensões da vida tais

como o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, o Estado, a sexualidade e as instituições culturais. As estruturas do patriarcado se diferem na forma e no grau interferindo nas dimensões da vida das mulheres em diferentes sociedades e contextos históricos. Ou seja, o patriarcado é histórico e político, e se altera ao longo do tempo.

### Simbiose das relações classe, raça e gênero

Outra grande contribuição para se pensar o conceito de patriarcado resulta das obras da socióloga brasileira Heleieth Saffioti. As pesquisas de Saffioti (1987; 2004; 1992) sobre o conceito estão em consonância com as teorias de Pateman (1993) e Walby (1990), ao analisar que o patriarcado não é uma relação privada, mas civil que oferece aos homens direitos sexuais sobre as mulheres. Acrescenta que o patriarcado configura-se em um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade, tem uma base material, corporifica-se, por fim, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004).

Saffioti (2004) reitera a análise de Pateman (1993) na leitura de que o patriarcado não se delimita apenas à esfera privada, ao contrário, o poder patriarcal atinge todas as estruturas da sociedade, da esfera privada à pública, da sociedade civil ao Estado; no entanto, ainda que as esferas sejam diferentes para fins analíticos, "são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social" (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

Segundo essa concepção teórica, a ordem patriarcal assegura aos homens os meios de produção e reprodução da vida social<sup>2</sup>. Nesse regime, os homens se relacionam de forma hierárquica conforme a faixa etária, desempenhando funções sociais diferenciadas, assim como existe entre eles uma solidariedade que os capacita a determinar o controle sobre as mulheres. Em contrapartida, as mulheres desempenham o papel de objetos sexuais dos homens, produtoras e reprodutoras da força de trabalho. Trata-se, portanto, de uma dominação-exploração (ou exploração-dominação) que se configura como opressão contra as mulheres, enquanto categoria coletiva.

Saffioti (2004) afirma que o patriarcado serve aos interesses da classe dominante, tendo sua base material e social explicitada na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são responsáveis pelos serviços domésticos e sexuais prestados aos seus companheiros de forma gratuita. O patriarcado trata, portanto, do poder político do homem, onde há graus diferenciados de dominação e exploração sobre as mulheres.

A ideologia também cumpre um papel fundamental no mecanismo de controle e subordinação das mulheres; para Saffioti (2004, p. 101-102):

*"Além do patriarcado fomentar a guerra entre mulheres, funciona como uma engrenagem*

<sup>2</sup> Reprodução da vida entendido como reprodução de filhos(as) e de tudo o que compete à atividade humana para se manter vivo, como por exemplo os trabalhos domésticos. Para saber mais ver *Gênero, patriarcado, violência*, de Heleieth Saffioti.

*quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. [...] Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, as mulheres desempenham com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças e adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo”.*

Essa ideologia se corporifica nos comportamentos das mulheres e dos homens, como por exemplo o falar baixo associado à educação e delicadeza das mulheres e a voz grave associada a seriedade e firmeza dos homens como hierarquia e demonstração de poder. Um dos exemplos da autora é a dificuldade histórica que as mulheres têm de falar em debates sexualmente mistos, que por vezes acabam se calando.

Para a autora, o patriarcado deve ser compreendido como um processo que compõe um conjunto de relações sociais que estão estritamente relacionadas, chamando atenção para a relação do capitalismo e o racismo articulado com o patriarcado. Embora reconheça que o patriarcado e o racismo são processos anteriores ao capitalismo, é na compreensão do enovelamento desses processos contraditórios que se configura a metáfora do nó.

A metáfora do nó é formada por três elementos, os quais: classe, raça/etnia e gênero; cada um deles com suas formas específicas e distintas, que se relacionam em uma unicidade. “Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória” (SAFFIOTI, 2004, p. 215).

É importante deixar claro que, para Saffioti (2004), o “nó” não se configura de forma quantitativa como uma soma do racismo, da classe e do gênero, mas de uma realidade que se faz nova a partir desse entrelaçamento, na qual a síntese se configura em um sistema de dominação e exploração das mulheres como forma de opressão, que, por seu caráter contraditório, potencializa a capacidade conjunta de subversão das sujeitas oprimidas.

Nesse ponto, a teoria do nó diverge das teorias de Walby (1990), sobretudo de outras feministas marxistas, como Juliet Mitchell, que definem patriarcado e capitalismo enquanto dois sistemas paralelos. Para Saffioti (1987, p. 60):

*“Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo”.*

Ou seja, para a autora, na realidade concreta não é possível separar essas três contradições, pois essas não atuam de forma autônoma e independente; portanto, trata-se de um sistema patriarcal-racista-capitalista.

Visto isso, Saffioti (1987) coloca em evidência que o fim das classes sociais, a partir da erradicação da propriedade privada e a socialização dos meios de produção, não implica em uma automática abolição do racismo e sexismo. Ao contrário, para a autora, a esquerda política deve tratar as lutas contra o patriarcado e racismo com a mesma intensidade com que trata a luta de classes, pois “a concepção da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo muda inteiramente a estratégia das lutas das classes trabalhadoras.” (SAFFIOTI, 1987, p. 94)

### Considerações finais

A investigação nos mostrou que a discussão sobre patriarcado nas ciências sociais é ampla, tanto quando analisada pelos autores clássicos, quanto através das divergências nos estudos feministas. Não existe consenso sobre o conceito; alguns autores o usam para se referir a uma forma de organização social em que o pai exerce o poder sobre os demais membros da família e também para referenciar a regimes políticos como a monarquia e outros.

A noção do patriarcado enquanto característica de sociedades pré-capitalistas nos moldes weberianos foi apropriada pelos liberais clássicos, como Rousseau, Locke e outros, para contrastar a ideia de cidadão, rompendo com a sujeição dos filhos ao pai. Nessa concepção, as sociedades modernas não são mais regidas pelo patriarca, cada indivíduo é dono de si próprio e capaz de tomar suas próprias decisões em meio à razão, desvinculando-se da figura protetora do patriarca. Nessa perspectiva, o contrato social enquanto direito político diverge do patriarcado, ou seja, do regime paterno em que a representação do pai é quem detém o poder político.

Por serem amplas as possibilidades de compreensão sobre o patriarcado e por não haver consenso sobre o conceito nos estudos feministas, muitas teóricas da área optaram por abandoná-lo ao fazerem a leitura de que o conceito é rígido na medida em que remete à matriz teórica weberiana. Ou seja, por ser um tipo-ideal, tem um sentido a-histórico, fixo e natural, podendo ser utilizado em diversos momentos históricos onde há dominação por um patriarca, sendo assim, não compatível com a organização das sociedades contemporâneas.

Nos anos 1980, com o desenvolvimento de gênero como categoria de análise, o conceito de patriarcado perdeu força nos estudos feministas. Em contrapartida, Pateman, Walby e Saffioti fazem a defesa da centralidade de se aprofundar na teoria social do patriarcado para compreender a opressão das mulheres

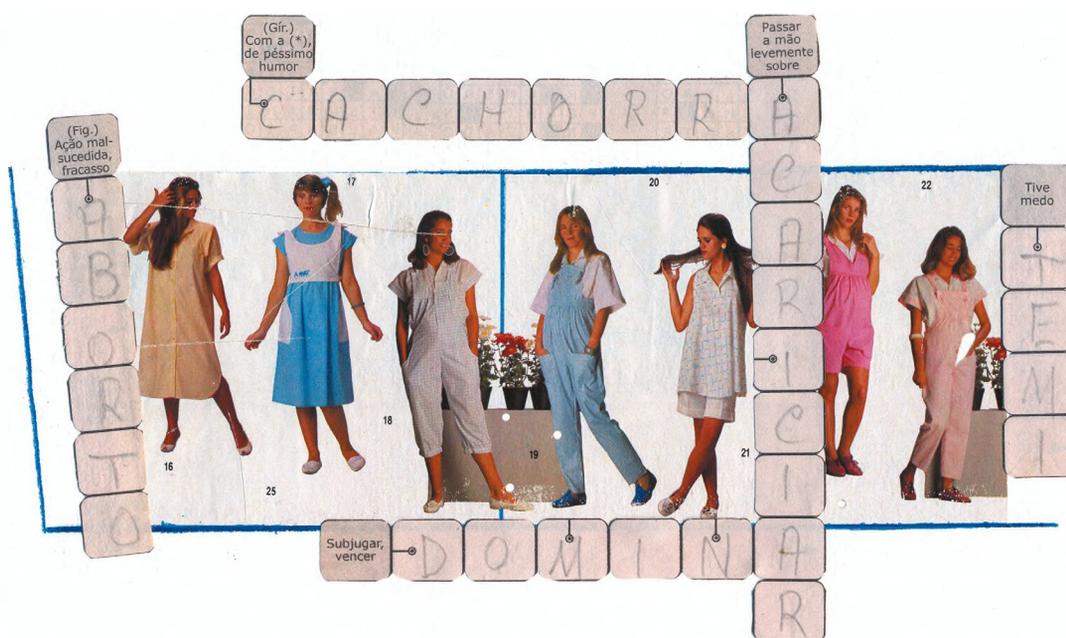
nas sociedades modernas. No entanto, Saffioti (1992) retifica que o conceito enquanto tipo-ideal weberiano não se aplica à análise da totalidade das relações de gênero nas sociedades capitalistas; sua teoria sobre o patriarcado distancia-se de Weber ao afirmar que:

*"a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana" (SAFFIOTI, 1992, p. 194).*

Dito isso, fica claro que as autoras aqui estudadas desenvolvem suas teorias não em conformidade com a leitura clássica sobre o patriarcado, mas sim refor-

mulando o conceito para análises das sociedades modernas. Tendo em vista os aspectos abordados anteriormente, Pateman (1993) coloca em questão que o contrato social criou o patriarcado fraternal moderno que se divide na esfera pública e esfera privada, essa última sem relevância política. Contar apenas a parte do contrato social e esconder o contrato sexual é um mecanismo patriarcal de continuar sujeitando as mulheres, enquanto os homens detém o poder político exercendo o livre direito aos corpos das mulheres através dos contratos de matrimônio, prostituição e barrigas de aluguel.

É importante ressaltar que, para a autora do *Contrato Sexual*, o patriarcado não deve ser visto apenas como a sujeição das mulheres na esfera privada, não



Maíra Lima

se entende a esfera pública sem a esfera privada, portanto deve-se analisar o patriarcado enquanto totalidade social, uma ordem patriarcal.

Walby (1990) nos ajuda a compreender o patriarcado enquanto um sistema com estruturas que se modificam ao longo do tempo, considerando as relações de classe e etnia e, também, como a forma e o grau diferem as dimensões que o patriarcado opera na vida das mulheres nas sociedades capitalistas. Suas contribuições nos permitem enxergar avanços, tais como as mulheres ocupando a esfera pública, o trabalho remunerado, as transformações nas relações domésticas, mas também como o patriarcado se faz presente nas relações públicas, submetendo as mulheres em relações patriarcais também na esfera privada. Sendo assim, o patriarcado é histórico, político e se altera com o passar do tempo, não podendo portanto ser justificado por argumentos biológicos.

Por sua vez, Saffioti (2004) contribui com a noção do patriarcado enquanto uma relação hierárquica que se faz presente em todos os espaços da sociedade,

com uma estrutura de poder com sua base material e ideológica. O patriarcado é histórico e socialmente construído, marcado por contradições e antagonismos, que deve ser analisado enquanto sistema. A grande contribuição da autora se deu na observação da relação da classe, raça/etnia e gênero como um sistema de dominação e exploração das mulheres, configurando-se em opressão. A compreensão desses três elementos enovelados são essenciais para a análise materialista histórico dialética da dinâmica do patriarcado.

As colaborações de Pateman (1993) Walby (1990) e Saffioti (1987; 1992; 2004) evidenciam que o patriarcado não se configura apenas nos moldes tradicionais das sociedades anteriores ao capitalismo, não se trata apenas da organização familiar e suas características na esfera privada, mas se constitui também na esfera pública perpassando de forma estrutural vários âmbitos da sociedade. Sendo assim, as teorias do patriarcado desenvolvidas nos estudos das autoras permite-nos compreender o patriarcado enquan-

to uma totalidade social que ao longo da história se modificou e que permanece atuante nas sociedades capitalistas.

Por fim, o exercício deste artigo é uma contribuição para a continuidade e aprofundamento sobre o

tema; a intenção foi trazer algumas questões centrais que visam compreender, em meio às teorias feministas, o conceito de patriarcado e sua importância no debate teórico sobre as análises das relações de gênero.

### Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Neuma. (2015), "Patriarcado". In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth (org.) *Dicionário feminino da infâmia*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Oswaldo Cruz.
- BOTTOMORE, Tom. (2012), *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zagar Editor Ltda.
- DELPHY, Cristine. (2009), "Patriarcado (teorias do)". In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo, Editora UNESP.
- FERNANDES, Florestan. (1996), *A família patriarcal e suas funções econômicas*. Revista USP. São Paulo, n. 29.
- FILMER, Sir Robert. (1949), *Patriarcha and Other Political Works*. Ed. Peter Laslett. Blackwell
- LOCKE, John. (1998), *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo, Martins Fontes.
- PATEMAN, Carole. (1993), *O contrato sexual*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia; OLIVEIRA, Marcia Gardênia. (2003), *Um toque de clássicos Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (2003). *Do contrato social*. São Paulo, Editora Martin Claret.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1987), *O poder do macho*. São Paulo, Moderna.
- \_\_\_\_\_. (1992), "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos tempos.
- \_\_\_\_\_. (2004), *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Perseu Abramo.
- WALBY, Silvia. (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford, Brasil Blackwell
- WEBER, Max. (2009), *Economia e Sociedade*. v.1. Brasília, UnB.

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 20 de abril de 2017.

# Descolonizar os feminismos latino americanos e caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça

## Fernanda Pereira de Araújo

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

### Contato:

fernandaparaujo@gmail.com

## Mayara Ferreira Mattos

Mestranda e bacharela em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

### Contato:

mayaraferreiramattos@gmail.com

### Palavras-chaves:

Patriarcado, Sociedades capitalistas, Estudos feministas, Relações de gênero.

### Keywords:

Patriarchy, Capitalist societies, Feminist studies, Gender's relations.

**Resumo:** A partir da localização e apresentação de conceitos centrais para a compreensão da corrente teórica decolonial, o artigo propõe voltar o olhar para as teorias feministas decoloniais identificando, para além dos conceitos, as principais preocupações, compromissos e desafios colocados por essa linha de pensamento Feminista Latino-Americana e Caribenha.

**Abstract:** By the location and presentation of central concepts to the comprehension of the decolonial theories, this article proposes to focus on the feminist decolonial theories, identifying, beyond the concepts, the main concerns, commitments and challenges imposed by this line of thought Feminist Latin-American and Caribbean.

## Introdução

Pretendemos com este trabalho trazer uma apresentação sobre o debate feminista decolonial através de algumas de suas vozes e conceitos centrais. A fim de compreender o feminismo decolonial enquanto uma opção teórica e política, traremos uma breve contextualização sobre a constituição do pensamento decolonial.

Este artigo não pretende dar conta da discussão decolonial em sua totalidade por compreender que se trata de uma teoria complexa e de muitas nuances. O que se propõe aqui é uma pequena revisão de um rico campo teórico ainda pouco estudado pelas ciências sociais brasileiras de modo geral e da importância da aproximação entre Teoria Feminista e Teoria Decolonial para os debates sobre gênero, sexualidade e raça.

## Dos estudos pós-coloniais e subalternos ao feminismo decolonial: um breve histórico

O feminismo decolonial se desenvolve como uma crítica contundente de intelectuais e militantes feministas latino-americanas e caribenas comprometidas com o desenvolvimento de um pensamento feminista decolonial preocupado em estudar, interpretar e visibilizar o processo histórico de dominação e resistência das mulheres do sul global, especialmente em relação às mulheres negras, indígenas e lésbicas.

O termo/conceito descolonização ou pós-colonial remete a dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao processo histórico das independências dos povos submetidos à colonização. Ochy Curriel, feminista decolonial, militante negra e lésbica, descreve esta noção como:

*"Descolonização, como conceito amplo se refere a processos de independência de povos e territórios que haviam sido submetidos a dominação colonial no político, econômico, social e cultural; [como aqueles] processos que sucederam na América entre 1783 e 1900 dos quais surgem os Estados Unidos y as repúblicas latino-americanas, os que sucederam entre 1920 e 1945 em relação com as dependências do Império Otomano e desde onde surgem as independências de boa parte dos Estados do oriente Médio e o Maghreb, e os que acontecem entre 1945 e 1970, a raiz dos quais o conjunto do continente africano e importantes áreas da Ásia, o Pacífico e o Caribe se estruturam em unidades políticas independentes"* (CURIEL, 2014, p. 326, tradução nossa).

A segunda concepção de descolonização ou pós-colonial – diretamente relacionada à primeira – compreende um movimento político, epistêmico e intelectual gerado, principalmente, pelo último período das independências, que provocou grande repercussão nos estudos literários, nas ciências humanas e sociais (CURIEL, 2014, p. 326). É importante destacar que os estudos subalternos e pós-coloniais foram desenvolvidos por intelectuais oriundos do chamado terceiro mundo e tiveram uma importante influência no desenvolvimento da teoria decolonial e/ou no "giro decolonial" da América Latina<sup>1</sup>. Dentre os principais nomes desse movimento estão Franz Fanon, Edward Said, Aimé Césaire, Homi Bhabha, Albert Memmi, Ranajit Guha, Gayatri Chakrabarty Spivak, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, dentre outros. Nas palavras de Luciana Ballestrin, a escola de pensamento pós-colonial:

*"Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua*

<sup>1</sup> No artigo "América Latina e o giro decolonial" Luciana Ballestrin se propõe "apresentar a constituição, a trajetória e pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade" e aponta a influência do Grupo de Estudos Subalternos sul-asiático para a constituição do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos e, posteriormente, a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade que, de acordo com análise de Ballestrin, é fundamental para se pensar a constituição e desenvolvimento da teoria decolonial.

*amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 91).*

Pode-se dizer que a teoria decolonial se desenvolve como desdobramento de um movimento de aproximação e distanciamento entre grupos de intelectuais sul-asiáticos e latino-americanos que compartilham a ideia de se produzir teoria social crítica baseada no questionamento do padrão histórico de poder em que está disposta a colonialidade, o capitalismo, o Estado-Nação, e o eurocentrismo.

O conceito de colonialidade/modernidade é central na teoria decolonial e, em linhas gerais, a colonialidade seria o lado obscuro e necessário da modernidade, que estaria intrinsecamente associada à experiência colonial produzida com a chegada dos europeus ao continente americano, e não com os eventos históricos, geograficamente localizados no território europeu, como a revolução industrial e francesa.

Assim, a modernidade se firma como retórica que se expressa pela salvação, em um primeiro momento, em nome da civilização, posteriormente, acionando o desenvolvimento e, atualmente, evocando preocupações democráticas ao redor do mundo<sup>2</sup>.

As feministas decoloniais têm buscado compreender a forma como a imposição colonial determinou e continua determinando modos de organização hierarquizados entre os gêneros. Trazido da Europa pelos colonizadores e (re)estruturado nas colônias, esse modo de organização hierarquizado foi imposto e instituído nas Américas e Caribe através da violência, resultando em uma separação não apenas entre homens e mulheres como também entre raças, estando o gênero subordinado à lógica de raça que reordena a existência humana. Tal modo de operar as relações entre gêneros, raças e classes tem gerado consequências desastrosas para a vida das mulheres dos países colonizados, se desdobrando em uma sociedade extremamente misógina, patriarcal e violenta para com as mulheres.

### Da emergência do feminismo decolonial

Para atender a projetos políticos e acadêmicos que dessem conta dos problemas, compromissos e preocupações específicas enfrentadas pelas mulheres negras, indígenas e lésbicas latino-americanas e caribenhos, na década de 80, nos encontros feministas latino americanos, começaram a emergir vozes e ações políticas. Essas vozes e ações visavam não só visibilizar reivindicações e problematizações outras que partiam do ponto de vista da subalternidade feminina, como também desafiavam os discursos hegemônicos ocidentais que se pautavam numa lógica

eurocêntrica, racista, classista, misógina, heterocentrada e colonial (ESPINOSA, CORREAL, MUÑOZ, 2014, p. 23).

A produção teórica dos feminismos hegemônicos não escapa à matriz de dominação imposta às mulheres subalternizadas, pois se esconde sob a categoria genérica "mulher" sem de fato discorrer sobre as diferentes formas de opressão que a colonialidade infringe aos corpos subalternizados.

Destacamos que a crítica ao universalismo da categoria mulher não nasce com o feminismo decolonial e sim que as feministas decoloniais absorvem as produções teóricas/políticas/práticas como das feministas negras estadunidenses, das feministas chicanas e pós-coloniais. Essas feministas desenvolvem conceitos e noções importantes que são incorporados e desenvolvidos pelas feministas decoloniais, por exemplo, o conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw e o de pensamento de fronteira desenvolvido por Gloria Anzaldúa.

O conceito de interseccionalidade, amplamente utilizado pelas feministas negras, é o entendimento de que as opressões se cruzam: as mulheres sofrem opressão machista, as mulheres pobres sofrem opressão machista e classista, as mulheres negras e pobres sofrem as opressões machistas, classistas e racistas.

Esse cruzamento de opressões faz com que as violências sofridas pelas mulheres sejam mais graves na medida que se interseccionam. A interseccionalidade pode ser descrita, então, como a consequência de diversas formas de opressão e dominação dentro das estruturas de poder. Muitas feministas negras norte americanas já estavam desenvolvendo essa noção, mas Kimberlé Crenshaw é reconhecida por cunhar o termo interseccionalidade e desenvolvê-lo.

A concepção feminista produzida a partir das experiências de mulheres subalternizadas evidencia como o debate de gênero e sexualidade, articulado às questões raciais, de classe e geopolíticas trazem inflexões e complexificação às teorias feministas eurocêntricas. Não se trata de descartar as teorias feministas produzidas pelas mulheres brancas dos centros de poder mundiais, mas sim de buscar valorizar e evidenciar as produções teóricas e práticas das mulheres das periferias do mundo a partir de suas experiências, utilizando as teorias feministas críticas aos processos de exploração capitalistas modernos.

Questionava-se, então, como o feminismo branco-burguês, que baseia seu discurso na superação da desigualdade de gênero, na dominação e opressão das mulheres entendida de forma universal e homogênea era [e ainda é] insustentável quando se trata de uma transformação real da realidade das mulheres desde o sul global. Desse modo, os movimentos de mulheres negras, indígenas e lésbicas trazem para o debate as diferenciações hierarquizantes a que estão

<sup>2</sup> Essas ideias se encontram no livro *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas* (LANDER, 2005).

dispostas as mulheres do chamado terceiro mundo, demonstrando como a ordem colonial histórica-política-econômica marcou e marca seus corpos a partir de violências muito específicas.

A busca por compreender os feminismos decoloniais passa, imprescindivelmente, por compreender que foi necessário que as feministas decoloniais criticassem o projeto teórico decolonial, apontando que a imposição das desigualdades de gênero é parte fundamental da constituição da modernidade/colonialidade.

O empreendimento colonial trouxe consigo a hierarquização dos gêneros. Essa tarefa se inicia com a necessidade que as feministas decoloniais tiveram em denunciar o silêncio dos teóricos decoloniais com

relação à opressão e violência de gênero. Maria Lugones, feminista decolonial argentina, aponta em seu artigo *Colonialidad y Género* sua preocupação com a indiferença dos homens – inclusive aqueles que são oprimidos pelo modelo capitalista moderno, pelo racismo, classismo e pela colonialidade – em relação às violências que:

*"Sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que [...] têm [criticado] o feminismo hegemônico por ignorar a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero"* (LUGONES, 2014a, p.57, tradução nossa).



Prisca Paes

É justamente esse silêncio que faz com que Lugones teça uma dura crítica a Anibal Quijano; a autora propõe, assim, o uso da categoria analítica denominada Colonialidade do Gênero. No artigo *Rumo a um feminismo descolonial*, a autora se propõe analisar a modernidade colonial através da imposição de gênero, como uma lente, partindo da premissa que a imposição colonial do gênero não é algo isolado, mas que está nas relações cotidianas.

Em Quijano o elemento articulador das opressões é a raça, relegando as questões de gênero a momentos anteriores à sociedade e à história, o que acaba por naturalizar as relações de gênero e a heteros-

sexualidade, como também serve "para encobrir a forma em que as mulheres do terceiro mundo experimentaram a colonização e continuam sofrendo seus efeitos na pós-colonialidade" (MENDONZA, 2014, p. 93, tradução nossa).

Lugones também critica "a ideia totalizante do conceito de raça" elaborada por Quijano, o que entende o sexo como algo inquestionavelmente biológico, sendo incapaz de perceber que no próprio significado de gênero estão inscritos tanto a ideia de um dimorfismo sexual ou biológico [a dicotomia homem-mulher], como o heterossexualismo e a distribuição patriarcal do poder. Dessa forma, a proposta de Lugones:

*"[...] da existência do que denomina Sistema Moderno Colonial de Gênero, seguirá completando-se em trabalhos posteriores afirmando que: (1) a primeira grande classificação que a colonização impôs foi a divisão entre humano e não humano; (2) a invenção do gênero é correlativa a supremacia do macho branco europeu possuidor de direitos sobre as mulheres de seu próprio grupo, todavia este é um tipo de relação reservada ao humano; a mulher branca como companheira e reprodutora da raça e do capital é humana; (3) ao resto das pessoas do mundo não europeu se impôs uma ordem natural ao serviço da supremacia branca (humana) pelo qual não se poderia afirmar que o sistema de gênero funcionara para os povos colonizados; desta forma, para a autora (4) a raça, o gênero e a sexualidade são categorias co-constitutivas da epistemia moderna colonial e não podem pensar-se por fora —desta episteme— como tampouco de maneira separada entre elas"* (LUGONES 2012 apud ESPINOSA, CORREAL e MUÑOZ, 2014, p.30, tradução nossa).

A reflexão de Lugones (2014b) sobre a lógica opressiva da modernidade colonial explica o que seria a lógica categorial e as dicotomias hierárquicas interpostas que estão no cerne da questão da modernidade colonial. A autora demonstra como a modernidade organiza o mundo em categorias, definindo-as como homogêneas, atômicas e separáveis. Para além disso, há também a hierarquização dicotômica, que são formas de ver o mundo em dois polos, sendo um sempre superior ao outro.

Desse modo, um dos problemas que permeiam a lógica categorial e da dicotomia hierárquica ocorre no momento da intersecção entre, por exemplo, mulheres e negros, uma vez que, quando se fala de mulheres, recortam-se as mulheres brancas e, quando se fala de pessoas negras, emergem os homens. Então, as mulheres negras vão sempre estar marginalizadas da discussão (LUGONES, 2014b).

A dicotomia central da modernidade colonial é operante pelo par opositivo humano/não humano, que foi imposta aos sujeitos racializados do intitulado terceiro mundo. Além dessa dicotomia, imposta pelos colonizadores europeus aos(as) colonizados(as), outra oposição se estabeleceu como distinção colonial; qual seja: o par macho/fêmea.

O homem burguês/colonial/moderno se tornou um agente que seria o mais apto para todas as decisões, já os(as) colonizados(as) foram colocados(as) na categoria de não humanos, pois aos olhos dos europeus esses (essas) não se encaixavam dentro das características dos(as) "civilizados(as)", nesse caso o par homem/mulher. Como a própria humanidade lhes foi negada, não era possível nem mesmo categorizá-los(las) pela oposição homem/mulher, eles(as) eram vistos(as) como animais, como machos/fêmeas (LUGONES, 2014a).

Sueli Carneiro, filósofa e escritora brasileira, mili-

tante do movimento negro e fundadora do Instituto da Mulher Negra - Geledés, tem se dedicado a mostrar como, no Brasil, o mito da igualdade racial é nefasto na luta contra o racismo ao apagar as violências cotidianas vividas pela população negra, em especial pelas mulheres negras que vivenciaram e vivenciam violações terríveis. Tendo as mesmas sido (e ainda são) justificadas e apagadas, antes pela escravização e a desumanização causadas pelas relações coloniais, e hoje pelo racismo e erotização dos corpos das mulheres negras. Sueli (2001) argumenta que:

*"No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas conseqüências. Essa violência sexual colonial é, também, o "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como "a grande teoria do esperma em nossa formação nacional", através da qual, segundo Gilliam: 'O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance' [...] As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras."* (CARNEIRO, 2011, s/p).

"As mulheres negras, no Brasil, nunca foram tratadas como frágeis, a elas não se negava o direito ao trabalho, ao contrário, seus corpos foram explorados até mais que os corpos masculinos, uma vez que, além do trabalho físico a elas estavam destinadas as violências sexuais cotidianas".

Ochy Curiel (2007; 2009) trata das relações entre Estado-nação moderno/colonial, a família e heterossexualidade como um regime político. A autora vai trazer a perspectiva lésbica feminista em termos racializados para questionar construções que se baseiam na ideia de maternidade, exploração econômica das mulheres, idealização do amor e do casamento heterossexual, tudo isso sob um prisma que diz respeito a mecanismos de dominação e controle físico, emocional e econômicos dos homens sobre as mulheres, legitimado por meio do aparato legítimo que se configura na estrutura do Estado-Nação.

Neste sentido, a heterossexualidade é apontada não como uma "escolha" ou como "inclinação natural" mas, na verdade, como uma imposição colocada

desde o período colonial como algo natural.

Desse modo, a lógica colonial foi sendo reinventada e atualizada, na medida em que os(as) colonizados(as) passaram a adquirir o *status* de humanidade. Operou-se ao mesmo tempo uma diferenciação sexual entre homens e mulheres de modo homogêneo e a-histórico, desconsiderando outras formas de concepção do que viria a ser homem e mulher. Assim como a raça, o Estado-nação também homogeniza as sexualidades e os arranjos afetivos, tornando a heterossexualidade um regime compulsório e político.

### Por que feminismo decolonial?

Na apresentação do livro *Feminismo y cambio social en América Latina y Caribe*, Alba Carosio destaca que o feminismo como "sentimento ético, político, social e econômico" direciona sérias críticas ao modelo hegemônico, evidenciando que as desigualdades entre homens e mulheres são agravadas pelo modelo neoliberal imposto para América Latina e Caribe, onde desigualdades e injustiças fazem parte de um longo e complexo processo histórico.

Para Alba Carosio existe uma diversidade vibrante de lutas, atrizes e atores políticos, movimentos sociais e organizações que miram em uma direção anti neoliberal e contra hegemônica e o feminismo é parte fundamental deste movimento. Sendo assim:

*"O feminismo como teoria, práxis e projeto político que reivindica a diferença e a igualdade da metade da humanidade, vem pensando a partir de uma periferia cotidiana, comum e naturalizada, e vem fornecendo análises desveladoras da invisível discriminação e opressão sexual, junto com potencia subversiva, utopias radicais e propostas emancipatórias. Há uma vitalidade feminista renovada que não deixa de protagonizar lutas para aprofundar a igualdade e a emancipação"* (Carosio, 2012, p. 10-11, tradução nossa).

Catherine Walsh (2005), pedagoga e intelectual-militante, delinea as questões que atravessam a modernidade/colonialidade e que primam por postular o conhecimento científico como única forma válida de produzir verdades sobre a vida humana e a natureza, sendo responsável pelo processo dominante da globalização que se firma como uma ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso. A autora denuncia como a produção desse saber se constituiu sob um ponto de vista hegemonicamente masculino/branco/europeu/estadunidense/cristão/capitalista/heterossexual.

A luta das feministas do sul para descolonizar os feminismos implica evidenciar como é fundamental articular as discussões sobre gênero, sexualidade, raça e classe nas produções teóricas e atuação política. As mulheres negras, indígenas, lésbicas e pobres

foram e são as que mais sofrem com as violências cotidianas e, também, são aquelas que têm seus trabalhos acadêmicos mais invisibilizados. É possível pensar que a produção de conhecimento crítico a partir das experiências situadas dessas mulheres, articulada a ação política, pode promover discursos outros que implicam numa prática política crítica e transformadora das suas realidades (CURIEL, 2007).

Gloria Anzaldúa, feminista chicana, é um exemplo de como é possível, a partir de uma escrita localizada na experiência encarnada, realizar uma crítica sensível e ao mesmo tempo contundente. A autora conta como se afastou de sua comunidade em busca de se libertar das imposições de uma vida pautada na naturalização do trabalho de cuidado como obrigação das mulheres e na negação da possibilidade de escolher por estudar e ter uma carreira, por não se casar e não ter filhos.

Tal escrita tem uma potência crítica e subversiva que pode ser traduzida como uma verdadeira desobediência epistêmica, por produzir conhecimento fora dos padrões hegemônicos, seja pelo lugar de onde a autora fala como também pela linguagem pessoalizada que usa. A autora conta que foi a primeira de seis gerações a sair do vale onde vivia e que foi a primeira da família a deixar a casa. A questão da fronteira e da interseccionalidade está presente em todo seu texto. Anzaldúa descreve a complexa e contraditória sensação de não pertencer mais a sua comunidade de origem, por ter deixado-a e, ao mesmo tempo, não se sentir pertencente à sociedade norte-americana, onde vive. Em um tom de rebeldia, destacado já no título do texto, pode-se dizer que a autora realiza um protesto:

*"Há uma rebelde em mim — a Besta da Sombra. É uma parte de mim que se nega a aceitar ordens de autoridades externas. Se nega aceitar ordens de minha vontade consciente, desafia a soberania de meu próprio governo. É esta parte de mim que odeia as restrições de qualquer classe. Incluindo as autoimpostas. Ao mínimo amago de de qualquer outro de limitarme tempo e meu espaço, pataleia com ambas pernas. Se desboca"* (ANZALDÚA, 2004, p. 72).

Partindo dessas constatações, desnudar a colonialidade é desvelar a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano e natureza, humano e não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana, produzindo, então, efeitos de caráter hierárquicos.

Estudar e compreender os feminismos decoloniais, tão pouco conhecidos no Brasil ou, pelo menos no Sudeste, representa a valorização da produção de conhecimento e de uma prática política das mulheres do terceiro mundo. Pode ser uma valiosa oportunidade

de de compreendermos que nossas realidades têm muito mais em comum com as demais mulheres latino-americanas e caribenhas do que com as mulheres do norte global.

### Conclusão

As vozes feministas latino-americanas e caribenhas não podem ser entendidas de modo unívoco. As lutas são diversas [indígenas, negras, lésbicas, trans etc]. A organização das mulheres negras, a articulação do movimento de mulheres indígenas, quilombolas, camponesas, lésbicas, etc, através de movimen-

tos sociais e da academia crítica vêm demonstrando que existe um potencial emancipatório vibrante nos feminismos do sul.

As contribuições promovidas a partir desse pensamento crítico permitem mapear os focos de lutas feministas, denunciando a exploração das mulheres e negação da capacidade de gerirem e terem controle sobre suas escolhas, suas vidas e seus corpos. Denunciar as violências e opressões impostas a nós, mulheres do sul global, partindo das nossas experiências pode ser o passo que precisamos dar para avançar rumo à descolonização de nossas vidas, nossos corpos e nossos saberes.

### Referencias Bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. (2004), "Movimientos de rebeldía y Las culturas que traicionan." En: *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Hooks, Bell. Brahe, Avatar; et. AL. Editorial Traficantes de sueños. Madrid, p. 72-80.
- BALLESTRIN, Luciana. (2013), "América Latina e o giro Decolonial." *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, número 11, p. 89-117.
- CARNEIRO, Sueli. (2001), "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero" *Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do S, s/p*. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 17/05/2017
- CAROSIO, Alba. (2012), *Presentación Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*, CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 9-17.
- CURIEL, Ochy. (2007), "Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista" *Nómadas, Bogotá*, 26: 92-101.
- \_\_\_\_\_. (2009), "Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde America latina y el Caribe" *Parte de esta ponencia fue presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires, s/p*.
- \_\_\_\_\_. (2014), "Hacia la construcción de un feminismo descolonizado", in ESPINOSA, Yuderkys; Gómez, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- SPINOSA, GÓMEZ & OCHOA. (2014), "Introdução", in ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; OCHOA, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- LANDER, Edgardo (org). (2005), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Colección Sur-Sur, CLACSO. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtualclacso.org.ar/>.
- LUGONES, María. (2014), "Colonialidad y Género", in ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- \_\_\_\_\_. (2014), "Rumo a um feminismo descolonial." *Estudos feministas*. Florianópolis 22, 3: 935-952.
- MENDONZA, Breny. (2014), "La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano", in ESPINOSA, Yuderkys; Gómez, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- WALSH, Catherine. (2005), *Pensamiento Crítico y matriz (de) colonial, Reflexiones Latinoamericanas, Introducción*. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, Editorial Abya-Yala.

Recebido em: 30 de julho de 2016.  
Aprovado em: 24 de abril de 2017.

# Articulando gênero e raça: algumas críticas do feminismo negro ao pensamento feminista hegemônico ocidental

**Jennifer Stephanie Cardoso dos Santos**

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

**Contato:**

jennysteph@yahoo.com.br

**Palavras-chaves:**

Movimento feminista, Feminismo negro, Mulheres negras, Interseccionalidade.

**Keywords:**

Feminist movement, Black feminism, Black women, Interseccional-ity.

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo traçar um breve histórico do movimento feminista ocidental, bem como sua luta para promover o acesso a direitos para as mulheres. Todavia, pretende-se problematizar a maneira como o feminismo ocidental a partir da década de 1960 não foi capaz de dar conta das especificidades que envolvem as mulheres negras. Além disso, buscou-se evidenciar a importância do conceito de interseccionalidade, aceito pela teoria feminista, capaz de dar conta das múltiplas formas de opressão das quais uma mulher negra pode ser vítima levando em conta os múltiplos aspectos de sua identidade pessoal.

**Abstract:** This article aims to trace a brief history of the Western feminist movement and its struggle to promote access to rights for women. However, we intend to discuss how the Western feminism from the 1960s was not able to give account of the specificities of black women. In addition, it sought to highlight the importance of the concept of intersectionality, accepted by the feminist theory, capable of handling multiple forms of oppression which a black woman may be a victim of, taking into account the multiple aspects of their personal identity.

## Introdução

O feminismo é um movimento social e político que surge no século XIX e possui como bandeira de luta a busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres. O movimento feminista buscou, a partir de uma série de lutas, promover a igualdade entre os sexos. No final do século XIX e início do século XX, a luta feminista era por direitos políticos com o objetivo de que as mulheres também possuíssem o direito ao voto. Esse movimento ficou conhecido como sufrágista e correspondeu à chamada primeira onda do movimento feminista. Segundo Alves e Pitanguy (1991),

*"Iniciou-se o sufrágismo, enquanto movimento, nos Estados Unidos, em 1848. Denuncia a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destituídos de renda" (1991, p. 44).*

Alves e Pitanguy (1991) afirmam que no Brasil a luta pelo direito ao voto feminino não atingiu o mesmo nível de movimento de massas como havia ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Segundo essas autoras, no Brasil, Bertha Lutz inaugura, em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher que mais tarde passa a ser chamada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que dá continuidade à luta estabelecida anteriormente, em 1910, com a criação do Partido Republicano da Mulher, que tinha como principal objetivo ampliar os debates acerca do

direito ao voto feminino. O Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a incluir em sua Constituição o exercício do direito ao voto às mulheres. Esse fato intensifica as mobilizações que passam a exigir que o direito ao voto feminino passe a ser permitido em todo Brasil. As autoras apontam que quando Getúlio Vargas, em 1932, promulga o decreto-lei que permite sufrágio às mulheres, este já vinha sendo exercido em dez estados brasileiros.

Ainda no sentido de luta por igualdade política e reconhecimento de cidadania, Rossi-Doria (1995) argumenta acerca das várias situações de desigualdade entre homens e mulheres. Ela afirma que as mulheres casadas eram excluídas do direito de propriedade e até mesmo o seu direito ao corpo lhes era negado, uma vez que o estupro dentro do casamento ainda não era reconhecido na esfera jurídica.

Segundo Alves e Pitanguy (1991, p.49), "os anos 1930 e 1940 representam um período em que, *formalmente*, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho" (grifo das autoras). As autoras ressaltam que essa aparente igualdade entre os sexos veio a confluir com os interesses econômicos daquele momento histórico em que estava prestes a eclodir uma nova guerra mundial. Assim, a mão de obra feminina passa a ser valorizada em virtude da necessidade de liberar os homens para frente de batalha. Todavia, as autoras apontam que, ao término da guerra e com o retorno da mão de obra masculina, a ideologia da diferencia-

ção biológica que atribui papéis segundo o sexo volta a ser reforçada. Reina a concepção de que às mulheres cabe o espaço doméstico enquanto aos homens cabe o espaço público, o trabalho nas fábricas.

Em 1949, Simone de Beauvoir publica o livro *O Segundo sexo*, onde denuncia as raízes culturais das desigualdades entre homens e mulheres. Nesse livro, Beauvoir "afirma ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição, como ela a vivencia qual o universo ao qual está circunscrita" (ALVES & PITANGUY, 1991, p. 52). Essas autoras apontam que a obra de Beauvoir é um marco, pois é a base na qual se sustentam os fundamentos da reflexão do movimento feminista que ressurgirá a partir da década de 1960.

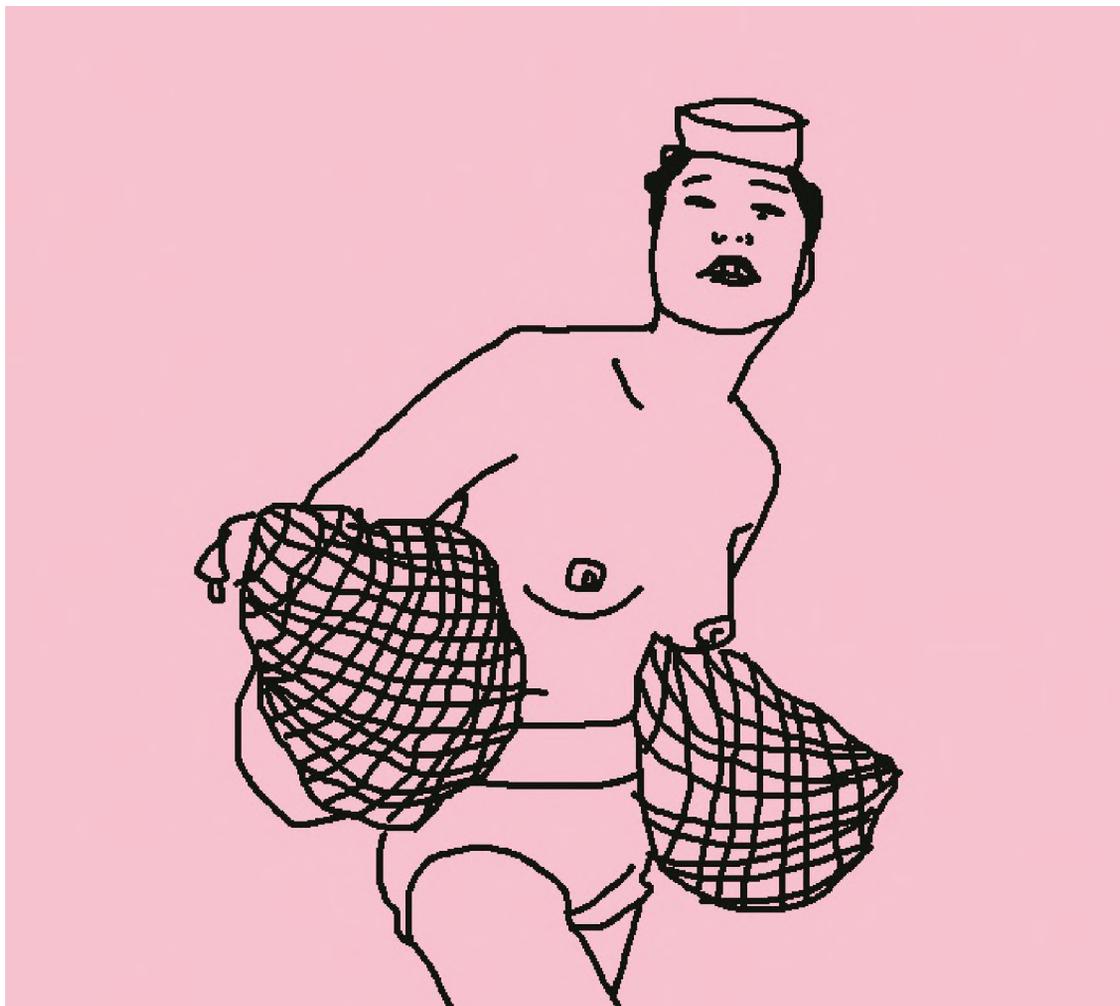
É com base nos escritos de Beauvoir que Betty Friedan publica a obra *The feminine Mystique* de 1963. Obra considerada um marco por promover a quebra de paradigmas patriarcais constituídos nas sociedades modernas a partir do processo de industrialização que separavam a esfera produtiva da esfera reprodutiva, ou seja, a designação das mulheres à esfera doméstica, partindo da premissa de que as mulheres deveriam ficar apenas no próprio lar cuidando da casa e filhos enquanto o homem provê o sustento para a família. Segundo Alves e Pitanguy (1991), é nes-

te livro, a partir de um conjunto de depoimentos de mulheres de classe média dos EUA, que se detectaria o que Friedan denominou "o mal que não tem nome", o que segundo as autoras se traduziria em frustração constante e indefinida. Outras autoras como Kate Millet e Juliet Mitchel também elaboram teorias sobre o patriarcado e a condição da mulher na sociedade.

*"Na década de 1960, o feminismo incorpora, portanto, outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para o exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis – questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denuncia [...] a crença da inferioridade "natural" da mulher calcada em fatores biológicos" (ALVES e PITANGUY, 1992, p. 54).*

A segunda onda do movimento feminista é marcada pela luta por direitos sociais. Entretanto, esse não foi o único direito reivindicado pelo movimento no período. Assim, além da luta por ocupações no mercado de trabalho, houve também luta pelo direito ao corpo e à sexualidade, sendo o slogan de Carol Hanisch "o pessoal é político" um marco para essa fase.

Todavia, com tantas conquistas alcançadas pelo movimento feminista ocidental, onde se encontravam as mulheres negras dentro desse movimento? As rei-



Ingrid Sá Lee

vindicações dessas mulheres eram as mesmas das mulheres brancas que faziam a teoria feminista? As formas de opressão e de superação eram as mesmas para mulheres negras e mulheres brancas?

Com base nesses questionamentos e após uma série de críticas ao livro *The feminine Mystique* (A Mística Feminina), bell hooks (2015) aponta:

*"As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista"* (HOOKS, 2015, p. 196).

Nesse sentido, várias críticas de diversas autoras negras foram dirigidas às feministas brancas por invisibilizar ou não questionar o lugar da mulher negra dentro da estrutura sexista e racista da sociedade. E, além disso, por usar como modelo de análise um padrão do que é "ser" mulher constituído a partir das experiências de mulheres brancas (HOOKS, 1981; 2000; COLLINS, 2000).

A obra de Friedan apenas levou em consideração as experiências das mulheres brancas de classe média e as universalizou ao grupo de mulheres. Entretanto, as reivindicações das mulheres negras eram diferentes, já que ocupavam outra posição na sociedade. Em seu estudo acerca das famílias monoparentais, Santos (2008) realiza uma série de entrevista e uma das pessoas indagadas é categórica ao afirmar que "as mulheres negras trabalham e são chefes de famílias monoparentais desde a escravidão, sendo o fenômeno da participação feminina no mercado de trabalho e a formação de famílias monoparentais, novidade apenas para as famílias de classe média branca." (SANTOS, 2008, p. 99)

### A crítica das feministas negras norte-americanas

Em 1851, Sojourner Truth profere um discurso na *Women's Rights Convention* (Convenção dos Direitos das Mulheres) em Ohio, Estados Unidos. O discurso foi intitulado "Ain't I a woman?" (Não sou uma mulher?). Nesse discurso, Sojourner Truth já àquela época retrata as desigualdades entre as mulheres brancas e negras, e como essas últimas têm sua situação invisibilizada na sociedade graças a uma estrutura racista. Ela questiona as formas de tratamento empregadas às mulheres:

*"Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não*

*sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?"* (TRUTH, S. Em discurso proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851).

Cabe aqui ressaltar que este discurso foi proferido muito antes dos escritos de Beauvoir (1949) e já questionava os papéis atribuídos segundo o gênero. No entanto, este discurso é praticamente desconhecido (ou ignorado) por grande parte dos estudiosos das questões de gênero. Além disso, vale destacar o protagonismo de Sojourner Truth enquanto mulher negra e ex-escrava na luta abolicionista.

O movimento feminista negro começa a ganhar força entre 1960 e 1980, em razão da fundação da *National Black Feminist*, nos EUA, em 1973. Além disso, feministas negras passaram a escrever sobre a temática racial, dando origem a uma literatura acadêmica nesse sentido (RODRIGUES, 2013). As feministas negras se encarregaram de relatar e problematizar as vivências e condições de vida das mulheres negras. Porém, alguns escritos do pensamento feminista de mulheres negras norte-americanas surgem no sentido de criticar e problematizar o posicionamento do feminismo vigente até aquele momento, que considerava a mulher branca de classe média como referência do "ser" mulher. Nesse contexto, surgem várias autoras negras que buscam dar visibilidade para a situação das mulheres negras em uma sociedade altamente racista e sexista como a norte-americana.

bell hooks (1981) aponta que nenhum outro grupo tinha sua identidade tão ocultada como tinham as mulheres negras. Para essa autora, quando a questão dizia respeito ao povo negro, o sexismo atuava contra o reconhecimento das mulheres negras; quando o foco estava sobre as mulheres, o racismo atuava contra o reconhecimento das mulheres negras. Segundo ela, o local onde isso era mais evidente era no corpo teórico da vasta literatura feminista. Essa autora traz à tona o fato de as feministas não terem desafiado essa noção racista-sexista, mas de apenas a terem preservado. Ao mencionar os debates a respeito do direito ao voto nos EUA, hooks (1981) afirma que na luta pelo direito ao voto as feministas faziam analogias que deixavam claro que, quando falavam em mulheres, referiam-se às brancas e, quando citavam os negros, falavam dos homens negros, portanto ocultando o lugar da mulher negra nessa discussão e não reconhecendo como legítimo seu direito à cidadania.

Além disso, bell hooks (2000) dirige duras críticas à forma como as mulheres brancas feministas universalizam a "categoria mulher" a partir de suas próprias experiências, como se toda mulher fosse branca e pertencesse à classe dominante, desconsiderando as contradições de classe e raça.

*"As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher" (HOOKS, 2015).*

Acrescenta-se que para que, para hooks (2015), o sexismo dos homens negros e o racismo das mulheres brancas acabam por prejudicar a luta contra o racismo no primeiro caso e a luta feminista no segundo, devido ao fato de ambos os grupos lutarem apenas por seus interesses particulares.

Seguindo a mesma linha, Patricia Hill Collins (2015) apresenta argumentos que expressam críticas à maneira como trabalhos considerados fundamentais para a teoria feminista centram sua análise em um único modelo de mulher tomando-o como geral: mulheres brancas e de classe média.

Romio (2013), ao analisar os estudos de Patricia Hill Collins e Deborah King, pensadoras que segundo ela definiram o pensamento feminista negro nos EUA, afirma que:

*"Para elas, o desenvolvimento adequado da definição do pensamento feminista negro envolve enfrentar o complexo nexus de relações entre as classificações biológicas, a construção social de raça e o gênero como categorias de análise, as condições materiais que acompanham as mudanças nas construções sociais, e a consciência das mulheres negras sobre as diversas realidades vivenciadas." (ROMIO, 2013, p. 136)*

No sentido de articular gênero e raça para explicar as diferentes formas de subordinação das mulheres negras, Collins (2000) explica que as formas de opressão a que as mulheres negras foram vítimas no período escravocrata se constituíram como base para todas as relações subsequentes. A autora aponta que as formas de opressão se davam em três dimensões interdependentes, a saber: econômica, política e ideológica. Na primeira dimensão, Collins (2000, p. 4-5) aponta para a exploração do trabalho das mulheres negras. A segunda dimensão diz respeito à negação dos direitos de cidadania às populações negras. Já a dimensão ideológica está ligada à imagem das mulheres negras na sociedade: imagens como de prostituta, por exemplo, eram usadas como forma de controle desse grupo. Ainda segundo essa autora, essa ideologia penetra na sociedade de tal maneira que é vista

como natural. Essas dimensões se complementam de tal forma que criam um sistema social de controle que atribui um lugar de subordinação às mulheres negras. Vale ressaltar que essas dimensões formam um emaranhado que perdura até hoje tanto na sociedade americana quanto na brasileira.

As feministas negras norte-americanas, em sua maioria, apontaram para necessidade de se articularem gênero e raça nos estudos feministas, fornecendo explicações para como as formas de opressão atuam de maneiras diferentes sobre as mulheres dentro de suas especificidades. No sentido de unificar as formas de opressão para uma análise mais apropriada, Lorde (2009) explicita que as formas de opressão não são hierárquicas, constituem-se na mesma fonte e separá-las por partes é diminuir um aspecto da identidade pessoal em relação a outro.

### Feminismo Negro no Brasil

Após o golpe militar de 1964, os movimentos sociais no Brasil tiveram suas atividades suspensas. Apenas em meados dos anos 1970 que os movimentos feminista e negro voltaram a suas atividades; no entanto, a ditadura militar ainda estava em vigor. Nesse contexto, e respeitadas as diferenças, ambos levantavam como bandeira de lutas a redemocratização do país, o fim das desigualdades sociais e a plena cidadania, e carregavam como ponto em comum as dificuldades de incorporação das especificidades das mulheres negras (RIBEIRO, 1995; RODRIGUES, 2013).

As mulheres negras passaram a argumentar que suas especificidades vinham sendo ocultadas tanto pelo Movimento de Mulheres que partia do pressuposto que todas as mulheres seriam iguais dadas suas características biológicas, quanto pelo Ativismo Negro que acreditava que a igualdade racial era o ponto mais importante de luta, negando as diferenças de opressões sofridas por cada um dos sexos. Para Ribeiro (1995), no movimento feminista, o "ser mulher" ocultou a variável racial e, no movimento negro, a raça ocultou o gênero. Assim, a mulher negra aparece como "sujeito implícito". Ambos os movimentos se tornaram institucionalizados acreditando na ideia de igualdade a tal ponto que entre as feministas a questão racial não era crucial e entre os negros as diferenças de gênero foram desprezadas. (RIBEIRO, 1995; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; RODRIGUES, 2013).

Dessa maneira, a situação de opressão sofrida por mulheres negras foi silenciada, na medida em que não havia movimento político capaz de articular a problemática do racismo e do sexismo na sociedade como uma bandeira de luta. Assim, as mulheres negras saíram à luta contra o racismo e para serem reconhecidas como atrizes políticas dentro de cada uma de suas especificidades.

Lélia Gonzalez, pioneira no trabalho acadêmico acerca do feminismo negro no Brasil, tem sua obra

marcada por duras críticas dirigidas ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento que contribuíram para a invisibilidade da situação da mulher negra no Brasil. Gonzalez (1988) considera que o racismo latino-americano possui mecanismos sofisticados o suficiente para manter negros e índios subordinados graças à formação ideológica propagada através dos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais que estabelecem e reforçam o mito da supremacia branca, as únicas formas de classificação e valores considerados verdadeiros e universais. Ela chama esse processo de ideologia do branqueamento. O mito da superioridade branca é internalizado pelo sujeito e este cria o desejo de "embranquecer", daí resulta a negação da própria raça e cultura.

Um dos trabalhos que ganhou destaque por articular as categorias raça e gênero foi o artigo de Gonzalez intitulado "Racismo e Sexismo na cultura brasileira" de 1983. Nesse trabalho a autora aponta como elementos da cultura escravocrata no Brasil, como a doméstica (referência à mucama), ainda continuam vivos nos dias de hoje, 128 anos após o fim da Escravidão!

Gonzalez (1983) traça ao longo do artigo uma argumentação para explicar como existem operadores simbólicos para a naturalização do racismo e do sexismo. Segundo ela, o carnaval cumpre a função de reforçar o mito da democracia racial, na medida em que incorpora elementos como o samba, além de reforçar a figura da mulata, criando uma aparência de harmonia entre as raças que validam a cada ano a tese de que no Brasil não existe racismo.

*"O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba", "que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente". É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la" (GONZALEZ, 1983, p. 228).*

O mito da democracia racial articulado ao sexismo produz sérias consequências para as mulheres negras, naturalizando situações de desigualdade e violência contra essa população. As formas contemporâneas da Casa grande e senzala são naturalizadas a tal nível que Ribeiro (1995) a chama de neurose cultural brasileira.

*"Para nós o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido veremos que sua articulação com*

*o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra. O engendramento da mulata e da doméstica fez-se a partir da figura da mucama. A doméstica nada mais é do que a mucama permitida a dar prestações de bens e serviços. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras de classe média. Não adianta serem educadas ou estarem bem vestidas, afinal boa aparência como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria branca unicamente atribuível a brancas ou clarinhas" (RIBEIRO, 1995, p. 447).*

Diante disso, Carneiro (2011) aponta para a necessidade de se "enegrecer" o feminismo. Segundo ela, um feminismo negro na América Latina deve levar em conta que essas sociedades são construídas em bases multirraciais, pluriculturais e ainda assim racistas. Assim, deve-se colocar ênfase no racismo e como este influencia as relações de gênero dado que este tem papel decisivo na construção da hierarquia de gênero em nossa sociedade.

*"Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro" (CARNEIRO, 2011).*

Além de Suely Carneiro e Matilde Ribeiro, várias pensadoras feministas negras brasileiras, como Beatriz Nascimento e Jurema Werneck, problematizaram a articulação de gênero e raça para dar conta das especificidades das mulheres negras na sociedade brasileira.

## O conceito de Interseccionalidade

É neste contexto de revisão crítica da teoria feminista branca até então vigente que Kimberle Crenshaw elabora um conceito fundamental nas análises do feminismo negro: interseccionalidade, conceito que busca unificar as categorias de opressão para uma análise mais completa. Nas palavras da autora:

*"A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo,*

*o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).*

Luiza Bairros, no artigo “Nossos feminismos revistados” de 1995, faz um esforço de mostrar as correntes da teoria feminista, seus pressupostos, além de tentativas de articular raça e gênero para a construção do pensamento feminismo negro. Bairros (1995) aponta que a experiência da opressão sexista

se dá dentro de uma matriz de dominação onde as formas de opressão de raça, gênero e classe social se cruzam em diferentes lugares.

*“Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social, orientação*



Prisca Paes

*sexual reconfiguram-se mutuamente formando (...) um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade” (BAIROS, 1995, p. 461).*

Bairros (1995) ainda enfatiza que entender esse ponto permite compreender os diferentes feminismos, mais ainda, permite pensar os movimentos negro e de mulheres negras.

*“Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras lutar contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra” (BAIROS, 1995, p. 461).*

Ainda segundo Crenshaw (2002), a dificuldade referente ao conceito de interseccionalidade está no fato de que esta trabalha a diferença dentro da diferença. “No entanto, as leis e as políticas nem sempre preveem que somos, ao mesmo tempo, mulheres e negras. [...] Uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2002, p. 9).

Rodrigues (2013) reforça que a maneira como foi formulado originalmente o conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às especificidades do ser mulher sem cair em um englobamento comum (sexo biológico); porém, sem dar ênfase a um “relativismo que desloca as relações de poder transformando-as em mero objeto de disputa”. (RODRIGUES, 2013, p. 6). Crenshaw (2002) afirma que o conceito

sugere que às vezes não estamos lidando com grupos diferentes, mas sim, sobrepostos. A autora cita como exemplo um caso judicial envolvendo mulheres negras e a fábrica General Motors.

*"Várias mulheres afro-americanas afirmavam ter sido discriminadas pela General Motors, porque, segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras. [...] Havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas. Na General Motors, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E, como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. [...] Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. [...] O tribunal insistiu para que as mulheres provassem, primeiramente, que estavam sofrendo discriminação racial e, depois, que estavam sofrendo discriminação de gênero. Isso gerou um problema óbvio. [...] Inicialmente, o tribunal perguntou: "Houve discriminação racial?" Resposta: "Bem, não. Não houve discriminação racial porque a General Motors contratou negros, homens negros". A segunda pergunta foi: "Houve discriminação de gênero?" Resposta: "Não, não houve discriminação de gênero". A empresa havia contratado mulheres que, por acaso, eram brancas. Portanto, o que o tribunal estava dizendo, [...] basicamente elas não haviam sofrido qualquer tipo de discriminação que a lei estivesse disposta a reconhecer. Por essa razão, as mulheres negras foram informadas de que seu processo por discriminação não tinha fundamento." (CRENSHAW, 2002, p. 10-11).*

Segundo King (1988, apud Romio, 2013, p. 138) os modelos de interpretação aditivos das formas de

opressão (racista, sexista e classista) acabam se tornando simplistas ao tomarem como ponto de partida que as formas de opressão são apenas a soma umas das outras. O que deveria se dar a partir de uma análise interseccionada acaba se tornando uma forma hierarquizada – conforme apontado por Audre Lorde (2009) – em que, dependendo do elemento objeto de análise, obtém-se um resultado diferente.

*"Portanto, ao analisar a realidade das mulheres não se pode partir de um só ângulo. No caso das mulheres negras, suas experiências de vida são pautadas por relações de poder que assumem diversificadas configurações que, conscientemente ou não, as mantêm sob o jugo machista e branco. Enfrentam diferentes formas de opressão que não se resumem a de gênero ou a forma desigual com que são estabelecidos os papéis sociais e distribuído o poder que cada qual assume na relação com o outro. As formas de opressão confundem-se em relações mais complexas, históricas variadas que se inter-cruzam e refletem, principalmente, as relações de poder de um grupo sobre o outro" (SILVA, 2000).*

### Considerações Finais

Em linhas gerais, tratou-se aqui de efetuar um esforço para a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres negras dentro dos movimentos feminista e negro, bem como traçar um percurso histórico de construção do pensamento feminista até o momento de construção de um dos conceitos centrais no feminismo negro, a saber: interseccionalidade, conceito capaz de dar conta das especificidades vivenciadas por cada mulher, bem como de todas as formas de opressão a que podem ser subordinadas. Assim, as mulheres negras foram capazes de dar visibilidade a si próprias na construção de uma nova forma de pensamento capaz de articular gênero e raça.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. (1991), *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense.
- BAIRROS, Luiza. (1995), "Nossos feminismos revisitados". *Revista Estudos Feministas*. n. 02, p. 458-463.
- CARNEIRO, Sueli. (2011), "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero". GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA <<http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acessado em 22/08/2016.
- CARNEIRO, Sueli. (2003), "Mulheres em movimento". *Estudos Avançados*, 17(49), p. 117-132.
- COLLINS, Patricia Hill. (2000), *Black feminist thought : knowledge, consciousness, and the politics of empowerment—* 2nd ed. Routledge.
- CRENSHAW, Kimberle. (2002), "A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero". *Revista Estudos Feministas*. Brasília, v. 10, n. 1.
- CRENSHAW, Kimberle. (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º semestre.
- GONZALEZ, Lélia. (1983), "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*. ANPOCS. <<http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coltaneas/ciencias-sociais-hoje/282-ciencias-sociais-hoje-2-movimentos-sociais-urbanos-minorias-etnicas-e-outros-estudos>> Acessado em: 16/05/2017.
- GONZALEZ, Lélia. (1988), "A categoria político-cultural de amefricanidade". In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.), p. 69 - 82.
- HOOKS, bell. (2015), "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril, p. 193-210.
- HOOKS, bell. (1981), "Não sou eu uma mulher?". *Mulheres negras e feminismo*, 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

- LORDE, Audre. (1983), "There is no hierarchy of oppression". In: BYRD, Rudolph; COLE, Johnnetta Betsch; GUYSHEFTALL, Beverly (ed.). *I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009. p. 219-220.
- RIBEIRO, Matilde. (1995), "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing". *Revista Estudos Feministas*. N 02, p. 446-457.
- RODRIGUES, Cristiano. (2013), "Atualidade do conceito de interseccionalidade para a Pesquisa e prática feminista no Brasil". *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis.
- ROMIO, Jaqueline. (2013), "A Vitimização de Mulheres por Agressão Física, segundo Raça/Cor no Brasil". In: Mariana Mazzini Marcondes [et al.] (orgs). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida*. - Brasília: Ipea, 160 p.
- TRUTH, Sojourner. (1851), "E não sou uma mulher?" – Discurso proferido na Convenção dos direitos da Mulher, Ohio, EUA, 1851. GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#ixzz46GqVH8u>>. Acessado em: 03/05/2016.

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 08 de abril de 2017.

# O Matriarcado e a Resistência das mulheres negras em (com)unidades baianas: dos quilombos à periferia

**Tamires Fraga Martins**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

**Contato:**

tamiresfraga@bol.com.br

**Tito Loiola Carvalhal**

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

**Contato:**

titocarvalhal@hotmail.com

**Palavras-chaves:**

Matriarcado, Mulher negra, Resistência, Quilombo, Periferia.

**Keywords:**

Matriarchy, Black woman, Resistance, Quilombo, Periphery.

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar os elementos do matriarcado e o papel da mulher negra na atualidade, em duas comunidades remanescentes quilombolas da Bahia: a primeira situada no Recôncavo Baiano e a outra, em um bairro periférico de Salvador. Inspirado na fenomenologia e utilizando como método a Análise do Discurso, o presente trabalho se desenvolve a partir dos principais conceitos dos elementos que constituem/constituíram o matriarcado, nas vivências nas duas comunidades e na análise das mídias cedidas pelo grupo de pesquisa CAOS (Conhecimento: análise cognitiva, ontologia e socialização), além de discutir sobre o que é ser mulher negra numa sociedade patriarcal. A matriarcalidade tratada aqui se refere às mulheres fortes, autônomas, determinadas, donas da casa onde residem e dos recursos para manter suas extensas famílias e mulheres como Luisa Mahin, sem "terreiros", mas guerreiras, que, mesmo libertas, permanecem com o balaio na cabeça, nas ruas, lutando pela libertação das suas, até que todas sejam livres. À guisa da conclusão, o objetivo deste trabalho foi mostrar as mulheres enquanto mulheres, líderes de si mesmas e, especialmente, como representantes do matriarcado negro dentro do sistema patriarcal vigente.

**Abstract:** This article aims to present the elements of Matriarchy and the role of black women, today, in two remaining quilombolas communities of Bahia: the first situated in the Recôncavo Baiano and the other, in a peripheral district of Salvador. Inspired by Phenomenology and using as method, Discourse Analysis, the present work develops from the main concepts of the elements which constitute/constituted the Matriarchy, in experiences in the two communities and the analysis provided by the media provided by the research group CAOS (Knowledge: cognitive analysis, ontology and socialization) and argue about what it means to be a black woman in a patriarchal society.

## 1 - Introdução

Seguindo a etimologia da palavra pesquisa e o sentido que nos move, chegamos às (com)unidades para pescar encontros, partilhar vivências e potencializar saberes. E nesse movimento de ir ao encontro do desconhecido, reconhecemos nossa história, mergulhamos nas águas do Paraguaçu, nas terras do Alto das Pombas e, conseqüentemente, em nossas raízes. Inspirados na fenomenologia, onde a imersão é horizontal e a troca é solidária, aprendizes e aprendentes se misturaram e juntos construíram e ressignificaram vidas.

Tendo como fontes principais as transcrições dos vídeos entregues pelo Grupo de Pesquisa CAOS (Conhecimento: Análise Cognitiva, Ontologia e Socialização) e as convivências nas comunidades e a análise do discurso como método principal, nossa proposta é direcionada à resposta (ou não) da indagação que permeou o grupo ao longo desta pesquisa: Existe um sistema matriarcal no Vale do Iguape e no Alto das Pombas? O presente trabalho foi construído, a partir das análises das mídias (vídeos e fotografias), para a leitura das linhas, bem como as idas a campo, para leitura das entrelinhas.

Com intuito de compreender de que forma as mulheres do Vale do Iguape e do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP) resistem no sistema patriarcal (sistema este que mantém o poder nas mãos

dos homens, dando-lhes autoridade para o controle social), buscamos identificar, através da Análise do Discurso (ORLANDI, 2003), o empoderamento destas mulheres no cotidiano, permitindo assim um conhecimento mais aprofundado acerca do matriarcado e suas disposições, que sobrevive a esse sistema, na maior parte do tempo, misógino.

## 2 - Revisão de literatura

Santiago do Iguape (comunidade tradicional do recôncavo baiano) e o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (grupo localizado em uma comunidade de prática no município de Salvador), embora estejam distantes geograficamente, possuem alguns pontos em comum, evidenciados ao longo desta pesquisa: a resistência de variantes do matriarcado numa sociedade patriarcal. A influência da escravidão e das formações quilombolas são dois pontos que serão trazidos ao longo do trabalho proposto, pois ambas valorizam a cultura ancestral, recriada ao longo das gerações.

Para organizar a revisão de literatura, baseando-nos na discussão teórica, buscamos pensadores que abordam o matriarcado, o empoderamento das mulheres, a ancestralidade e os conceitos dessas comunidades mencionadas com o intuito de situar a leitura; afinal, como bem disse Paulo Freire: "A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica

a percepção das relações entre o texto e o contexto” (1981, p. 09).

## 2.1 - Do Vale do Iguape ao Alto das Pombas: do texto ao contexto

Santiago do Iguape é uma pequena vila de pescadoras(es) e pequenas(os) agricultoras(es), mulheres e homens quilombolas, pertencente ao município de Cachoeira – Bahia. Ela possui uma população de aproximadamente 2.500 habitantes e fica localizada na margem esquerda da Baía do Iguape, fundada pelos padres jesuítas em 1561, na então Capitania de Mem de Sá.

Sendo o quilombo considerado comunidade tradicional, segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, entende-se, por sua vez, que o Iguape também faz parte dos grupos

*“culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais, além de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para tanto, se utilizam de conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras” (BRASIL, 2007).*

Essa comunidade, por conseguinte, caracteriza-se pelos três pilares mais instigantes que existem: o sagrado, o segredo e a ancestralidade. Elas se utilizam de práticas e de recriações que foram criadas dentro delas próprias e transmitidas oralmente e na prática cotidiana.

Já o GRUMAP, por sua vez, é um espaço de conhecimento, política e cultura que busca a equidade social, racial, de gênero e econômica, partindo dos saberes populares produzidos pela comunidade. O GRUMAP surge em um momento delicado da história brasileira: na ditadura militar. Na década de 70, um grupo de mães se reúne na Igreja local a fim de buscar soluções para problemas imediatos. Assim, inicia-se o Clube de Mães. Paralelo a isso, nacionalmente estava sendo criado o movimento feminista. Sendo assim, o clube precisava ser ampliado, tornando-se o Grupo de Mulheres. E é assim que o Clube de Mães adapta o movimento feminista à realidade das mulheres do Alto das Pombas.

O Alto das Pombas possui uma população de 4.835 habitantes, o que corresponde a 0,16% da população de Salvador, concentrando 0,15% dos domicílios da cidade, estando 25,96% das(os) chefes de família (cabe destacar que em sua grande maioria as famílias são chefiadas por mulheres) situadas(os) na faixa de renda mensal de 0,5 a 1 salário mínimo por pessoa. É uma comunidade com um número de crianças eleva-

do e poucas são as que estão articuladas em projetos sociais.

O conceito de “comunidade de prática” foi construído a partir da perspectiva de Wenger (1998), para quem este tipo de comunidade favorece os laços afetivos e o engajamento mútuo. Sendo assim, o processo de aprendizagem é visto como uma experiência que faz parte da participação em comunidades de prática.

Por fim, entendendo que em todas as comunidades existem as relações do saber/fazer e que todas produzem conhecimentos, não podemos distanciar-las das comunidades cognitivas. Entende-se por comunidade cognitiva aquela que tem seu conhecimento produzido e se volta para as “relações intra, inter e transobjetivas” (FRÓES BURNHAM, 2005 apud FRÓES BURNHAM, 2012).

## 2.2 - E quando a mulher é chefe? Matriarcado, matrilinearidade, matrifocalidade ou matriarcalidade?

Nesta seção, pretendemos discorrer sobre os principais elementos que influenciam e cercam o próprio matriarcado, as semelhanças e as diferenças das comunidades trabalhadas com as comunidades “primitivas” estudadas em algumas outras obras. Para entendermos o papel da mulher nas comunidades mencionadas, buscamos descritores que tratem destes conceitos para que pudéssemos delimitar e analisar as falas mais adiante.

Para muitos autores, o matriarcado foi uma forma de sociedade na qual o poder é exercido pelas mulheres e, especialmente, pelas mães da comunidade. Etimologicamente, o termo deriva do latim *mater* que significa mãe e do grego *archein* que significa governar. Diversas teorias enfatizam que houve um tempo em que as mulheres dominavam a terra, dominavam a coleta, a família, as relações sociais.

Segundo Marcireau (1974, p. 79) “os homens começaram por viver em comunidades sexuais sem entraves e depois a humanidade viveu a fase do matriarcado. A cultura primitiva é feminina, a cultura masculina só veio mais tarde.” Quando falamos em matriarcado, logo buscamos as sociedades africanas e indígenas para orientar nossos estudos. Segundo as pesquisas de Eisler (1996, p. 28):

*“Várias esculturas do que os arqueólogos chamam de estatuetas de Vênus ou da Deusa, assim como outros objetos cerimoniais desenterrados por todo o mundo antigo, enfatizam extremamente a vulva. Na medida em que a arte pré-histórica se preocupa primordialmente com mitos e rituais, há pouca dúvida a respeito dessas vulvas terem importância religiosa. Por exemplo, na comunidade neolítica de Lepenski Vir, na região do Portão de Ferro, no nordeste da Iugoslávia, cinquenta e quatro esculturas de arenito vermelho, lavradas em um penedo oval, foram encontradas*

*em torno de altares em forma de vulvas e úteros, em santuários construídos com a forma do triângulo púbico”.*

Os primeiros estudos sobre o tema e o surgimento dessas sociedades surgem antes do século XIX, mas para este trabalho, faremos um recorte histórico iniciando com os estudos de J.J. Banhofen (Mito, Religião e Direito Materno, 1861), que aplicou os conceitos biológicos na Antropologia, baseado na *Origem das Espécies* (1859), publicada por Charles Darwin.

Segundo uma das principais pesquisadoras do matriarcado Heide Göttner-Abendrothas (2009), grandes culturas das cidades (a partir de 10.000 a.C) eram matriarcais, ligadas à introdução de um novo modo de produção que é a agricultura, e a domesti-

cação de animais. Para Göttner-Abendrothas (2009, p. 09):

*“As mulheres detinham a hegemonia política; eram elas que mediavam e solucionavam os conflitos e organizavam as sociedades. Eram responsáveis pelo bem comum do clã na vida e na morte. Por que também na morte? Porque nessa cultura, a morte não é sentida como negação da vida mas como um evento pertencente à vida. A morte não é um fim, mas uma viagem na qual o falecido se transforma e volta ao clã pelo renascimento que acontece através das mulheres. Elas garantem a continuidade da vida e quando esta morre, pelo retorno à vida, concebendo e dando à luz vidas que haviam morrido”.*



Luiza Nery

Em 1877, Lewis Morgan publica *A Sociedade Antiga* e passa a ser considerado um antropólogo evolucionista. Neste estudo, ele defendeu o ponto de vista de que as relações de parentesco eram dadas pelas mulheres, pelas mães, a partir dos costumes das tribos iroquesas e, com isso, estava mais que comprovada a existência de uma sociedade matriarcal, para ele.

Mais adiante, Muraro (1997) indica que, no início da história da humanidade, as primeiras sociedades eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares. Tais sociedades (ditas “primitivas”) organizavam-se predominantemente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução. Segundo Engels (1934, p. 60):

*“Os papéis sexuais e sociais de homens e de mulheres não eram definidos de forma rígida e as relações sexuais não eram monogâmicas, tendo*

*sido encontradas tribos nas quais as relações entre homens e mulheres eram bastante igualitárias. Todos os membros envolviam-se com a coleta de frutas e de raízes, alimentos dos quais sobreviviam, bem como a todos cabia o cuidado das crianças do grupo. Muito tempo depois, com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades passaram a se fixar em um território. Aos homens (predominantemente) cabia a caça, e às mulheres (também de forma geral, embora não exclusiva), cabia o cultivo da terra e o cuidado das crianças. Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. O corpo e a sexualidade das mulheres passou a ser controlado, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na*

*descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres". (ENGELS, 1934, p. 60)*

Em muitas sociedades indígenas, a hereditariedade acontece baseada na linhagem ou no clã materno. Como nos diz

*"entre os índios Tenetehára, os produtos da roça, da caça, da pesca, depois de trazidos à casa passam a pertencer à mulher. A propriedade das terras entre os índios Kharó pertence à mulher. Entre os Bororó, a descendência também é matrilinear, ou seja, os filhos pertencem às mães." (MELLATI, 1994, p. 65-66).*

Essas citações nos fazem perceber que, embora não exista certeza absoluta da existência de um período matriarcal, não podemos negar suas evidências, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas.

Conforme ratifica Sampaio (1987, p.243), às mulheres sempre foi atribuído o dom da fertilidade em muitas sociedades indígenas e por isso, especialmente, todas as atividades da tribo ficavam às ordens delas. Embora consideremos a importância dessas pesquisas e dos descritores mencionados anteriormente, nós buscamos alguns outros conceitos. Diante dessas comprovações, percebemos que, portanto, a palavra e o sentido do matriarcado precisavam ser ressignificados. Para Hita (2005, p. 46)

*"É desde aqui, de um tipo de olhar que busca resgatar a noção e importância do estudo de família extensa matriarcal como um modelo alternativo e contraponto ao modelo nuclear, visto em sua positividade, que proponho resgatar o termo de 'matriarcalidade', no lugar de 'matriarcado' ou o de 'matrifocalidade'. Resgato nesse novo termo alguns indicadores descritos no conceito de 'matriarcado negro' (instabilidade conjugal e relação centrada na diáde mãe-filhos) identificados em bibliografia dos anos 40 e 50 nos EUA, mas destituídos aqui e agora do etnocentrismo e caráter negativo (desorganização familiar, estados de anomia, etc.) que era atribuído a este modelo naquele paradigma. Não rejeito a ideia de matrifocalidade, mas a considero muito ampla e abarcadora do que entendo por matriarcalidade, que seria, no meu entender, uma forma específica e particular de manifestação da 'matrifocalidade'".*

A partir deste processo de desconstrução (DERRIDA, 2001, p. 13), estes elementos que cercam o matriarcado começaram a se desvelar, mostrando-se como possibilidade de estudo e de existência real nas comunidades trabalhadas. Existiram, e ainda existem, outras configurações familiares, como podemos observar tanto no Vale do Iguape, como no Alto das Pombas, onde as famílias são chefiadas por mulheres. E que segundo Narvaz & Koller (1999) elas podem ser denominadas famílias matrifocais, matrilineares e/ou matrilocais.

A matrifocalidade, segundo Smith (1973), identifica uma complexa teia de relações formadas a partir de um grupo doméstico onde, mesmo com a presença masculina, o lado feminino é favorecido. Isso pode ser visto desde as relações mães-filhos até as manifestações culturais e religiosas que destacam o papel da mulher. Embora o termo chefia e matrifocalidade sejam confundidos, Smith (1973, p. 125-127) esclarece que as casas chefiadas por mulheres são uma forte pista para a existência da matrifocalidade.

Para Narvaz (2005, p. 21), as sociedades matrilineares:

*"eram menos competitivas, não havendo formas institucionalizadas de governo nem repressão à sexualidade. Não havia nestas comunidades regras para o acasalamento entre os membros, o que foi interpretado como 'promiscuidade' por alguns antropólogos. As mulheres gozavam de liberdade, inclusive sexual, tendo papel importante na organização social que ainda não separava a vida doméstica da vida pública. A hipótese mais aceita entre os antropólogos é a de que, no período Paleolítico Superior, os homens ainda não conheciam seu papel na reprodução".*

Malinowski (1902, p. 32) aponta que "na matrilinearidade, as crianças são identificadas em função das mães em vez dos pais, e famílias estendidas e alianças tribais formam linhas consanguíneas femininas conjuntas." Por exemplo, na tradição judaica, somente uma pessoa nascida de mãe judia é automaticamente considerada judia. Assim podemos perceber que o matriarcado é uma combinação de múltiplos fatores. Esses conceitos não possuem relação com a matrilocalidade, necessariamente, em que o local é a residência na casa da mãe da esposa.

Diante dos conceitos apresentados, a existência de derivações do matriarcado que resistem dentro de um sistema patriarcal, ou seja, dentro de uma forma de organização social, em que as relações são regidas por dois princípios básicos (Millet, 1970 apud Scott, 1995), o primeiro coloca as mulheres hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens aos homens mais velhos, incitando a curiosidade, visto que vem acompanhada de relações familiares normativas e são, majoritariamente, seguidas de atitudes violentas.

### 2.3 - Entre gêneros, raça e religiosidade: do medo à misoginia

Para compreendermos o conceito de gênero, buscamos a construção do sentido e a ressignificação do mesmo, feita pelo movimento feminista, a partir dos primeiros escritos de Simone de Beauvoir (1949, p. 15):

*"Os termos masculino e feminino são usados simetricamente apenas como uma questão de formalidade. Na realidade, a relação dos dois sexos não é bem como a de dois pólos elétricos, pois*

*o homem representa tanto o positivo e o neutro, como é indicado pelo uso comum de homem para designar seres humanos em geral; enquanto que a mulher aparece somente como o negativo, definido por critérios de limitação, sem reciprocidade... Está subentendido que o fato de ser um homem não é uma peculiaridade. Um homem está em seu direito sendo um homem, é a mulher que está errada".*

É preciso entender que este movimento serviu "para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens" (SCOTT, 1992, p. 13). No entanto, vale ressaltar que as mulheres das comunidades pesquisadas possuem especificidades. Para Carneiro (2011, p. 02)

*"Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde".*

Diante disso, pode-se compreender que iremos discorrer sobre a mulher negra. Mulheres que afirmam sua identidade através do corpo, das falas e dos gestos, mulheres que fazem parte de um contingente imenso e que nunca se reconheceram frágeis, porque nunca foram tratadas como tais. Ainda para Carneiro (2011, p. 2-3)

*"Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momen-*

*tos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: 'Exige-se boa aparência'".*

Antigamente, conforme estudado anteriormente, as mulheres detinham o poder e o fim deste, ocasionou a ascensão dos homens. Com base no ocorrido, surge o patriarcado nessas sociedades. Para Maria Gabriela Hita (2014), esse tipo de relação está centrada na figura da mãe. A mãe seria, portanto, o centro da rede consanguínea. É através da difusão dos seus conhecimentos que as relações se multiplicam, transpondo os limites físicos da união doméstica. Ainda para Hita (2014, p. 75)

*"Elas são donas (têm a propriedade) de suas casas e dos principais recursos para a manutenção de seu grupo doméstico; são chefes da casa e do grupo familiar, em que não é raro encontrar vários homens adultos (e pais de outros filhos) que trabalhem (parentes ou não). Por isso, tampouco a ausência masculina – de um esposo – é o que determina a matriarcalidade".*

Compreendendo o termo "matriarcalidade" (HITA, 2004) e a influência da religiosidade de matrizes africanas que cercam as localidades trabalhadas, pode-se ressaltar também a autoridade da mulher no Candomblé. Para Barbosa & Hita (2012, p. 14):

*"Podemos considerar que a palavra 'mãe' e a apropriação desta, simboliza dentro do Candomblé a própria investidura do poder, pois é a 'mãe de santo' que carrega as determinações dadas pelos Orixás para reger sua comunidade e deliberar as ações necessárias para que a mesma permaneça; em contrapartida a investidura do poder sobre a 'mãe' dá à comunidade a certeza do auxílio da sacerdotisa nos momentos de necessidade, pois a palavra 'mãe' por si só carrega dentro de si as atribuições do cuidado, as ligações simbólicas existentes socialmente entre mães e filhos (as)".*

É preciso perceber, neste momento, a importância da ancestralidade na palavra mãe e o Candomblé como um dos principais focos de resistência do povo negro no Brasil e, principalmente, na Bahia. As casas são espaços de preservação das tradições e afirmação

da identidade e a mulher negra é vista como um dos principais elementos deste processo. Para Silverstein (1979, p. 48), antropóloga feminista e pesquisadora das religiões de matrizes africanas:

*"A 'força' da mãe-de-santo é demonstrada por sua habilidade de mediação entre as pessoas e os Orixás. Cabe a ela resolver todas as questões relativas aos santos. Sua força aparece, quando jovem no terreiro, como uma qualidade inata, uma herança dos deuses, e uma vez percebida (por outra mãe-de-santo) esta força é cultivada e consideravelmente ampliada por um treinamento longo, árduo e cuidadoso, em ambos os níveis espiritual e administrativo. A mãe-de-santo é então uma mulher "escolhida", especialmente indicada pelos Orixás e que herdou e desenvolveu certas características de personalidade (tais como carisma, personalidade forte, inteligência aguda, autoridade, sensibilidade, capacidade de mando) que lhe facilitam a direção de seu terreiro e seu relacionamento com os Orixás. [...] A mãe-de-santo é então o repositório personificado de todos os elementos que compõem a tradição oral, assim como da conduta simbólica mais importante junto aos Orixás".*

Mas o que isso tudo tem a ver com o poder e o sucesso dessas mulheres? É necessário fazer um deslocamento para podermos perceber que o sucesso econômico das quituteiras e baianas de acarajé, bem como das mães-de-santo, são frutos de um trabalho coletivo, resultado de uma produção familiar conjunta e de forma mobilizada. O funcionamento destas funções está diretamente ligado à forma como essas atividades são desenvolvidas, através dos atos de resistência.

No entanto, esse sucesso econômico não é suficiente para que a violência deixe de existir. Nas transcrições e em convivência no Vale do Iguape e no Alto das Pombas, a violência na vida familiar e conjugal estiveram presentes. Embora tenhamos nos deparado com famílias matrifoais, onde a mãe ocupa um lugar de referência, de poder e sacralidade, a violência contra a mulher é algo bastante recorrente.

Segundo Johnson (2000), "a misoginia é um aspecto central do preconceito sexista e ideológico", que se exterioriza por meio de atitude de ódio às mulheres, simplesmente porque elas são mulheres. E, como tal, é a base para a opressão de mulheres em sociedades dominadas pelos homens. Ela funciona como uma ideologia ou sistema de crença que tem acompanhado o patriarcado ou sociedades dominadas pelo homem por milhares de séculos e continua colocando mulheres em posições submissas e com acesso limitado à vida política. Desde então, as mulheres em culturas, especialmente ocidentais, têm internalizado posturas de sujeição na sociedade.

### 3 - Análise do discurso: das linhas às entrelinhas

As análises das linhas e entrelinhas se deram tentando partir da compreensão intensiva dos discursos, em relatos formais e informais e na vivência com ela(e)s, fazendo uso de interpretações das narrativas, das experiências, a partir da fenomenologia para, através das vozes e silenciamentos, podermos acessar de forma mais profunda as subjetividades vividas por essas pessoas, especialmente por essas mulheres.



Thâmara Carvalho

### 3.1 - Análise do discurso e os elementos que a constituem

Antes de iniciarmos a análise do discurso, foi preciso fazer um breve estudo sobre a linguagem, entendendo-a como algo que está na esfera intercultural e que, a partir dela, a visão de mundo se desvela, repercutindo também na relação interpessoal, modificando-se a partir da interação com o outro. Para Orlandi (2009, p. 150):

*"Como a apropriação da linguagem é social, os sujeitos da linguagem não são abstratos e ideais, mas estão mergulhados no social que os envolve, de onde deriva a contradição que os define. Cada um sendo ao mesmo tempo, o seu 'próprio' e o 'complemento' do outro, os interlocutores constituem-se na bipolaridade contraditória daquilo que, por sua vez, constituem: o texto (o discurso) enquanto sua unidade. Assumindo essa posição, não se estará privilegiando nem o locutor, nem o ouvinte, mas a relação que os constitui: a instância da interlocução, a interação". [grifo nosso]*

Pensando nessa relação, partindo da influência mútua, compreendemos os discursos como uma construção dialógica e, diante disso, ela não pode ser individual. Para Bakhtin (1992, p. 35-36), "a alteridade define o ser humano, pois o outro é indispensável para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro". Sendo assim, a vida é dialógica por natureza. Com isso, estudamos as entrelinhas a partir do material linguístico concreto, ou seja, com os enunciados escritos (a partir das transcrições) e orais (a partir das vivências), que se tangenciam com as diferentes esferas da atividade e da conversação. Para Bakhtin (1992, p.282)

*"Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. O enunciado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática".*

Toda a análise foi feita levando em consideração as semelhanças e as diferenças destas comunidades,

*"cujas tradições são passadas de forma oral e a memória é a testemunha da história. Invariavelmente, todos os membros da comunidade tinham vagas lembranças dos seus avós. Assim, foi necessário empreender um esforço no sentido de buscar um latente por traz do aparente, organizar as entrevistas de modo que nos dessem pistas e ao mesmo tempo ajudassem o entrevistado a fazer uma viagem no tempo, rememorar suas*

*origens, um exercício que nunca lhe fora proposto. [...] é partir da memória coletiva, da doação de gerações pregressas e do presente, para estabelecer uma comunicação com o ancestral como inspiração para propor interferências no presente - sem sair na armadilha de idolatrar um passado mítico nem sonhar com um futuro utópico". (SANTANA, 2012, p. 16)*

A partir disso, nós desenvolvemos o trabalho baseado em quatro passos para a construção da análise do discurso:

1º passo: A seleção do tema e a busca da bibliografia relacionada e a necessidade de se discutir o tema escolhido.

2º passo: Apresentação dos recortes. As unidades do discurso que serão analisadas.

3º passo: A montagem de um *corpus* discursivo, levando em consideração as reflexões levantadas pelo grupo ao escolher o tema e os recortes. Partindo dos questionamentos: De que modo a forma como foi dito influenciou na produção de sentidos?

4º passo: A compreensão do processo discursivo. É o momento em que articulamos os aspectos simbólicos com o panorama social e político.

A decisão de destacar (em negrito e itálico) alguns trechos das narrativas visa despertar a leitura nos fragmentos que consideramos mais relevantes das falas. A análise não foi feita de forma cronológica e os elementos nas falas serão discutidos logo após as mesmas. Vale ressaltar ainda que os trechos estão dispostos de acordo as seções escolhidas.

Diante desta breve conceituação, a partir dos descritores citados acima, nós entendemos que a linguagem não pode ser observada independentemente de seu contexto sócio-histórico, porque ela traz consigo todos os valores e a história destas pessoas. É preciso entender, ainda, que o sujeito passa por uma constante formação discursiva e é isso que determina o posicionamento ideológico de um discurso. "As palavras mudam de sentido segundo as posições que as empregam" (ORLANDI, 2005, p. 42-43).

### 3.2 Ser mulher: uma função multifacetada

Assim que chegamos às comunidades do Vale do Iguape e do Alto das Pombas, as relações homem-mulher nos intrigaram e foi despertado em nós o interesse em compreender como essas relações se davam, visto que se tratavam de comunidades remanescentes quilombolas, com raízes em Mãe-África e traços marcantes também da cultura indígena, ambos com marcas estruturantes do matriarcado em diversas tribos e regiões. Então a pergunta que borbulhava a cada encontro foi: o que é ser mulher?

*"Se a gente já nasceu sendo mulher, a gente ia fazer o quê? Tem que continuar se ter como mulher. E eu acho muito orgulhosa de ser a mu-*

*ther que eu sou. (...) Eu sou tudo, sou uma mulher perfeita. (...) Tem coisa que a mulher faz que as vezes nem o homem nem sabe fazer. É pra ele fazer, mas às vezes ele não sabe fazer. (...) as mulher daqui faz tudo, ela cuida da casa e ainda vai pra roça. (...) então não tem nada que as mulher daqui não faça. (...) As mulher aqui pegam num facão, pegam num bisco, pega num machado pra fazer dirruba, faz tudo. Pegam na enxadeta pra esburacar a terra. Se ela dizer que vai fazer um pedaço de roça só, ele nem lá vai. (...) Aqui não tem esse negócio da mulher ficar em casa pro homem ir pra roça não" (D. Cecéu, 2014) [grifo nosso].*

D. Cecéu é mãe, irmã e tia. Trabalha na roça e, quando não está lá, está cuidando da casa ou cozinhando dendê para extrair o azeite e comercializá-lo. D. Cecéu é a figura central deste arranjo familiar matriarcal. Um dos princípios da matrifocalidade. "O homem é definido como ser humano e a mulher é definida como fêmea. Quando ela comporta-se como um ser humano ela é acusada de imitar o macho". Ao contrário do "torna-se mulher" e mais próxima da "mulher-macho, sim, sinhô", D. Cecéu afirma no trecho "As mulher aqui pegam num facão, pegam num bisco, pega num machado pra fazer dirruba, faz tudo", os papéis definidos dentro da casa e da comunidade. A mulher não é vista como um ser frágil.

Hoje as mulheres conquistam cada vez mais seu espaço, buscam a igualdade de direitos e a própria superação. O que já acontece, conforme podemos perceber em suas conquistas, através da fala de D. Joana. D. Joana é mãe, professora e conselheira na comunidade do Santiago do Iguape. As pessoas da comunidade veem nela o aporte que tanto precisam, por ter sido professora e agora, atual diretora de uma das escolas, uma pessoa apta para orientar a educação e as famílias que buscam ajuda.

*"Eu vejo hoje, agora, as mulheres dessa comunidade num crescimento bem avançado, muito bem avançado. Hoje eu vejo elas com um nível cultural bem mais elevado do que no passado. Elas trabalham de tudo, que é o marisco, essas coisas (...) Elas procuram ser, crescer, eu observo isso, hoje, agora, as mulheres daqui estão procurando muito estudar, sair, fazer curso lá fora e voltarem, estar aqui dando essa contribuição para nossa comunidade. Então eu vejo um crescimento muito avançado aqui. (...) Hoje elas não tem mais aquela timidez, não tem vergonha mais, de ser e de dizer: Eu sou quilombola, pertencem a essa região aqui quilombola, tenho orgulho de ser! Falam, saem. Eu acho isso um crescimento total, isso aí. Muito importante" (D. JOANA, 2014) [grifo nosso].*

Embora sejam inegáveis as conquistas e avanços, ainda que de forma paulatina e com grande dificuldade, não dá para não pensar na submissão. E falar da submissão feminina na sociedade patriarcal é assun-

to comum, principalmente pela dicotomia apresentada na prática. Cabe destacar que o patriarcado não se restringe ao poder do pai, mas ao poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. Para Millet (1970, p. 70)

*"A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas".*

Quando entrevistadas e perguntadas sobre seus inícios no GRUMAP, a submissão ou a não submissão ao casamento, são pontos em comum nas mulheres que lideram o movimento mencionado. D. Zildete, atual presidente do GRUMAP, é mãe, avó, feminista e viúva. Em algumas entrevistas, ela relata alguns comportamentos de seu esposo, quando ela saía para militar. Estes comportamentos iam desde xingamentos até o trancamento do portão da casa para que ela não entrasse.

*"No início, foi lamentável, porque nem nossos próprios companheiros entendiam que nós estávamos numa luta e que não era pro bem somente da mulher, que é para o bem da família, inclusive do homem. Então, nós sofriamos muita discriminação, mas depois com o tempo, as coisas foram se ajustando e hoje, nós não temos o menor problema dentro do Alto das Pombas" (D. Zildete, 2013) [grifo nosso].*

Embora o homem não seja silenciado nos discursos do GRUMAP, quando estes aparecem é na função do antagonismo: o que foi contra, o que não apoia, mesmo que as mudanças o beneficiem. Outra, por exemplo, em um dos itans<sup>1</sup> de Oxum, a Ayabá<sup>2</sup>, condena o mundo à infertilidade, uma vez que as mulheres deixavam de participar das reuniões, assim que o mundo fora criado. Para Gildeci (2013, p. 37), se fôssemos buscar justificativas para o itan, muitas explicações poderiam ser vistas; no entanto, vamos nos apropriar no sentido da força feita pela ayabá para provar aos orixás masculinos a sua importância. Não só dela, mas também das outras mulheres. Vejamos, agora, a fala de D. Lola (2013):

*"Meu marido não gostava muito que eu fizesse parte dessas coisas. Não gostava muito... Depois que ele faleceu que eu comecei. Então, eu criei umas amigas, consegui mais amigas, aprendi algumas coisas, fiz curso de corte-costura, (...) tomei curso de doces e salgados" (D. Lola, 2013) [grifo nosso].*

D. Lola é mãe, avó, viúva, feminista e é membro do Conselho Fiscal do GRUMAP. Entendendo o patriarcado como uma forma de opressão, é possível perceber

<sup>1</sup> Itans são conjuntos de mitos, rezas e canções pertencentes à religiões de matrizes africanas, em especial, a yorubana.

<sup>2</sup> Ayabá é orixá feminina. Em algumas traduções é conhecida como rainha.

no trecho "Depois que ele faleceu que eu comecei", a necessidade de sair do isolamento doméstico que viria a privar suas experiências na organização e no planejamento de suas lutas. Segundo Scott (1992, p. 48)

*"A invisibilidade das mulheres, segundo esta perspectiva, se deve a que a ideologia das esferas separadas as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participar na vida pública, política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalhem ou tenham uma atuação política, suas atividades são definidas como extraordinárias ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica ou séria".*

Inspiradas no Movimento Feminista da década de 70, depois de alguns anos de criado, o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, teve que se modificar. O que era clube de mães seria agora, Grupo de Mulheres.

*"As mulheres foram começando a participar e também o movimento feminista no Brasil foi desenvolvendo, foi crescendo, foi aparecendo, lutando também, principalmente, pelo direito de votos. Então, as mulheres da comunidade, mesmo as que não eram mães, ingressaram no clube de mães. Quando nós vimos que naquela época, as mulheres que estavam participando, que não eram mães, nós então, tomando o exemplo do movimento feminista, criamos o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas em 1982" (D. Zildete, 2013) [grifo nosso].*

As mulheres negras estavam atuando na e para a formação do movimento negro com importante contribuição desde a década de 70. Esta mudança de nomenclatura e de reorganização política no GRUMAP, e em muitos outros grupos feministas negros, se deve a, segundo Felipe (2009, p. 23):

*[...] "articulação do feminismo negro brasileiro aparece como movimento de mulheres negras. Em reunião de feministas brancas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para comemorar o Ano Internacional da Mulher, as mulheres negras compareceram e apresentaram 'um documento onde caracterizavam a situação de opressão da mulher negra'. Nos anos seguintes, as mulheres negras dessa articulação inicial continuaram a atuar nas diferentes organizações que se criaram: Aqualtune, 1979; Luiza Mahin, 1980; Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 1982; NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras, 1983".*

Apesar das conquistas e avanços adquiridos, na maioria das vezes, tomados à força, ainda vivemos em uma sociedade moralista e opressora, que reflete o machismo predominante em nosso meio, onde as mulheres só são valorizadas e respeitadas, se forem casadas, ou seja, acompanhadas de um homem e dotadas de bom comportamento. Cabe aqui ressaltar que pelo que podemos perceber, nas comunidades observadas, as novas configura-

ções familiares, como as homoafetivas ou poliamorosas, ainda não são bem quistas.

#### 4 - Para nossa despedida, o que o silêncio grita?

A inexistência e/ou silenciamento da figura masculina, bem como a religiosidade nos discursos dos homens e mulheres das comunidades observadas, diz muito. Conforme apresenta Orlandi, (1995, p.31 e 33) (...) "o silêncio é fundante. Quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um continuum significante. O silêncio é o real discurso. Nessa perspectiva que assumimos o silêncio não fala. O silêncio é". O que podemos compreender é que esses vazios e hiatos gritam nesses corpos e aos nossos ouvidos. Para Orlandi (1995, p. 35):

*"A linguagem supõe pois a transformação da matéria significante por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. Matéria e formas. A significação é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos."*

Ao longo deste trabalho, os silêncios pulsaram aos nossos ouvidos como uma "fala de dois gumes"<sup>3</sup>. Ainda para Orlandi (2009), é preciso analisar o silêncio em duas formas: Quando o silêncio é apresentado pelo opressor, ele pode significar a exclusão, como forma de dominação. No entanto, quando este silêncio é trazido pelo oprimido, pode ser uma forma de resistir, de se proteger. É preciso perceber ainda, que a fala pode ser silenciadora. E isso pode ocorrer em vários níveis. Ainda para Orlandi (2009, p. 264):

*"A fala pode ser silenciadora quanto ao que se diz. Em certas condições se fala para não se dizer certas coisas, para não se permitir que se digam coisas que causam transformações limites (...). Nesse sentido, a fala é silenciadora enquanto domínio do mesmo".*

O silêncio aqui tratado pode ter a natureza do implícito e, diante da multiplicidade encarada pelo discurso não-dito, ainda que estejamos voltados para os outros, caímos sempre na armadilha narcísica de falarmos para nós mesmos. Sendo assim, embora sejam respeitados, colocamos estes silêncios à disposição da Análise do Discurso e da Psicanálise para um próximo trabalho.

À guisa da conclusão, o objetivo deste trabalho foi mostrar as mulheres enquanto mulheres, líderes de si mesmas e, especialmente, como representantes do matriarcado negro dentro do sistema patriarcal vigente. Quando trouxemos seus discursos e suas vidas para o texto, não queríamos a mulher negra como aquela que somente sofre, mas como aquela que se mostra resiliente às adversidades. Mulheres que, mesmo quando sofreram a opressão na sua forma mais explícita, demonstraram sabedoria e continu-

<sup>3</sup> Termo usado por Eni Orlandi, no II Encontro de Semiótica, em uma Conferência apresentada em Curitiba. (1985)

aram lutando para garantir a sua segurança e a dos seus entes mais próximos. Também não consideramos as famílias matriarcais como algo inerente às famílias negras e pobres da Bahia. Para Gabriela Hita (2014, p. 460):

"Pensar na matriarcalidade como forma de chefia feminina particular sustentada pelas posses da casa, recursos e força, aponta para a diferença e menor vulnerabilidade deste tipo de arranjo quando comparado a lares chefiados por mulheres que se viram simplesmente abandonadas pelos companheiros ou que nunca os tiveram e parecem ter menos recursos para enfrentar as adversidades da sua condição de chefia em situação de maior desamparo. A chefia matriarcal, ao contrário, tem o poder de criar os seus filhos e os de outras mulheres, o que lhe outorga prestígio e maior força, elevando seu papel de mãe-de-todos, com paralelo similar ao de família de santo de Candomblé. Mulheres imergem como

matriarcas como produto do meio, das relações e circunstâncias da vida. O fato se concretiza pelas articulações tecidas, e que faz da idade, experiência e curso de vida, fatores centrais que lhes permitiram acumular recursos (salários, pensões, posse de uma ou mais casas para herdeiros); criarem filhos próprios e de outras mulheres (criação de filhos e articulação de crianças); ser capazes de transformarem casas, que, em contexto de pobreza, tenderam a se converter em configuração de arranjo familiar extenso; a chefia familiar da casa e da família".

A matriarcalidade tratada aqui se refere às mulheres fortes, autônomas, determinadas, donas da casa onde residem e dos recursos para manter suas extensas famílias e mulheres como Luisa Mahin, sem "terreiros", mas guerreiras que, mesmo libertas, permanecem com o balaio na cabeça, nas ruas, lutando pela libertação das suas até que todas sejam livres.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. (1992), "Os gêneros do discurso". In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. (1992) *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo, Martins Fontes.
- BARBOSA, Sílvia & HITA, Maria Gabriela. (2012), "Um Olhar Etnográfico: Primeiros Encontros Com a Yalorixá do Terreiro Ilê Asê Ogum Omimkaye", *Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero*, 17: 01-21.
- BRASIL. (2007), *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF.
- BEAUVOIR, Simone de. (1980), *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CARNEIRO, Sueli. (2011), "Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>> Acesso em: 15 de dezembro de 2014.
- EISLER, Riane. (1996), *O prazer sagrado: sexo, mito e a política do corpo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges, Rio de Janeiro, Rocco.
- FELIPPE, Ana Maria. (2009), "Feminismo Negro: Mulheres Negras e Poder. Um enfoque contra-hegemônico sobre gênero". *Revista do Arquivo Nacional*, Acervo, 22, 2: 15-28.
- FREIRE, Paulo. (1981), *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 49ª edição, São Paulo, Cortez.
- FRÓES BURNHAM, Teresinha e coletivo de autores (2012), *Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: Currículo, educação a distância e gestão/difusão do conhecimento*. Salvador, EDUFBA, p. 58-76.
- GOETTNER-ABENDROTH, Heide. (2003), "Introduction: Matriarch and Modern Matriarchal Studies". In: GOETTNER-ABENDROTH, H. (Org.) *Societies of Peace: matriarchies past, present and future: selected papers, first World Congress on Matriarchal Studies*. Second World Congress on Matriarchal Studies. Canada, Inanna Publications and Education Inc. p. 1-14.
- HITA, Gabriela. (2004), *As casas das mães sem terreiros: Etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, pdf.
- (2005), "Geração, Raça e Gênero em Casas Matriarcais". In MOTTA, Alda Britto da, AZEVEDO, Eulália Lima & GOMES, Márcia. *Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher.
- (2014), *A Casa das Mulheres n'outro terreiro: Famílias matriarcais em Salvador-Bahia*. Salvador: EDUFBA.
- KOLLER, Sílvia (1999), "Violência doméstica: Uma visão ecológica". In AMENCAR (Org.). *Violência doméstica*. Brasília, Unicef, p. 32-42.
- LEITE, Gildecio de Oliveira. (2013), *JORGE AMADO da ancestralidade à representação dos orixás*. Salvador: EDUNEB.
- MALINOWSKI, Bronisław Kasper. (1983), *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- MARCIREAU, Jacques. (1974), *História dos Ritos Sexuais*. 3 ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MURARO, R. M. (1997), *A mulher no terceiro milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Record.
- NARVAZ, Martha Giudice & KOLLER, Sílvia (2004), "Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão

- transgeracional da violência de gênero” in M STREY M P R de Azambua & F P Jaeger Orgs *Violência gênero e políticas públicas* Vol p 149 176 Porto Alegre Ed pucrs
- ORLAND En Pucc nell 1995 *As formas do silêncio no movimento dos sentidos* Campinas S R Ed tora da Un camp 2009 *A Linguagem e seu Funcionamento As Formas do Discurso* 5ª Edição Pontes Ed to res
- PORTAL EDUCA TERRA <<http://educaterra.terra.com.br/volta/re/artigos/matrarcado2.htm>> Acessado em 07 de dezembro de 2014
- PORTAL QUE CONCEITO <<http://queconceito.com.br/comunidade>> Acessado em 05 de dezembro de 2014
- PRAND Reginaldo 2001 *Mitologia dos orixás* São Paulo Companhia das Letras
- SCOTT Joan Wallach 1988 *Gender and the Politics of History* New York Columbia University Press  
1990 “Gênero Uma categoria útil para a análise histórica” *Educação e Realidade* Porto Alegre 16 2 p 5 22
- SCOTT Parry 1990 “O homem na matriz focalidade gênero percepção e experiências do domínio doméstico” in *Cadernos de pesquisa* São Paulo Fundação Carlos Chagas
- SILVERSTEIN Len 1979 “Mãe de todo mundo Sobrevivência nas comunidades de candomblé da Bahia” *Revista Religião e Sociedade* n 4 p 142 169
- SMITH Raymond Thomas 1973 “The matrifocal family” in J Godoy Org *The character of kinship* New York Cambridge University Press
- WENGER Etienne 1998 *Communities of practice Learning meaning and identity* New York Cambridge University Press
- WOORTMANN Klaas 1987 *A Família das Mulheres* Rio de Janeiro Tempo Universitário

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 05 de junho de 2017.

# Arrumando a Casa: Novos arranjos familiares e o trabalho doméstico

**Resumo:** O Trabalho Doméstico remunerado e não-remunerado no Brasil possui sua peculiaridade marcada pelos indicadores sociais quanto a gênero, cor e classe social. Com as novas configurações familiares, novos papéis sociais são assumidos sobre os afazeres domésticos. Este artigo é fruto das discussões feitas durante a pesquisa de campo com empregadas e patroas realizada em 2012, na cidade de Marília, interior de São Paulo. Com base nos dados levantados, bibliografia consultada e objetivos propostos, concentramos o texto em um dos aspectos do tema abordado, as mudanças na estrutura familiar e seu impacto sobre a divisão sexual do trabalho doméstico. A discussão aponta para novos papéis assumidos de gênero, o que, entretanto, entra em conflito com as tarefas compartilhadas dentro do ambiente doméstico. Propomos algumas conclusões acerca dos motivos desses conflitos a partir da história do trabalho doméstico.

**Abstract:** The Housework paid and unpaid in Brazil has its peculiarity marked by social indicators as gender, color and class. With the new family configurations, new social roles are assumed on domestic affairs. This article aims to conceptually discuss the impacts of these changes on domestic responsibilities and the need for third parties on this service in the home. This article is the result of the discussions made during the field research with maids and mistresses held in 2012, in the city of Marília, in the interior of São Paulo. Based on the data collected, bibliography consulted and objectives proposed, we focused the text on one of the aspects of the topic addressed, changes in family structure and its impact on the sexual division of domestic work. The discussion points to new gender roles, which, however, conflicts with shared tasks within the domestic environment, we propose some conclusions about the reasons for these conflicts from the history of domestic work.

## Introdução

Este artigo é parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada "A empregada doméstica na cidade de Marília (SP): entre o 'afazer' doméstico e o dever do patrão" realizada durante o ano de 2012 na cidade de Marília (SP)<sup>1</sup>, em três bairros de perfis econômicos distintos, com apoio financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

A metodologia aplicada foi baseada na "Antropologia Interpretativa" de Clifford Geertz (2012), com o intuito de compreender dados culturais sobre o trabalho doméstico na cidade; portanto, frequentamos cada bairro durante 2 meses e observamos dados que pudessem registrar um cotidiano relacionado à profissão em questão. A Perspectiva de Geertz permite considerar os dados microscópicos das relações sociais considerados como "teias de significados" (2012, p. 4) sobre as relações sociais, marcada por elementos simbólicos da cultura. As categorias nativas para definir o cotidiano do trabalho, assim como a *necessidade* apresentada por quem contrata este tipo de serviço segundo seu ponto de vista, foram pontos importantes para definir o objeto de pesquisa.

Em conjunto com a proposta etnográfica, aplicamos também o método quantitativo – como a abordagem dos moradores por meio de um questionário estruturado retratando dados do serviço doméstico prestado na casa – assim como o complemento do método qualitativo – resumido em entrevistas não estruturadas.

Ao todo foram pesquisadas 20 residências por bairro, e selecionados 2 entrevistadas por cada segmento, sendo a maioria realizada com empregadas, e apenas uma com patroa, pois o difícil acesso às residências e a maneira proposta na pesquisa de abordagem direta às casas sem um contato prévio limitou o número de participantes.

Em resumo, a pesquisa teve como proposta inicial levantar dados sobre o trabalho doméstico e sua hipotética relação com o passado escravista. Aqui apresentamos um dos desdobramentos das discussões feitas depois de obtidos os resultados em campo, ou seja, propomos um novo debate dentro de antigas hipóteses apresentadas ao longo da pesquisa inicial sobre o trabalho doméstico e o tema *família*.

*Família* como uma área de estudos dentro das ciências humanas foi de suma importância para perceber como a divisão do trabalho doméstico passa por seu crivo, sua organização tende a resultar em divisões que respeitam ou não a atividade compartilhada dentro de casa, debate que apresentaremos neste artigo.

Em conjunto ao tema *família*, a História do Trabalho Doméstico no Brasil também revela traços sobre essa relação enquanto atividade exercida prioritariamente por mulheres negras durante o período colonial, e após, já no início do século XX (TELLES, 2011).

O fato sobre o Trabalho Doméstico nas Casas Grandes ter sido exercido ao longo do período escravista por negros vindos de diferentes regiões da África durante o processo de colonização portuguesa

**Carla Julião da Silva**  
Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista–UNESP.

**Contato:**  
carla\_juliaoasilva@hotmail.com

**Willians Alexandre Bueso da Silva**  
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista–UNESP.

**Contato:**  
wabsilva@gmail.com

**Palavras-chaves:**  
Trabalho doméstico, Família, Gênero, Cor, Classe.

**Keywords:**  
Housework, Family, Genre, Color, Social class.

<sup>1</sup> Marília foi fundada em 929 em conjunto com a Estrada de Ferro Paulista, que escava a produção cafeeira para o Porto de Santos. Situada no Oeste Paulista, a 450 quilômetros da capital paulista, a cidade de porte médio possui hoje aproximadamente 233.639 mil habitantes (IBGE, 2016).

fez com que o sistema econômico vigente construísse uma vala de desigualdades sobre a concepção e deturpação do conceito de *trabalho*, em especial sobre o *braçal* (VIOTTI, 1997, p. 336), e consequências drásticas após o fim da escravidão, assunto ainda tratado nos dias de hoje.

Deixamos claro que nosso intuito não foi o de reconhecer se havia na prática uma descendência direta entre trabalhadores domésticos na cidade e ex-escravizados para tratar sobre a relação entre presente e passado, muito menos situamos no exótico a definição de antigas relações sobre os dias de hoje. Neste ponto, é preciso salientar que passado e presente são relacionais, entretanto, um determinismo histórico comprometeria a relação entre ambos.

O fato importante é que Marília (SP) foi fundada dentro do período republicano há aproximadamente 40 anos após o fim legal da escravidão, no entanto, se o serviço doméstico possui reminiscências do passado escravista como afirmamos hipoteticamente, a "cultura" enquanto dinâmica (DURHAM, 2004) tem papel fundamental na propagação e articulação das relações raciais.

Outro ponto importante sobre a relação entre campo, pesquisa e o período do fim da escravidão no final do século XIX, é sobre o fato de Marília (SP) ter recebido um dos últimos ciclos do café em direção à chamada "boca do sertão" (MESSIAS, 2003). Assim como outras regiões que receberam mão de obra itinerante nas frentes de café, a cidade recebeu não só imigrantes no processo de transição para o trabalho em empreitadas familiares, como, também, a população livre migrante de regiões em decadência econômica de acordo com a chegada do café (MOTTA, 2009).

Queremos salientar com esses aspectos que não houve uma relação direta do campo com o período citado ao longo da pesquisa, mas alertar para o fato de que a formação da frente de mão de obra, assim como a população local, foi permeada por diferentes sujeitos em processo de deslocamento em busca de oportunidades de trabalho.

Se o sistema econômico escravista teve como forte aliada a violência coercitiva sobre a rotina de escravizados e em conjunto a repressão sobre hábitos e valores culturais da população imigrante, a categoria em análise aqui não se caracteriza por esses atributos, mas a cor ainda é muito significativa sobre as associações com o período, assim como a baixa renda daqueles que procuram este trabalho como fonte de sobrevivência.

Assim como o Trabalho Doméstico vem recebendo cada vez mais atenção sobre sua legislação e formalização de sua condição enquanto profissão, outros itens demonstram que as discussões de gênero presenciaram modificações nos espaços e papéis sobre o mundo do trabalho e, conseqüentemente, esferas antes dominadas por homens passaram a per-

ceber uma presença maior da mulher no mercado de trabalho, assim como novas configurações sobre os papéis familiares assumidos dentro das responsabilidades divididas entre os demais membros da família.

A hipótese sobre a pertinência do passado escravista continua a ser norteadora para esta pesquisa, pois dados estatísticos ainda são relevantes para tal argumento. Como mostram os dados do IBGE<sup>2</sup>, de um total de 6,6 milhões de pessoas atuantes na área de serviços domésticos, 92,6% são mulheres, sendo 61% desse total representado por mulheres negras, fato que reforça a divisão racial de trabalhos relacionados ao gênero feminino. A profissão (DIEESE, 2012) também se encontra como uma das ocupações de menor rendimento comparado às áreas de maior ocupação feminina, como o setor de serviço e de comércio.

Diante do presente, vimos a necessidade de perceber as transições ocorridas na profissão, principalmente aquelas referentes à organização familiar, que interferem ou não na divisão sexual do trabalho no âmbito privado.

Dessa maneira, o texto visa a discutir, como as mudanças familiares podem ser significativas sobre a categoria profissional, a partir da bibliografia levantada sobre *Trabalho Doméstico* remunerado e não-remunerado (KOFES, 1982, 2001; BRUSCHINI, 2006), *Trabalho Feminino* (HIRATA & KERGOAT, 2007) e estudos sobre *Família* (SALEM, 1987; BILAC, 2003; SARTI, 2003).

Pretendemos aqui indagar se as novas mudanças microestruturais sobre os rearranjos familiares tendem a dar conta de um problema maior e crônico sobre o valor e centralidade desse trabalho realizado em sua maioria por mulheres, que são os baixos salários, a informalidade e pessoalidade nos contratos, e qual o retorno recebido sobre seu cotidiano de dedicação a famílias de terceiros.

## A historicidade da profissão

No Brasil, o tema sobre o Trabalho Doméstico já possui mais de 30 anos de discussão na academia (SAFFIOTI, 1978). O trabalho feminino foi a porta de entrada sobre questões de gênero no país, e em especial, sobre as condições femininas, relacionando a mulher a diversos espaços públicos ocupados por ela (SAFFIOTI, 1969, BLAY, 1978), e o tema continua a ser pesquisado por diversos caminhos.

Uma das associações que se faz sobre o Trabalho Doméstico no Brasil é sobre suas heranças com relação ao período escravagista, o argumento muitas vezes encontrado no senso comum discrimina a profissão reforçando preconceitos de cor, em contrapartida também tem sido argumento para criticar a realidade da categoria que ecoa em dados estatísticos.

Além dos dados, fontes históricas também retratam como a profissão foi fundamental para a manutenção de famílias abastadas durante os ciclos econô-

2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referente à Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, realizado entre 2004-2011

micos na zona rural, e na vida urbana das emergentes metrópoles como Rio de Janeiro (GRAHAM, 1992) e São Paulo (LEITE, 1984; TELLES, 2011).

A profissão exercida até fins do século XIX por uma maioria de escravizados entre homens e majoritariamente mulheres possuía 'afazeres' relacionados à situação precária das instalações sanitárias dos domicílios e à preservação de mantimentos para a alimentação. Atividades como compras diárias, limpezas de fossas e higiene em geral de casas eram feitas por escravizados domésticos (GRAHAM, 1992, p. 55). No entanto, a implantação de saneamento básico e o oferecimento de serviços públicos de recolhimentos de detritos pelo poder público não extinguiram a mão de obra de muitos libertos após a Lei Áurea de 1888 e em 1889, após proclamação da República.

A ocupação da profissão estava além de atividades necessárias, e quando apontada na intimidade do espaço familiar, mesmo que de forma caricaturada (FREYRE, 2006), reflete a influência da população escravizada sobre os costumes e responsabilidades sobre a família brasileira até então. Nesse ponto, o argumento sobre o peso da História do Brasil quanto a essa profissão é evidente, mas não cabe aqui uma linha cronológica de suas continuidades, e sim perceber seu passado como pano de fundo para discutir em conjunto com outros aspectos e indicadores sociais que também dialogam com a profissão, como evidente, a presença massiva de mulheres atuantes na área.

Apesar de simbólico para os estudos sobre família no Brasil, o modelo patriarcal vinculado à obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (2006), não foi o único a vigorar no mesmo período. A historiografia brasileira sobre o período escravista (CORRÊA, 1982, TEIXEIRA, 2004) alerta sobre a existência concomitante à Casa Grande e ao sistema patriarcal, casas chefiadas por mulheres e outras formas de organização familiar que não estivesse apenas relacionado com a imagem canônica do senhor como autoridade familiar.

Em conjunto com esta situação, é possível reconhecer que se nem todos os domicílios respeitavam este modelo único de interpretação do passado, nem todo trabalho doméstico foi realizado por escravizados, assim como nem todo trabalho dito feminino era trabalho escravizado, mas ressaltar que ambos estiveram ao longo da história representados de maneira singular.

Aqui não procuramos estabelecer origens sobre as discussões do tema *família*, essa abordagem é um campo dentro das ciências humanas e muito abrangente para ser citada apenas como paralelo às nossas questões levantadas, mas é preciso ter como ponto de partida que a profissão discutida aqui tem como papel fundamental a manutenção da própria vida humana.

Como cita Marina Maluf em "*Ruídos da Memória*"

(1995, p. 86-87), o trabalho doméstico de acordo com nossa colonização portuguesa e patriarcal sempre destinou às mulheres responsabilidades consideradas como naturais ao seu instinto feminino, e quanto mais atende às necessidades da casa, mais invisível parece ser considerado o trabalho doméstico. A divisão entre esfera produtiva e reprodutiva dentro do capitalismo também é apontado pela autora como contribuinte para a atribuição de valores desiguais entre papéis femininos e masculinos.

O argumento centrado nas heranças escravagistas sobre a categoria demandou reconhecer no presente quais as condições desse trabalho. Muitas mudanças de cunho jurídico ocorreram ao longo do século XX, assim como a organização em sindicatos e associações representativas que procuram profissionalizar cada vez mais a categoria.

Uma das principais conquistas na atualidade foi a Emenda Constitucional<sup>3</sup> 72<sup>3</sup>/2013 (BRASIL, 2013), que trouxe à categoria os direitos e benefícios antes ignorados na Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943. Uma de nossas interlocutoras, a patroa com quem conseguimos entrar em contato, constatou as diferenças entre antes e depois da lei:

*Q: É! Até o trabalho noturno, agora tudo isso é contado, é remunerado. Naquele tempo não, de noite punha a janta, depois já lavava a louça da janta... Era o dia todo! Era como uma pessoa da família também...Porque está lá dentro o tempo todo, né...<sup>4</sup>*

Apesar da lei não controlar de maneira integral todos os registros de empregadas domésticas que ocorrem hoje no Brasil, o limite entre tempo de trabalho e tempo de descanso é um indicativo sobre as dimensões do envolvimento pessoal entre empregadas e empregadores.

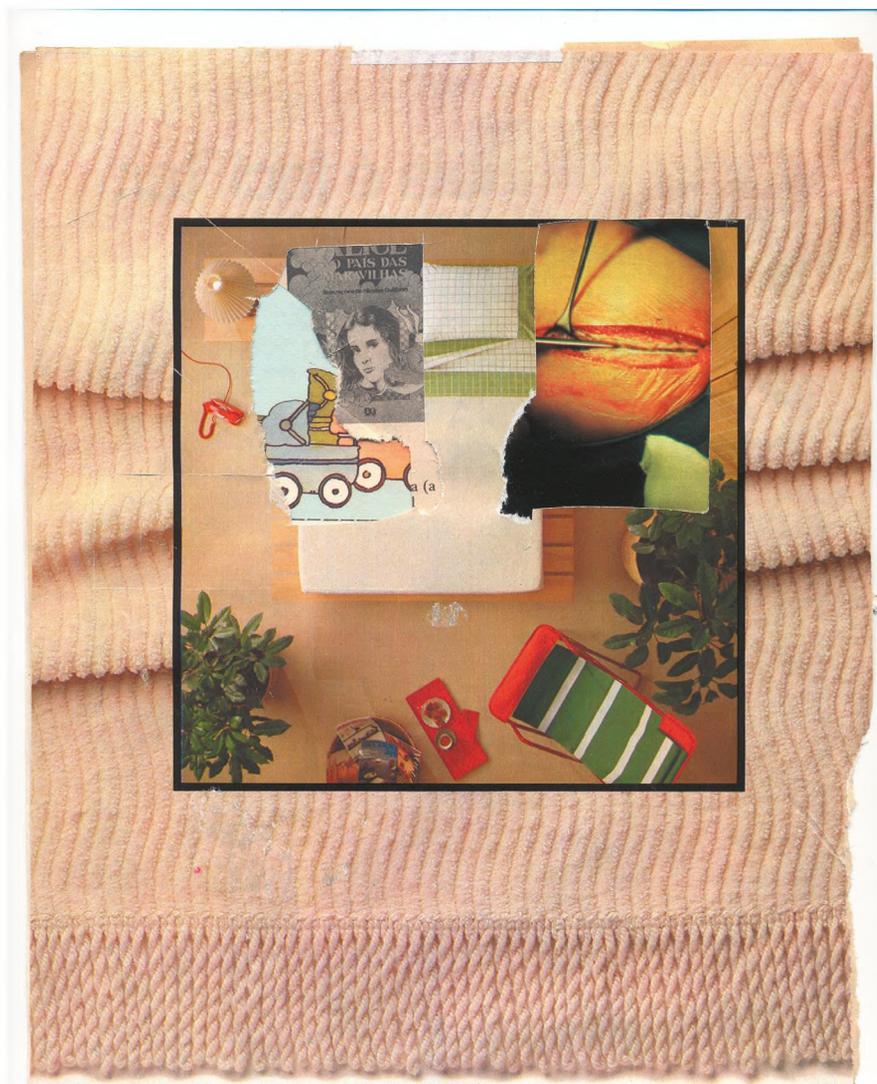
A lei beneficia o Trabalho Doméstico remunerado, ou seja, aquele feito por trabalhadoras(es) em casa de terceiros, mas não discute sobre aquele que é feito diariamente por uma maioria de mulheres, o que tem sido discutido sobre sua definição quanto a trabalho "não-remunerado", ao invés de "inatividade econômica" (BRUSCHINI, 2006). Apesar de a lei beneficiar o trabalho oferecido como serviço, a distância entre o Trabalho Doméstico remunerado e o não-remunerado parece se debruçar sobre questões não esclarecidas quanto à divisão discriminada por sexo do trabalho doméstico.

Se durante nossa pesquisa de campo havia a afirmação de que o problema todo sobre o cotidiano da profissão estaria sobre sua historicidade, a questão se mostrou mais ampla quando percebida na relação entre mulheres.

O que nos parecia uma situação de classes distintas dentro de um mesmo ambiente, também serviu para perceber construções de identidade de gênero

<sup>3</sup> À época de sua tramitação, a mudança na lei também era conhecida por "PEC das Domésticas", Proposta de Emenda Constitucional referente às "domésticas", no gênero feminino, de acordo com o expressivo contingente de mulheres atuantes na profissão.

<sup>4</sup> As abreviações dos nomes dos entrevistados foram mantidos para conservar a integridade dos participantes da pesquisa.



Maíra Lima

distintas sobre condições femininas (KOFES, 1982; 2001) assim como amadurecer a ideia de que quem oferece o serviço doméstico a uma família alheia à sua muitas vezes necessita deixar seus filhos com vizinhos ou sob o cuidado de parentes como estratégia de sobrevivência de sua própria família.

Suely Kofes, em sua tese de doutorado *"Mulher, Mulheres: a relação entre patroas e empregadas domésticas"* (2001) trabalhou com diferenças e desigualdades na rotina do Trabalho Doméstico, as quais cor e classe social reforçassem distâncias entre identidades de gênero divididas por mulheres.

Entre ser patroa e ser empregada, as representações femininas se esbarram, por ser um trabalho associado a mulheres, saber fazer também quer dizer poder mandar, assim como itens de vaidade e autorrepresentações femininas são conflituosas neste espaço. Sendo assim, mesmo compartilhando de um mesmo grupo de gênero, mulheres de classes e cores diferentes desfrutam de formas desiguais sobre sua condição feminina e construção de identidade.

A autora também ressalta o problema da escravidão que, apesar de ser um período já superado, algumas questões ainda se encontram em aberto quanto

a categoria, pois a centralidade da figura da empregada doméstica como organizadora do ambiente domiciliar é recorrente, e ressalta que as práticas cotidianas dentro deste trabalho têm um peso decisivo para reforçar esses laços de vínculo familiar, fazer parte da casa, mas não pertencer à família. Aqui as reminiscências da escravidão nos parece manifestar-se a partir das sofisticadas das práticas cotidianas que centralizam o papel da manutenção doméstica na empregada. Uma de nossas entrevistadas explicita bem essa situação:

*V: a empregada só escuta né...Se ela for inteligente [a empregada] – porque tem que ser – você tem que lembrar que você não faz parte da família, você tá ali pra prestar um serviço pra família, por mais que crie vínculo, você tem sempre que se por no seu lugar, de empregada.*

Mesmo encontrando novas questões referentes ao Trabalho Doméstico que não se resumem apenas ao passado escravista, como a divisão das esferas pública e privada, e a divisão sexual do trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2007), os problemas ainda assim se cruzam, pois gênero e classes sociais são estruturantes

de nosso objeto, e não menos importante ou superior aos outros indicadores sociais, a cor representa um dos traços peculiares brasileiros sobre essa divisão.

### As novas configurações familiares

As mudanças ocorridas não só no Trabalho Doméstico como também nos novos arranjos familiares e o reconhecimento de novas formas de vida conjugal para além do modelo nuclear (pai, mãe e filhos) nos fez refletir sobre os papéis assumidos nessas novas relações e que muitas vezes, estão associados à ocupação das tarefas domésticas feitos pelos membros de uma casa.

Segundo Bilac (2003), as mudanças na organização familiar têm afetado em especial as condições construídas historicamente de mulheres, e consequentemente tendem a ocasionar reflexões sobre os papéis masculinos. A autora destaca que os estudos de gênero têm beneficiado em grande escala pesquisas que focam o *trabalho* como objeto principal de pesquisa sobre a mulher, mas deixam em segundo plano o peso que os papéis familiares têm, enquanto dados culturais e antropológicos, sobre mudanças significativas e que afetam o mundo do trabalho.

Em seu artigo "*Família e individualidade: um problema moderno*", Cynthia Sarti (2003) afirma que os papéis antes reconhecidos dentro de uma organização familiar não estão mais preestabelecidos de forma tão clara e rígida, principalmente sobre a atuação do gênero masculino relacionada a pais e filhos, novas dinâmicas são evidentes. Portanto, deveres, funções e exercício de autoridade não podem ser mais encarados segundo a mesma ótica do chefe familiar, pois a manutenção desta ordem tem sido questionada por movimentos sociais (feministas, LGBT, entre outros) que procuram desconstruir papéis predeterminados em uniões conjugais e relações familiares as quais estiveram até então moldadas por valores patriarcais.

Isto indica que lavar, coser, passar, cozinhar, limpar, entre tantas outras atividades consideradas como afazeres domésticos e que possuem como finalidade única a manutenção da casa têm sido encaradas como um papel fundamental e necessário para a sobrevivência de qualquer família, mas que não deve recair sobre a figura feminina, em qualquer instância que seja. A autora ainda salienta que, apesar de verificar as novas organizações familiares,

*"Revela-se assim, o fato de que vivemos num tempo que nunca foi tão repleto de alternativas e, ao mesmo tempo, tão normativo, simultaneamente emancipador e constrangedor" (SARTI, 2003, p. 44).*

Apenas evidenciar novas mudanças não daria conta de perceber que em alguns casos, essas mudanças tendem a beneficiar apenas a vida familiar individual, entretanto não exige o trabalho de terceiros para a

manutenção desta mesma organização familiar recente.

Em texto sobre a temática de novas organizações familiares pautada em relações horizontais, Tânia Salem já havia discutido na década de 1980 sobre o tema "casal igualitário" (1989). Salem propôs uma pesquisa de campo com conjugues de classe média e faixa etária significativa (união entre jovens e, de meia idade) que procuravam estabelecer novas configurações sobre a vida de casal.

O aspecto principal desta nova configuração estaria em uma interiorização de preceitos que transcendem as imposições sociais sobre as expectativas dos conjugues, vistas como uma coerção externa. Para quebrar com relações arcaicas e benignas da vida a dois, o casal 'grávido' – como cita a autora - exige um esforço psicológico de compreender qual o papel de cada um na vida do outro. Por esse motivo, a pesquisa tem definições sobre subjetividade e sujeito pautadas na própria Psicologia. Entre as preocupações levantadas para a proposta horizontalidade estaria o diálogo aberto sobre a vida afetiva, a monogamia, a fidelidade e a infidelidade confessada, os aspectos subjetivos e sentimentais do homem até então não expressos, a educação dos filhos, e por último, os afazeres domésticos.

É interessante ressaltar que, apesar de o termo "casal igualitário" representar um ideal de igualdade em todos os planos na relação conjugal, o tema sobre os afazeres domésticos aparece em segundo plano. Evidentemente não por descuido da autora, mas como resultado dos dados pesquisados, pois as relações horizontais sobre a manutenção da casa ficaram como responsabilidade de empregadas domésticas nos domicílios visitados (SALEM, 1989, p. 5).

Não obstante retratar décadas atrás, a autora revela uma realidade que expõe dados sobre a situação no presente. Em certos aspectos, o Trabalho Doméstico remunerado aparece como um termômetro das dinâmicas familiares, como vem ocorrendo a discussão sobre papéis entre homens e mulheres.

Quando novos arranjos familiares ocorrem, sejam eles entre casais heterossexuais ou homo afetivos, ou qualquer outra configuração que não mais respeite o modelo patriarcal e reconduza os afazeres domésticos para terceiros, ocorre um problema maior mesmo não sendo esta uma organização que não recaia mais na mulher, 'dona de casa', a manutenção do domicílio.

O problema tem sido abordado como o ato de *delegação* (HIRATA e KERGOAT, 2007), um conceito recorrente nos estudos sobre Trabalho Feminino, que define sobre o ato de casais em vias de enfrentar o dilema entre vida profissional e vida familiar responsabilizar o Trabalho Doméstico a terceiros sem levar em consideração a discussão de antemão sobre a divisão das tarefas no domicílio. Esse conceito é auxiliar ao entendimento sobre os novos papéis que a mulher

tem assumido não só no Brasil, como em outros países, e consequentemente tem deixado o Trabalho Doméstico impossibilitado de ser entendido para além da questão enquanto profissão.

A *delegação* possui como pano de fundo as diferenças de gênero pautadas em questões políticas sobre a divisão entre as esferas pública e privada. Mais do que um problema relacionado às mulheres, esta situação se amplia quando percebemos qual o perfil de trabalhadoras que assumem esse papel, caracterizado pelos dados apontados aqui por mulheres de baixa renda (DIEESE, 2012) e mais de 50% da atuação de mulheres negras (IBGE, 2011).

O conceito de *necessidade* designado por Hannah Arendt, em "A Condição Humana" (2010), quando discute sobre o *labor*, esboça o contexto político desta divisão na cultura ocidental. No texto a autora afirma a hipótese de que a discriminação de populações como servis sempre esteve pautada em argumentos políticos e não características biológicas, ou seja, são afirmadas de tempos em tempos conforme a definição de *necessidade* sobre este tipo de servo no dia a dia de senhores.

No caso apresentado, Hannah Arendt (2010) deixa evidente que a maior *necessidade* encontrada por senhores para com seus escravizados domésticos sempre foi a de se libertar do trabalho rotineiro de manutenção e reprodução da própria vida humana, só assim os senhores se veem livres para produzir:

*"[...] todas as eras anteriores à era moderna, ao identificarem a condição do trabalhador com a escravidão, tinham em mente precisamente esses criados domésticos, esses habitantes do lar, oiketai ou familiares, que trabalhavam em vista da mera subsistência e eram necessários para o consumo isento de esforço, e não para a produção. O que eles deixaram atrás de si em troca do que consumiam foi nada mais nada menos que a liberdade, ou, na linguagem moderna, a produtividade potencial de seus senhores" (ARENDRT, 2010, p. 107).*

As duas concepções, *delegação* e *necessidade*, retratam valores de épocas distintas, mas chega perto de nos oferecer a conclusão de que cuidar da reprodução humana tem sido papel secundário em sociedades pautadas por estratos sociais. Em grande medida, a formação da sociedade brasileira tendo em sua origem o trabalho escravizado tem peso fundamental para entender a origem histórica de algumas atividades, apesar de não concluir sobre sua realidade no presente.

O caso não se limita ao Brasil, mas quando houve a proposta de estudar o Trabalho Doméstico dentro de nossa sociedade, encontramos a bibliografia sobre o tema fora de nosso país. A comparação exige seus cuidados e medidas, pois pretendemos aqui utilizar o exemplo a seguir como recurso para falar sobre a

peculiaridade brasileira, e não discutir amplamente o Trabalho Doméstico em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais.

A tese sobre imigração de Soraya Fleischer, "Passando a América a Limpo: o trabalho de *housecleaners* brasileiras em Boston, Massachusetts" (2002), discursa sobre mulheres que procuram melhores condições financeiras como *housecleaners* em Boston.

A autora busca no processo de imigração de brasileiras relações de identidade com o trabalho e a nacionalidade. A partir da oportunidade de trabalhar fora, mulheres reconhecem seu lugar de origem assim como definem melhor o que é ser *brasileiro* quando em contato com uma cultura diversa, assim como o contato com outros imigrantes.

Como apresentado no texto, o Trabalho Doméstico em Boston (assim outros como jardineiro, chofer<sup>5</sup>, entregador de jornais, entre outros) é uma oportunidade de trabalho para imigrantes que buscam melhoras em sua condição de vida. A oportunidade é ocupada por diversas nacionalidades além de brasileiros, mas a tendência é que todos sejam tratados como "hispanicos" (FLEISCHER, 2002, p. 248-249), ou seja, os que possuem o espanhol como língua materna.

Por esse motivo, muitas brasileiras procuram afirmar sua identidade por meio da língua materna, assim como reforçar a perspectiva de que enquanto trabalham no exterior como *housecleaner*, estão nessa ocupação temporariamente, pois deixaram condições razoáveis de vida no Brasil para aceitarem essa oportunidade de trabalho. Isso inclui o *status* ao qual pertenciam, em alguns casos até pessoas com formação superior atuavam em trabalhos como esse (FLEISCHER, 2002, p. 244), e que por este motivo não se incluem na maioria de imigrantes vindos de outros países.

A noção de limpeza – definido segundo as entrevistadas pelas autoras – também é ostentada como forma de identificar melhor brasileiras de outras nacionalidades. O capricho com os cuidados para a higiene doméstica seria característica intrínseca de imigrantes que saem do nosso país e que, em alguns casos, deixaram empregadas domésticas que atuavam em suas casas para trás.

A experiência de entrar neste serviço como fonte de renda fez com que muitas imigrantes brasileiras repensassem a forma como tratavam suas empregadas no Brasil, pois mesmo em Boston, ser tratado mal não implica em questões culturais como muitas vezes são justificadas as relações entre empregados e empregadores em comparação ao Brasil, mas sim, como um alerta para a rede de contatos sobre a qualidade da oportunidade de trabalho oferecida (FLEISCHER, 2002, p. 256). Ao mesmo, não podemos desconsiderar que esta pode ser uma questão relativa, pois o tratamento igualitário muitas vezes não interfere na

5 As profissões como "Jardineiro" e "Chofer" são interpretadas segundo a Organização Internacional do Trabalho como "Empregados Domésticos": [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/grpe\\_caderno\\_3\\_261.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/grpe_caderno_3_261.pdf).

quantidade de trabalho, no esforço e cansaço sentido no final do trabalho.

Caracterizando o Trabalho Doméstico no exterior a partir da pesquisa de campo, a autora demonstra como o vínculo empregatício em comparação ao Brasil é distinto, pois o *housecleaning* trata de um *business*, ou seja, um agenciamento de trabalho; por esse motivo, enquanto no Brasil os empregadores são chamados de *patrões*, as entrevistadas afirmam como *clientes*.

A partir desse aspecto, podemos também inferir sobre quais valores estão envolvidos empregadas e empregadores dentro do Trabalho Doméstico no Brasil, sem recorrer à associação direta sobre o ser-



Rafaella Melisse

vilismo a que o termo *patrão* poderia ocorrer. Estar imersa no meio familiar e ao mesmo tempo não pertencer à família – como retrata a fala de uma das entrevistadas – diz respeito à obrigação de se adequar às normas, horários e gostos dos donos da casa, um pouco diferente do que seria representado pela figura do *cliente*.

Ao longo de nossa pesquisa de campo, percebemos como o vínculo entre as partes pode ser o mais definidor das relações construídas diariamente em trabalho. Trabalhar em casa de família significa atear-se aos moldes da casa. Esse vínculo pode ser marcado ou não por desafetos, mas o que evidenciamos é que o descontentamento com *patrões* é proporcional à oportunidade e risco de procura por outras casas para trabalhar, por parte de empregadas.

A situação de *delegação* foi encontrada em diversas casas pesquisadas, em muitas experiências empregadas viram os filhos da família crescer devido ao

longo tempo de serviço na casa. A profissão também foi vista como antiga em um domicílio onde moravam três gerações de mulheres que atuavam como empregada doméstica ou trabalho próximo a este.

O Trabalho Doméstico não remunerado, aquele feito em casa e que procura dar conta de toda manutenção necessária para se manter uma família, demonstra-nos ser a base desta discussão que atinge sua oferta enquanto trabalho remunerado. Ou seja, não há como passar pelo tema sem discutir esse sustentáculo da sociedade que recai sobre a mulher. Mesmo na casa de empregadas, as relações de poder podem ser reproduzidas entre os membros familiares, como cita uma de nossas entrevistadas:

*K: Até dentro da nossa casa! Pra você ver, meu marido – ela [filha] vai lá só pra discutir com o pai – é pedreiro, mas gosta de mexer em casa... mas eu acabo de limpar, ele vai mexer e eu aviso "Eu acabei de limpar!" e ele "Ué? E eu não posso mais mexer na minha própria casa?".*

Algumas reproduções ocorrem no cotidiano; portanto, dividir a situação remunerada e não-remunerada pode tornar essencial apenas um dos aspectos do Trabalho Doméstico, o que, no entanto, está relacionado a diferentes problemas, principalmente sobre formas de poder e construções históricas e sociais.

### Considerações finais

Hoje os dados mostram que o número de diaristas tem aumentado em contraposição ao de empregadas domésticas com carteira de trabalho assinada<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo em que há uma maior profissionalização da categoria, há um conjunto de aumento da situação precária de contratos efêmeros de diaristas.

Esse assunto, apesar de bastante tempo acompanhado em pesquisas na academia, em campo ainda evidencia ser um "tabu". Falar sobre a empregada que trabalha em seu domicílio ou a própria empregada relatar sobre seu cotidiano em uma casa de família foram problemas para nossa pesquisa. Sobre isto, a diferença entre *patrões* e *clientes* levantados por Fleischer (2002) é fundamental. O respeito para com quem emprega assim como o sigilo sobre a intimidade da casa é crucial.

Hoje podemos afirmar que há alternativas para o emprego ou não de terceiros para a manutenção do lar, os questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho tem colocado em questão a emancipação da mulher à custa da manutenção do problema ainda maior vinculado a desigualdades sociais e a corroboração com as condições de mulheres pobres. A responsabilidade que pais e filhos, assim como demais parentes familiares tendem a assumir representa uma dessas mudanças. O problema tende a se agravar no período de cuidado de filhos recém nascidos, onde o trabalho é redobrado, e algumas questões sobre o

<sup>6</sup> O índice de diaristas tem subido em 10% em comparação a empregadas domésticas com carteira assinada em grandes regiões como São Paulo e Rio de Janeiro (DIEESE, 2012)

papel da paternidade estão sendo cada vez mais dobradas.

A legitimidade de novas organizações familiares, como casais de mesmo sexo e a adoção de filhos, representa uma quebra significativa no modelo familiar nuclear. A condição feminina ou valores associados necessariamente muda nesse contexto, o que nos deixa a dúvida sobre como ocorre a divisão do trabalho doméstico.

A outra questão a ser respondida é sobre os choques de valores a serem ocasionados sobre o Trabalho Doméstico perante as novas organizações familiares. Durante o texto procuramos deixar claro quais aspectos desse problema precisam ser considerados quando diagnosticamos mudanças no ambiente familiar e doméstico, mas qual seria o nível atingido com essas mudanças quando tratamos sobre os afazeres dentro de uma casa.

Como cita Joan Scott (1995), em seu texto clássico "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", mesmo com a educação de filhos voltada para a divisão do trabalho doméstico em um ambiente que os pais compartilham as tarefas (1995, p. 81), crianças aprendem valores sobre as relações de poder, a estrutura

patriarcal e hierarquias de gênero. Isso significa crer que a necessidade de entendimento sobre a divisão sexual do trabalho, seja sobre o ambiente doméstico ou fora dele, percebermos os usos que a sociedade faz sobre gênero. Com relação ao nosso objeto de pesquisa, o recorte histórico do fim das relações escravistas, sua conseqüente propagação com as relações raciais em conjunto com a estrutura de classes demonstra de que maneira a sociedade brasileira faz seus usos das relações de gênero tendo como exemplo essa profissão e ao mesmo tempo atividade não-remunerada, situada na encruzilhada do tempo presente e passado.

Portanto, podemos considerar que as novas responsabilidades e papéis familiares podem modificar essa realidade, mas hoje discutir sobre a divisão do trabalho doméstico requer um posicionamento político diante de um problema que perdura durante bom tempo em nossa história e exige a atenção para uma educação que leve em consideração a emancipação do sujeito para a sua manutenção, ao contrário do que se vive quando a dependência dos filhos é ampliada graças à presença de empregadas domésticas ao longo de todo o crescimento até a fase adulta.

### Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hannah (2010), *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- BILAC, Elisabete Dória. (2003), "Família: algumas inquietações" In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, p. 29-38.
- BLAY, Eva Alterman. (1978), *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática.
- BRASIL, Constituição. (1988), Emenda Constitucional nº 72, de 2 de Abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. In: Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm)> Acesso em: 19/05/2017
- BRUSCHINI, Cristina. (2006), "Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?" *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.23, n.2, p. 331-353, jul/dez.
- CORRÊA, Mariza. (1982), "Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)." In: ARANTES, Antonio [et al.] *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, p.13-38.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2012), "O Emprego Doméstico nos anos 2000". In: *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. (2004), "A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna". In: *A Dinâmica da Cultura: Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- FLEISCHER, Soraya Resende. (2002), *Passando a América a Limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. São Paulo: Annablume.
- FREYRE, Gilberto. (2006), *Casa-Grande & Senzala*. 51ª ed. São Paulo: Editora Global.
- GEERTZ, Clifford. (2012), *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. (1992), *Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. (2007), "Novas Configurações da divisão sexual do trabalho". *Cadernos de Pesquisa*, Tradução de Fátima Murad, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez.
- KOFES, Suely. (1982), "Entre nós mulheres, elas as Patroas e elas as Empregadas." In: ARANTES, Antonio [et al.] *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. p.183-192.
- \_\_\_\_\_. (2001) *Mulher, Mulheres: a relação entre patroas e empregadas domésticas. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade*. Campinas: Editora da Unicamp.
- LEITE, Maria Odila. (1984), *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- MALUF, Marina. (1995), *Ruídos da Memória*. São Paulo: Editora Siciliano.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. (2003), "Da escravidão ao trabalho livre". In: *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: Mercado interno e mão de obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo: Editora Unesp.

- MOTTA, José Flávio. (2009), *Derradeiras Transações. O comércio de escravos nos anos de 1880* (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, p. 147-163, nov.
- VIOTTI, Emília da Costa. (1997), *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora Unesp.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1969), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes.
- \_\_\_\_\_, Heleieth. (1978), *O Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petropólis: Vozes.
- SALEM, Tânia. (1989), "O Casal Iguatário: princípios e impasses". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 9, vol. 3. São Paulo: ANPOCS/Cortez, p. 1-15.
- SARTI, Cynthia. (2003), "Família e individualidade: um problema moderno". In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, p. 39-50.
- SCOTT, Joan. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. (2004), *O outro lado da Família Brasileira. (1765-1850)*. Campinas: Ed. Da Unicamp.
- TELLES, Lorena da Silva. (2011), *Libertas Entre Sobrados - Mulheres Negras E Trabalho Domestico Em São Paulo (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/813/tde-10082012-170442/>> Acesso em: 18/06/16.

### Sites

- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm/>> Acesso em 18/02/16.
- \_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352900/>> Acesso em 19/05/17.

Recebido em: 23 de julho de 2016.

Aprovado em: 24 de abril de 2017.

# Legislação e discriminação por orientação sexual em São Paulo: mobilizações em torno da Lei 10.948/01

**Murilo Bernardino Polato**

Graduado em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

**Contato:**

murilopolato@hotmail.com

**Palavras-chaves:**

Lei 10.948/01, Movimento LGBT, Discriminação, Parada do Orgulho LGBT.

**Keywords:**

Law 10.948/01, LGBT movement, Discrimination, Pride Parade LGBT.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de aprovação do projeto de Lei 667/2000, posteriormente aprovado como Lei 10.948/01 do estado de São Paulo, e o seu projeto revogatório pela Lei 10.68/2007. Para isso, buscou-se bibliografia sobre o contexto histórico, os movimentos LGBTs que foram relevantes, suas demandas e a conexão desses movimentos e o Estado. A metodologia utilizada une essa bibliografia com os documentos dos projetos de Lei anteriormente apresentados. Por fim, percebe-se a importância dessa Lei para o movimento LGBT, como forma de garantia de acesso ao direito.

**Abstract:** This paper aims to analyze the approval process of bill 667/2000, later approved as law 10.948/01 from the state of São Paulo, also its revoking bill – 1068/2007. To do so, it sought literature on the historical context, the significance of LGBT movements, their demands and the connection between them and the State. The methodology research joins the bibliography of the documents on the bills presented above. Finally, this paper light upon the importance of this law to the LGBT movement, as a form of guaranteeing access to its civil rights.

## Introdução

O seguinte artigo pretende trabalhar com as formas de proteção aos casos de discriminação e o acesso ao direito da população LGBT. Para se realizar este trabalho, buscaram-se os dados bibliográficos, os meios de mobilização dessa comunidade na busca das garantias do acesso ao direito e às formas de proteção e processo da apresentação do projeto de lei e, posteriormente, a tentativa de revogação. Foi observada a argumentação apresentada pelos favoráveis e contrários à existência da lei que versa sobre a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Foram estudados os bastidores em torno da lei 10.948/01 para compreender a origem e o crescimento das mobilizações em busca da cidadania para a população LGBT.

Para se compreender a particularidade do direito LGBT, torna-se importante discutir os problemas relacionados à cidadania desse grupo. Freire e Cardinali (2012) explicam que os LGBTs possuem o estigma de serem rejeitados enquanto fenômeno social, individual e cultural, alvo de violências físicas e simbólicas. Borrillo (2010), por sua vez, observa que os LGBTs são alvos de manifestações que os colocam como pessoas a distância do padrão aceito socialmente – a heterossexualidade.

Pensando nisso, é relevante observar a questão da cidadania no Brasil contemporâneo. Souza (2003) defende que a expansão da luta política dos grupos marginalizados provocou maior acesso aos espaços públicos do país e, por consequência, a abrangência dos direitos para suas comunidades. Pode-se atentar que os movimentos LGBT buscam organizar suas pautas e levá-las ao debate público. (FACCHINI, 2005;

SIMÕES & FACCHINI, 2009).

Devido à rejeição que sofrem socialmente, os LGBTs são alvo de ataques de violências físicas ou morais. Para obter a resolução desses conflitos, utilizam várias formas para combater a opressão. Dentre elas, a obtenção, no campo do direito, de recursos para recorrerem quando houver situações de risco. Alguns movimentos LGBT apostam na disputa institucional, através da formulação de políticas públicas que protejam a comunidade.

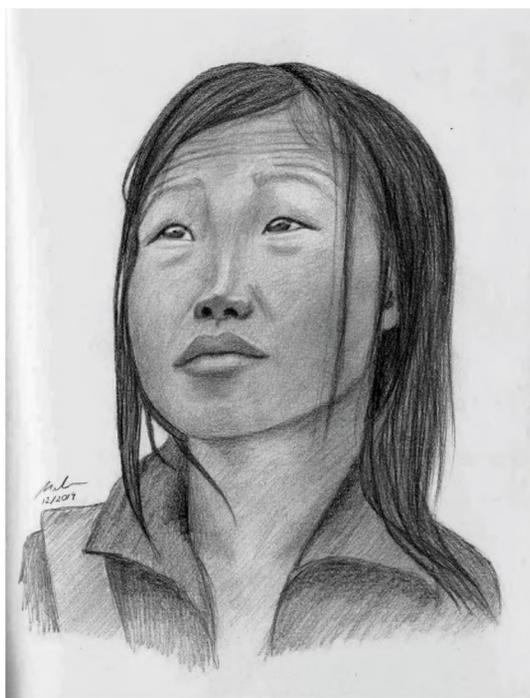
Para se analisarem os movimentos sociais, em específico os movimentos de pauta LGBT, é necessário tomar como perspectiva de análise diversas características. Maria da Glória Marcondes Gohn (1997) apresenta duas dimensões do movimento, uma externa e outra interna. Em relação ao âmbito externo ao movimento social analisado, há o contexto sociopolítico e cultural no qual se insere, as articulações dos atores políticos do movimento enquanto interlocutores e as relações dessa mobilização com órgãos estatais. Na outra via, isto é, a dimensão interna do movimento, há suas demandas, formas de reivindicar essas demandas, projetos, práticas e seus resultados pela mobilização e, por fim, a cultura política que foi desenvolvida pela movimentação na trajetória.

## Movimento Social, Movimento LGBT e o Contexto Histórico.

Os movimentos sociais que têm como pauta trazer a legalidade às suas demandas procuram diversas estratégias para realizar o seu objetivo político. As estratégias variam em três principais fatores, de acordo com Teixeira e Tatagiba (2005): atores envolvidos, fins

almeçados e obstáculos encontrados. O movimento social se relaciona com o Estado por meio da formulação de políticas públicas. Os ativistas consideram que essa seria uma forma para obter conquistas em relação às suas pautas específicas, resultando na ampliação da democracia. (TEIXEIRA & TATAGIBA, 2005).

Os períodos ditatoriais, de redemocratização e o início do novo regime democrático trouxeram ao movimento social o aumento das mobilizações no estado de São Paulo. Esse crescimento refletiu na continuidade da luta por mais direitos e se traduz em reflexões que tendem à conquista dos espaços de poder. Na causa LGBT, vieram as novas demandas, resultantes da discriminação histórica sofrida por esta população. As mobilizações nos mais diversos conjuntos de



Rafaella Melisse

ações levam essas reivindicações ao Estado em busca de políticas públicas que favoreçam a população LGBT (FACCHINI, 2005; ZANOLI, 2015).

Nas décadas de 1980 e 1990, ascenderam os movimentos LGBT em decorrência da identificação desse grupo social com a AIDS, tendo em vista que a população LGBT foi considerada "grupo de risco". Outro período importante para a comunidade LGBT foi o decorrido pela despatologização da homossexualidade no Código Internacional de Doenças (CID)<sup>1</sup>. As conotações negativas e discriminatórias destes períodos trouxeram maior visibilidade às suas militâncias no debate público, que geraram resultados para a formulação das pautas a serem levadas. A discussão dos direitos humanos para a população LGBT levou a resultados presentes até os dias atuais (FACCHINI, 2005, SIMÕES & FACCHINI, 2009, ZANOLI, 2015).

A presença de um novo regime democrático no Brasil proporcionou a expansão dos grupos LGBTs.

Dentre os principais, existem o Grupo Gay da Bahia, Triângulo Rosa, Atobá, Coletivo de Feministas Lésbicas, Arco-íris. No Estado de São Paulo surge, na década de 1980, o grupo Somos – Somos: Grupo de Afirmação Homossexual – e na década de 1990, o grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor. Devido ao aumento dos grupos e da discussão das pautas, foi estabelecida uma série de encontros para a reflexão dos movimentos LGBT durante a década de 1990. Como consequência, surge a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – no ano de 1995. No ano de 1997 ocorre a primeira Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, levantando bandeiras da visibilidade dos grupos LGBT para os diversos setores da sociedade. Em sua primeira edição, reuniu cerca de duas mil pessoas e, a partir de 1997, tornou-se anual. No dia primeiro de fevereiro de 1999 é fundada, na capital paulista, a APOLGBT – Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo –, organização importante para a definição do tema e aprofundamento organizacional do evento. (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

Trágicos eventos ocorridos no ano 2000 evidenciaram a discriminação no Brasil. O assassinato de Edson Nêris da Silva, na região central de São Paulo, em que dois homens do grupo Carecas do ABC foram condenados, repercutiu com força na mídia da região metropolitana<sup>2</sup>. No mesmo ano ocorreu o lançamento do livro *Violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil*, onde se relatam os assassinatos de LGBTs no território nacional registrados na mídia brasileira. Esse livro foi produzido pelo Grupo Gay da Bahia, em parceria com um de seus fundadores, Luiz Mott.

A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo do mesmo ano se amplia de 35 mil para 120 mil pessoas. Acredita-se que um dos motivos para esse aumento foi a homenagem à memória de Edson Nêris da Silva. Em 2001, registrou-se o importante número de 200 mil pessoas, o que pode ter sido ocasionado por força da pressão para a formulação e sanção da lei de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero do mesmo ano. Nestes primeiros anos da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, foram formulados os seguintes temas: diversidade, inclusão, visibilidade e necessidade dos direitos humanos para LGBTs.

Destaca-se para fins de observação o grupo CORSA, criado em 1995, que compõe a Parada do Orgulho LGBT desde sua fundação e participa da organização da APOLGBT. Criado em 1995, esse coletivo tem como meta principal, de acordo com sua trajetória histórica e denominação, o fortalecimento da cidadania LGBT, encorajando o orgulho de se expressar e garantindo o respeito aos LGBTs entre todos os seres humanos. Promover a solidariedade entre as vítimas de discriminação, e por fim, incentivar o amor entre os seres humanos<sup>3</sup>. A partir dessas consignas o grupo deseja,

<sup>1</sup> Apesar de ter ocorrido com a homossexualidade, a transgeneridade ainda se encontra no CID.

<sup>2</sup> Foi registrada a condenação em artigo da Folha de São Paulo em que são dadas maiores descrições do ocorrido, presente esta reportagem nas referências bibliográficas.

<sup>3</sup> Objetivos estes presentes em seu website.

através de sua mobilização, a garantia de livre expressão dos LGBTs na sociedade, lidando com as implicações sociais e políticas de ser um LGBT no Brasil.

O trabalho destaca o grupo CORSA devido a sua importância observada na obra acadêmica de Gustavo Gomes da Costa Santos (2006). O autor entrevistou lideranças dos movimentos LGBT de São Paulo, dentre elas, o "Luciano", pertencente ao grupo CORSA. Luciano revelou que entrou em contato direto com o deputado Renato Simões, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a formulação do projeto de lei 667/2000, atualmente conhecida como lei 10.948/01 do Estado de São Paulo. O grupo, portanto, é de grande importância para a existência da lei, porquanto influenciou ao organizar as suas demandas visando à livre expressão de suas identidades sexuais e de gênero, reverberando em uma lei que protege a população LGBT.

A partir desse contato observado anteriormente com o grupo CORSA e a mobilização LGBT crescente no histórico nacional e estadual, o deputado Renato Simões, do Partido dos Trabalhadores (PT) – eleito com base coligada entre o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) – apresenta o projeto de lei 667/2000, que posteriormente é aprovado em outubro de 2001, sem modificações do projeto inicial, na forma da lei 10.948/01, com promulgação do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, em 5 de novembro do mesmo ano de aprovação.

A mobilização social, ao utilizar de diversos meios para alcançar espaços na sociedade, modifica a democracia e tem como consequência a participação popular como importante estratégia do cenário político (MACIEL, 2011; TATAGIBA, 2003). Tendo em vista a intenção de alcançar resultados, o movimento LGBT parte ao embate por via do legislativo para projetar suas demandas em legislações.

### A lei 10.948/01: Suas reflexões e abrangências.

Rafael de la Dehesa (2015) faz importante observação sobre o contato entre movimento social e o Estado, tendo como aliança principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como observa:

*"Pouco depois das eleições de 1982, os ativistas brasileiros começaram a forjar alianças com deputados específicos, principalmente do Partido dos Trabalhadores, porém também de outros partidos, o que era possível pelas estruturas institucionais mencionadas anteriormente" (DEHESA, 2015, p. 217, tradução nossa).*

Encontram-se evidências de que o partido já teria essa tendência à formulação de leis para atender às demandas do movimento social.

Dehesa (2015) identifica duas demandas que receberam preferências em se tornar legislação entre

os ativistas LGBTs no Brasil durante o século XXI. As prioridades foram a proibição à discriminação por orientação sexual e o reconhecimento da união civil entre casais homoafetivos. Os movimentos LGBTs apostam nesta medida de proteção com o objetivo de diminuir os casos de discriminação e melhorar a forma como a população LGBT acessa o direito à liberdade do exercício de orientação sexual. Segundo os grupos LGBT, essas medidas seriam necessárias não para obtenção de "direitos especiais", mas sim para promover a igualdade entre a população heterossexual e a população LGBT, e, conseqüentemente, denunciar formas de discriminação (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

A lei 10.948/01 prevê penalidades a práticas discriminatórias por orientação sexual de acordo com seu título, porém abrange toda a comunidade LGBT ao se observar em seu artigo 1º que prevê penalidades a "toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero" (SÃO PAULO, 2001, p. 1). A lei também abarca diversos âmbitos da sociedade que são passíveis de punição, desde indivíduos a instituições, como se mostra no artigo 3º:

*"São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Estado, que intentarem contra o que dispõe esta lei" (SÃO PAULO, 2001, p. 1).*

Assegura-se, assim, maior acesso ao direito para a população LGBT. A lei estadual anteriormente mencionada coloca advertências e reparações econômicas como medidas repressivas aos atos discriminatórios de motivação por preconceito a pessoa LGBT. As reparações econômicas são pagas em Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPs), sendo o valor atual de 1 UFESP estimado em R\$ 23,55. A punição pode ser dada em 1000 UFESPs, ou, em caso de reincidência, 3000 UFESPs. O juiz poderá elevar esse valor em até 10 vezes, quando, no julgamento em questão, for percebido que o cobrado não fará diferenças significativas àquele que realizou a discriminação. O valor arrecadado, de acordo com Costa (2009), é revertido em um fundo estadual de combate à homofobia.

Apesar de haver certa contrariedade de alguns deputados à aprovação, esses não se manifestaram naquele momento. Dehesa (2015) apresenta trecho de entrevista realizada com Renato Simões, autor da lei em questão, e relembra que as reações ao projeto de lei apresentado por ele – projeto de lei 667/2000 – receberam comentários de desaprovação e riso, mas que, apesar disso, os deputados não quiseram ser colocados como contrários a um projeto contra a discriminação, como mostra Dehesa (2015), no seguinte trecho:

*"De maneira geral, o que posso dizer é que havia um tratamento muito jocoso, muito com base na piada, no caso deste projeto. Mas a poucas horas, não havia um deputado que queria suportar a carga de vetar um projeto contra a discriminação [...] Apesar de ser um projeto que despertava riso e piada, ninguém queria ter o fardo de estar contra" (DEHESA, 2015, p. 246, tradução nossa).*

### A tentativa de revogação por meio do projeto de lei 1068/2007.

O principal movimento de contrariedade à lei 10.948/01 vem no período posterior ao seu registro em diário oficial. Essa contrariedade se mostra no projeto de lei 1068/07, apresentado em 15 de setembro de 2007, pelo deputado Waldir Agnello, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleito sem coligação partidária para o cargo de deputado estadual. O projeto de lei é justificado pelo próprio deputado, em que argumenta que este é "inconstitucional, por expressamente contrariar o artigo 5º da Constituição Federal ao qual (...) não distingue homens ou mulheres de heterossexuais ou homossexuais, estabelecendo que "todos", todos são iguais perante a lei" (SÃO PAULO, 2007, p. 1). Agnello argumenta também contrário a haver uma lei específica para algum grupo social, e, especificamente nesse caso, coloca que há uma desigualdade pendendo aos LGBTs.

O projeto de lei 1068/2007 obteve parecer favorável pelas comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e, em ambos os casos, foi justificado esse parecer. A comissão de Constituição e Justiça julgou-se favorável, como mostra o texto de seu relator, André Soares, do Partido da Frente Liberal (PFL), eleito em coligação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A justificativa apresentada reforçou que a argumentação dessa lei seria inconstitucional, colocando que todos seriam iguais segundo a Constituição Federal (SÃO PAULO, 2008a).

A Comissão de Direitos Humanos teve como relator Gilmaci Santos, do Partido Liberal (PL) – também eleito sem coligação – e este apresentou a aprovação ao projeto revogatório da lei 10.948/01 com diversos argumentos contrários. Segundo Gilmaci Santos, o Brasil possui relativa tolerância ao preconceito, apesar de existirem diversas discriminações a todos os grupos sociais. Além disto, adiciona a sua argumentação, que essa lei afronta a mais um dos direitos constitucionais, a liberdade de expressão e a igualdade. Segundo Santos, essa lei "se institui em nossa Democracia a verdadeira Lei da Mordaza, uma vez que a manifestação pública sob o ponto de vista moral, filosófico ou psicológico contrário aos homossexuais pode ser punido" (SÃO PAULO, 2008b, p. 2). Segundo o mesmo, o crime de discriminação já consta no código penal, e, por conta disso, não deveria haver penaliza-

ção no formato dessa lei.

Gilmaci Santos argumenta com conteúdo de cunho religioso e de âmbito familiar. Em seu relatório, ao colocar o ponto a partir do âmbito familiar, apresenta o seguinte argumento:

*"Imagino que um pai, por exemplo, não possa daqui pra frente, condenar como direito legítimo, subjetivo e pessoal a atitude do filho homem que se deita com outro homem.*

*Note-se que "condenar" é distinto de "discriminar", já que o ato do pai segue a intenção da educação e da sua vontade. Se assim não for, qual será o pai que deseja de coração ter o filho homossexual? É justo que uma lei proíba um pai de ensinar seu filho que homossexualismo é anti-natural ou anticristão?" (SÃO PAULO, 2008b, p. 3).*

Para justificar esta posição apresentada, Gilmaci Santos utiliza-se de trechos da Bíblia, em que coloca a homossexualidade, nos termos destacados, como abominação perante a Deus. Por fim, segundo o autor, a lei ameaça o respeito a liberdade de expressão, de educação e de culto religioso. O projeto de lei 1068 de 2007 encontra-se sem atividade na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo desde este parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos.

Há, portanto, um conflito principal apresentado em torno da legalização da pauta da discriminação sobre os LGBTs. Há dois momentos distintos, são estes: a aprovação da lei 10.948/01 em contraste com o projeto de lei 1068/2007, formando-se um debate sobre a existência da lei para grupos específicos. Enquanto o movimento LGBT nota que a especificação do direito gera maior proteção ao grupo LGBT, principalmente por esta lei atingir diversas áreas da vida social, o pensamento que se contrapõe vê essa especificação como negativa para a sociedade, pois, para ele, todos os seres humanos já seriam iguais perante a lei, e esta lei traria consigo uma desigualdade em si, com vantagem para os LGBT.

A discordância avança em relação a como se dá essa discriminação, pois o argumento do relatório da Comissão de Direitos Humanos do projeto de lei 1068/2007 coloca a necessidade de se respeitar a liberdade de expressão, culto e educação, de acordo com seus valores morais. O movimento LGBT observa de outra forma, em que o cidadão LGBT é distanciado da vida social e são repudiadas as suas ações de afeto. Essa distinção de posições provoca como consequência um novo conflito, que se observa nesse mesmo relatório da comissão de direitos humanos, em que o autor acredita que há no Brasil relativa tolerância à diversidade, diferentemente do movimento LGBT, principalmente levando em consideração a produção de Mott (2000), no qual se mostra um grande número de casos de violência física sobre essa população, mas, também, segundo o grupo LGBT, outros tipos de violência são realizados. Importante ressaltar que o

grupo ao qual o Luiz Mott pertence, o Grupo Gay da Bahia (GGB), produz informações relevantes na luta contra a discriminação, publicando relatórios anuais desde 2011 sobre o assassinato de pessoas LGBTs no Brasil e esses, somados ao trabalho de registro do Disque Direitos Humanos, podem realizar consideráveis denúncias sobre a violência em que a população LGBT poderá estar inserida.

### Considerações Finais

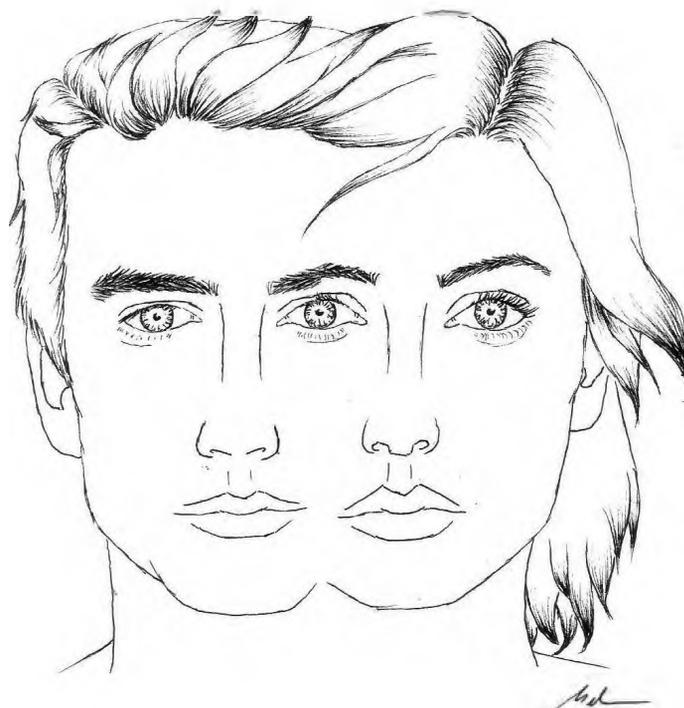
O movimento LGBT tem diversos desafios para levar suas pautas ao debate público e utiliza diferentes estratégias para conquistar benefícios a seu grupo social. O artigo apontou a mobilização em alguns campos específicos, que foram utilizados estrategicamente pelo movimento social. Importante ressaltar que outros também são utilizados frequentemente, como por exemplo o poder judiciário (MACIEL, 2011). Essa decisão estratégica varia de acordo com a expectativa de alcance em decisões favoráveis. O plano formulado pelo movimento social é traçado de acordo com diversos fatores, sendo levado em consideração que, para diferentes tipos de pautas, serão mobilizadas diferentes instituições (GOHN, 1997).

Embora a lei 10.948/01 do estado de São Paulo seja significativa para a proteção da comunidade LGBT, o acesso ao direito possui algumas limitações em relação às pessoas transgêneras. A lei tem como ímpeto a regulamentação de punições sobre discriminação por orientação sexual, que difere daquela sofrida por essa população, isto é, a discriminação por

identidade de gênero. Nesse sentido, há um descompasso em relação a nomeação da lei e seus artigos, dificultando para esse grupo específico a possibilidade da utilização da lei enquanto instrumento de reivindicação na arena pública. Outra moderação analisada, uma vez que se apresenta como uma lei estadual e não nacional, possui barreiras na prática da lei, por sua punição abranger somente penalizações financeiras e não outras formas de punição possíveis.

A discussão realizada através dos argumentos favoráveis ao projeto 1068/2007 que visa a revogar a lei estudada traz importantes dados argumentativos da forma em que é expressa a contrariedade em relação a uma lei que protege a pessoa LGBT, colocando a importância constitucional da igualdade entre todos os seres humanos e a liberdade de expressão. Por sua vez, a população LGBT, como apresentado, possui tolhida sua liberdade de expressão, por conta da discriminação que sofre cotidianamente, logo, não possui como reconhecida sua igualdade.

Assim como a lei paulista de discriminação por orientação sexual, em todo o Brasil existem diversas leis municipais e estaduais de proteção à comunidade LGBT. Há, porém, uma carência de estudos que trabalhem com as formas de mobilização em busca dessas legislações, suas semelhanças e diferenças e os resultados ocorridos após a promulgação dessas leis. As legislações sobre a comunidade LGBT, aparentemente, têm se mostrado importantes para a defesa desta população e como forma de garantia de acesso ao direito.



## Referências Bibliográficas

- AGUIÃO, Silvia. (2014), *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeito de direitos no Brasil contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- BORRILLO, Daniel. (2010), *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, Autêntica.
- CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor. <<http://corsa.wikidot.com>> Acessado em: 26/07/2016.
- COSTA, Bruna Molina Hernandez da. (2009), "Discriminação homofóbica e a Lei Estadual nº. 10.948 de 5 de novembro de 2001." *Revista da Defensoria Pública*, volume 2, número 5: p. 19-39.
- DEHESA, Rafael de La. (2015), *Incursiones queer em la esfera pública. Movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil*. Daniel González Marín. México, Ciudad Universitaria, Universidad Nacional Autónoma de México. Programa Universitario de estudios de género.
- FACCHINI, Regina. (2005), "*Sopa de letrinhas?*" – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Garamond.
- FREIRE, Lucas & CARDINALI, Daniel. (2012), "O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia." *Sexualidade, Saúde e Sociedade - Revista Latino Americana*, volume 12, número 2: p. 37-63
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. (1997), *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- IZIDORO, Alencar. (2001), "Skinheads são condenados por morte de gay." *Folha de São Paulo*. São Paulo. 15 de fevereiro de 2001. Volume 80, número 26251. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200101.htm>> Acessado em: 20/07/2016.
- MACIEL, Débora Alves. (2011), "Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 26, número 77: p. 97-11.
- MOTT, Luiz R. B. (2000), *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil – 1999*. Salvador, Grupo Gay da Bahia.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. (2006), *Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- SÃO PAULO. (2001), Decreto-Lei nº 10948, de 5 de novembro de 2001. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/Lei/2001/Lei-10948-05.11.2001.html>> Acessado em: 22/07/2016.
- SÃO PAULO. (2007), Projeto de Lei nº 1068, de 15 de setembro de 2007. Revoga a lei que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=741156>> Acessado em: 22/07/2016.
- SÃO PAULO. (2008a), Parecer nº 3061, de 19 de maio de 2008. De relator especial, em substituição ao da comissão de constituição e justiça, sobre o projeto de lei nº 1068, de 2007. <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=741156>> Acessado em: 25/07/2016.
- SÃO PAULO. (2008b), Parecer nº 3061, de 30 de junho de 2008. De relator especial, em substituição ao da comissão de direitos humanos sobre o projeto de lei nº 1068, de 2007. <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=741156>> Acessado em: 22/07/2016.
- SIMÕES, Júlio Assis & FACCHINI, Regina. (2009), *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- SOUZA, Jessé. (2003), *A construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora UFMG. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves & TATAGIBA, Luciana Ferreira. (2005), "Participação e democracia: velhos e novos desafios.", in: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves & TATAGIBA, Luciana Ferreira. (2003), *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*, São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP.
- ZANOLI, Vinicius Pedro Correia. (2015), *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, datilo.

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 29 de maio de 2017.

# Performatividades e o existir a partir do (não) gênero

**Luiza de Oliveira Monteiro**

Graduanda em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

**Contato:**

luiza.monteiro@aluno.unila.edu.br

**Palavras-chaves:**

Feminismo, Gênero binário, Performatividade, Não-binarismo

**Keywords:**

Feminism, Gender binary, Performativity, Non-binarism

**Resumo:** Este ensaio busca trazer questionamentos acerca das causas e consequências da determinação da lógica binária de gênero. Partindo de uma perspectiva pessoal<sup>1</sup> baseada em suas vivências, a autora discute os processos de (auto)legitimação do gênero se utilizando de conceitos como a performatividade de Judith Butler e a heterossexualidade compulsória de Eve Sedgwick, explorando o funcionamento e os resultados do alinhamento sexo-gênero-sexualidade normativo que é esperado e imposto aos indivíduos. Com isso, são trazidas reflexões sobre os posicionamentos e objetivos dos movimentos feministas no que tange ao binarismo de gênero e sua (des)construção.

**Abstract:** This essay seeks to raise questions about the causes and consequences of gender determination according to binary logic. From a personal perspective based on her experiences, the author discusses the processes of (self)legitimacy of gender using concepts such as Judith Butler's performativity and Eve Sedgwick's compulsory heterosexuality, exploring the functioning and results of sex-gender-sexuality normative alignment that is expected and imposed on individuals. In this way, reflections on the positions and objectives of feminists movements regarding gender binarism and its (de) construction are brought forward.

"Luiza" é o nome que consta na minha Certidão de Nascimento. Meus pais, como lhes fora ensinado, associaram a minha vagina a um nome, a um gênero e, conseqüentemente, a uma sexualidade específicos. A ideia comum que se tem sobre gênero e sexualidade cabe em uma espécie de *consenso social*: se a criança recém-nascida possui órgãos reprodutivos e genitais de um ser fêmea ou macho, ela será mulher ou homem. Após essa constatação, tem início uma série – fixa, diária e contínua – de processos de atribuições e expectativas socioculturais em torno dessa criança, relacionados a sua formação como ser-binário.

*"O feto já não é feto, é um menino ou uma menina. Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa. Enquanto o aparelho da ecografia passeia pela barriga da mãe, ela espera ansiosa as palavras mágicas que irão desencadear as expectativas. A ansiedade da mãe aumenta quando o aparelho começa a fixar-se ali, na genitália, e só termina quando há o anúncio das palavras mágicas: o sexo da criança. A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto. Toda a eficácia simbólica das palavras proferidas pelo/a médico/a está em seu poder mágico de gerar expectativas que serão materializadas posteriormente em brincos, cores, modelos de roupas e projetos para o/a futuro/a filho/a antes mesmo de o corpo vir ao mundo. [...] Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo" (BENTO apud CAIENE, 2016, p. 2).*

Aos dois meses de idade tive as minhas orelhas furadas para brincos, sem a possibilidade do meu consentimento. Desde o primeiro dia de vida – e já antes do meu nascimento – me foram compradas roupas de tipos, cores, estampas e tecidos específicos. Fui criada, vestida, higienizada, enfeitada e podada para minimamente parecer uma menina.

Sabemos que os seres humanos descobrem, absorvem informações, compreendem-nas e se organizam a partir, principalmente, da percepção visual. Do mesmo modo, somos descobertos, absorvidos, compreendidos e organizados a partir dela. *Más allá?*, ocorre uma autopercepção: nos descobrimos, nos absorvemos, nos compreendemos e nos organizamos a partir do visual. Não excluindo outros sentidos e formas de percepções sensoriais, mas é especialmente do ver que tiramos os nossos *ser(es)* e *querer(es)*. É seguindo a lógica do "sou vista" = "existo" que a sociedade nos obriga a sermos *exterior*. Somos seres imagéticos, prezamos aquilo que é e pode ser visto, e dessa forma criamos um sistema coletivo, consensual e julgador de [auto]legitimação.

Com isso, surge o questionamento: teria eu sido *menos* mulher se não tivessem furado as minhas orelhas? Teria sido mais difícil e menos clara a minha identificação enquanto mulher? Tomando todas as inúmeras expressões e estereótipos ocidentais do gênero feminino: se eu não tivesse me apropriado – de forma facultativa ou coercitiva – desses elementos, eu não seria mulher?

**Gênero: expressão, performance e identidade**

Nos anos 60 e 70, o gênero foi pensado e conceituado como "diferença sexual"<sup>3</sup>. Após esse período,

**1** Luiza de Oliveira Monteiro, mulher cisgênero, não-heterossexual. Escrevo desde uma perspectiva latino-americana, ocidental e colonizada.

**2** *Más allá* (espanhol): *mais além; para além*; Às pessoas leitoras desse ensaio, esclareço que os pontuais momentos de utilização do idioma espanhol tem sua origem à partir do meu local de fala. A UNILA prevê em seu Plano de Desenvolvimento Institucional o bilinguismo português-espanhol e a integração cultural, acadêmica e epistemológica entre os diversos países da América Latina e, portanto, como estudante da instituição, me vejo utilizando naturalmente algumas palavras e expressões nesse idioma - as quais em muitas ocasiões me contemplam mais do que a minha língua materna.

**3** Conceito criticado por Lauretis, T. em *A tecnologia do gênero* (1987).

**4** *Plantear* (espanhol): *apresentar; propor; expor*.

outros conceitos foram pontuados e há diversos conhecidos atualmente. Creio que cabe aqui o entendimento dessa palavra pela filósofa estadunidense Judith Butler (2003). Em seu livro *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003), a autora *plantea*<sup>4</sup> que vivemos sob a custódia de uma ordem compulsória que exige a coerência linear entre sexo biológico (genitália), gênero e prática-desejo obrigatoriamente heterossexuais. Para Butler (2003), o conceito de gênero está relacionado à legitimação dessa ordem, como uma ferramenta expressa pela cultura e pelo discurso, que coloca o sexo e as divergências sexuais para fora do campo de análise social. É uma construção social complexa e (re)inventada incessantemente por subjetividades atuantes e imposições socioculturais sobre os corpos. É o gênero que aprisiona o sexo em uma característica biológica e natural e o *aleja*<sup>5</sup> de possíveis críticas e desconstruções.

*"(gênero) é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser" (BUTLER, 2003, p. 59).*

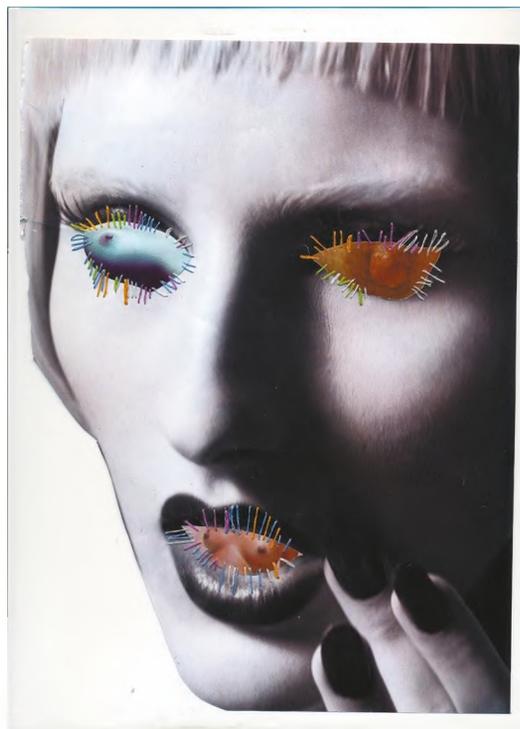
Há, ainda, o chamado papel de gênero – que muda conforme a sociedade e o tempo –, constituído a partir do consenso estabelecido culturalmente para a manutenção das atribuições binárias, determinando o que é próprio ou não para cada sexo<sup>6</sup>. Os papéis de gênero definem e condicionam o *ser* masculino e *ser* feminino, e são produtos de inúmeras e distintas *tecnologias sociais* como as artes visuais e literárias, os discursos, as epistemologias e as práticas institucionalizadas, que servem como implantadoras dessas atribuições (LAURETIS, 1987). O problema está no fato de que esses papéis são hierarquizados e são criadas e estigmatizadas certas diferenças entre eles, para a legitimação de um binarismo inflexível, no qual cada característica dita feminina/masculina seja única e exclusivamente de seu respectivo sexo. Isso se dá, por exemplo, em relações de oposição homem-mulher: o primeiro é forte, viril, habilidoso e possui uma tendência natural à liderança. A segunda é fraca, passiva, incapacitada e submissa. Ou seja: não é a diferença sexual entre macho e fêmea que delimita a problemática do gênero, mas sim as formas de como ela é representada na cultura através da maneira de pensar, falar e agir, dentro de um sistema normativo-coercitivo.

Lauretis (1987) aponta que gênero é representação e se concretiza no comportamento dos sujeitos:

*"Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua auto-representação – afeta sua*

*construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e auto-determinação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas" (LAURETIS, 1987, p. 215).*

A afirmação da autora pode dialogar com as discussões de Butler acerca do que ela denomina como *performatividade de gênero*. Parafraseando Simone de Beauvoir (1949) com "não se nasce mulher, torna-se uma", a filósofa apresenta o gênero como uma atuação performativa compelida pelo consenso social, na qual o corpo atua como reprodutor de signos, repetindo atos que corroboram as noções prévias de gênero; o corpo é vulnerável a esses signos – como a linguagem e a vestimenta – pois eles operam en-



Maíra Lima

quanto o corpo é feito, recebido, sustentado e ameaçado por eles. Butler reforça a atuação performativa da fala, afirmando que o ato de fala obriga o corpo-sujeito a interagir socialmente, e conseqüentemente, a ser regulado e legitimado.

A maleabilidade do gênero revela a própria complexidade do ser e mais além, do ser social e das estruturas sociais que o abrigam e que atuam sobre ele. Em meio a todas essas imposições, construções e reproduções, há a subjetividade do indivíduo, que, como já pontuado, se autorrepresenta e autodetermina. Desse processo, o indivíduo se compreende em relação a sua identidade, como uma percepção psicológica ou a autoafirmação quanto ao seu gênero e à sua sexualidade – não esquecendo que assumir identidades é, também, um posicionamento político; portanto, devemos considerar o potencial identitário das múltiplas relações possíveis fora do consenso social

<sup>5</sup> *Alejar* (espanhol): *distanciar; afastar.*

<sup>6</sup> O termo "sexo" aqui utilizado refere-se à conceitualização do senso comum de que mulher é quem tem vagina e homem é quem tem pênis.

### O "sair do armário" dos gêneros através da performatividade

Para além da identidade de gênero, existe a identidade sexual – o que é comumente chamada de "opção sexual" ou "orientação sexual". A sexualidade é o que nos define enquanto seres que buscam o prazer, a descoberta das sensações proporcionadas pelo contato com outras pessoas ou com nós mesmos para a satisfação dos desejos de nossos corpos. A identidade surge, então, a partir de como se dão as nossas relações sexuais e afetivas com outras pessoas e de quem são essas pessoas. Atualmente, existem dezenas de identidades sexuais nomeadas, sendo as mais conhecidas – do ponto de vista da nomenclatura, não da prática – a heterossexual (mulheres que se relacionam com homens e homens que se relacionam com mulheres), a lésbica (mulheres que se relacionam com mulheres), a gay (homens que se relacionam com homens), a bissexual (homens e mulheres que se relacionam com homens e mulheres) e a assexual (pessoas que não se relacionam sexualmente). Da perspectiva do senso comum, entende-se que todas as (homo)sexualidades expressas fora da expectativa heterossexual são desviantes e minoritárias.

Eve Sedgwick (2007), teórica estadunidense, afirma que classificar a heterossexualidade como central e natural e a homossexualidade como periférica e produto da não-heterossexualidade é errôneo, pois todas as pessoas, identificadas em quaisquer gêneros e quaisquer sexualidades, estão inseridas em processos sociais de regulação de suas vidas e seus seres a partir da sexualidade; processos esses marcados pelo que a autora denomina como *heterossexualidade compulsória*. Esse conceito traz a discussão acerca da construção da nossa sexualidade, revelando que ninguém nasce heterossexual, é a sociedade que força todos a serem-no, pois ela serve de base para um sistema hierarquizado que beneficia com poder os homens que se relacionam com mulheres e que as subordinam. Assim, a sexualidade normativa – e dita "natural" – atua como um aparato de privilégio, onde apenas nesse regime as pessoas são reconhecidas, aceitas, inseridas e legitimadas pelas esferas sociais.

A teórica discute em seu texto *Epistemologia do armário* (2007) as significâncias, as formas e as consequências do *assumir-se* homossexual, popularmente conhecido como *sair do armário*.

*"No processo da auto-revelação gay, ao contrário, no contexto do século XX, questões de autoridade e de evidência podem ser as primeiras a surgir. Como você sabe que é realmente gay? Por que a pressa de chegar a conclusões? Afinal, o que você diz se baseia apenas em poucos sentimentos e não em ações reais [ou, alternativamente, em algumas ações e não necessariamente em seus verdadeiros sentimentos]; que tal falar com um terapeuta e descobrir?" [...] Viver no armário,*

*e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto" (SEDGWICK, 2007, p. 37-39, grifos da autora).*

O armário é uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam fora da norma heterossexual, funcionando como um dispositivo de proteção às consequências, nos âmbitos familiar e público, que viriam da declaração dessas pessoas como sujeitos que estão fora dessa norma. É baseado no segredo, nas *máscaras* criadas pela necessidade de não demonstrar sinais que denunciem seus desejos, para a manutenção de seu compromisso com a ordem social que o rejeita e o controla. O processo da saída do armário resulta na efetivação da autodeclaração dos indivíduos como não-heterossexuais. Entretanto, cabe pontuar que se trata de um processo contínuo, no qual a declaração dessa identidade ocorre inúmeras vezes, já que para cada familiar, a cada novo emprego, a cada novo amigo, o indivíduo se vê em frente a outras portas do armário, vendo-se obrigado a se reafirmar constantemente enquanto sujeito fora da norma.

Partindo dessa lógica, pode-se estabelecer um paralelo entre o *armário* para a sexualidade e o que seria um *armário* para o gênero, ao considerar que ambas as esferas se utilizam da autoafirmação e da performance para se consolidarem perante a sociedade. O fato de terem me registrado com um nome dito feminino quando nasci revela que, muito antes de sermos sujeito-sexualidade, somos sujeito-gênero. Ou seja: aprendemos e entendemos que devemos nos declarar homens ou mulheres o tempo todo, e apenas existimos enquanto um ou outro – vem daí a apropriação dos papéis [performatividade] de gênero. Para além da sociedade civil, isso se revela presente nas edificações burocráticas das instituições e do Estado, que nos obrigam a declarar um gênero – dentro do sistema binário – em documentos pessoais, formulários, fichas, cadastramentos e todo tipo de documentação legal. Selecionar a opção "F" ou "M" em um formulário de inscrição já é em si um ato performático.

Tratando-se de pessoas transgênero<sup>7</sup>, o armário funciona de maneira muito mais agressiva. Se as pessoas cisgênero<sup>8</sup> performam, mesmo que inconscientemente, de acordo com sua identidade – porque elas são e existem enquanto gênero –, as pessoas trans performam, muitas das vezes, para se posicionarem diante o mundo cis-heteronormativo.

*"As expressões se dão através da violência causada pelo preconceito ou o distanciamento do estranhamento do outro, que deslegitima e cria o desconforto por sentir se estranho da norma, por não ter acesso aos privilégios que contempla os que estão próximos. Por perceber que o esforço para ascensão não faz muita diferença e isso causa transtornos,*

**7** O termo *transgênero* (abreviação *trans*) se refere às pessoas que não se identificam com o papel de gênero esperado do sexo biológico determinado em seu nascimento. Também designa pessoas que não se identificam com as noções convencionais de homem ou mulher, combinando ou alternando as duas identidades de gênero. O prefixo *trans-* significa "além de", "depois de".

**8** O termo *cisgênero* (abreviação *cis*) se refere às pessoas que se identificam com o gênero e/ou o papel de gênero esperado do sexo biológico determinado em seu nascimento. O prefixo *cis-* significa "ao lado de" ou "no mesmo lado de".

*autonegação, vazio! Internamente preciso provar algumas vezes as mesmas coisas pra demonstrar que posso, que sou capaz e isso é bastante exaustivo e muitas vezes faz com que paramos no meio do caminho. Logo, se vestir vira uma ferramenta imprescindível ou um termômetro sentimental, falar acaba criando gigantescos obstáculos ou distanciamento do comum para chegar ao lugar do desconforto e descrevê-lo. Enfim, uma batalha para aproximar-se do que se acredita ser... Negando e recomeçando e se transformando para dar vazão ao sentir!" (sic. Grifo da autora.)<sup>9</sup>*

As instituições, por meio do processo de burocratização, e as pessoas, partindo da premissa "sou vista = existo", criaram como demanda a autoafirmação do "eu" – perpassando a necessidade da performance. A sociedade busca, então, explicações sobre o que cada corpo significa. Por isso, nessa lógica, uma pessoa trans binária só é homem ou mulher se **aparentar**, minimamente, ser homem ou mulher. E, para que ela pareça homem ou mulher, deve apropriar-se da performatividade e das expressões do gênero com o qual ela se identifica. A partir disso, surgem os questionamentos acerca da função do visual e do exterior para a transgeneridade.

*Em segundo lugar e coerente com o que foi dito, imaginemos as críticas que partem das identidades da drag queen, da travesti e de uma possível identidade butch no interior de alguns relacionamentos lésbicos. Essas identidades, como sugere Butler (2008), brincam com a lei de que de um sexo decorre um gênero, e mais do que isso, significam claramente que ser de um gênero parece inevitavelmente "teatralizar" a ideia original desse gênero, as "falas", a representação que esse gênero estabelece. Além disso, se é possível ser de um sexo e teatralizar o outro gênero, então o gênero parece ser um locus imitativo, em que o gênero, além de ser uma "peça teatral", acaba sendo uma cópia em que alguém (homem ou mulher) imitam, respectivamente, o ser homem ou ser mulher de um outro alguém e assim indefinidamente. Mas, por exemplo, se um homem é a paródia de um outro homem e este também é a paródia de um outro homem esse processo é indefinido? Em outras palavras, a paródia da paródia retorna a um homem original? Um sujeito original de quem se copiou desde sempre? (PASSOS, 2012, grifos da autora).*

Dessa forma, questiono-me sobre o ser transgênero e o ser cisgênero. O que é ser um e ser outro, realmente? Por que somos um ou outro? Como uma pessoa se identifica com o gênero considerado oposto ou com o não-gênero? Essas perguntas nos levam ao cerne da discussão: o ser homem e o ser mulher –

ou, ainda, o *sentir-se homem* e o *sentir-se mulher*, e, a partir disso, sobre o que é ser trans dentro da lógica binária. Se uma pessoa designada mulher ao nascer se identifica como homem, ela deve ser **vista** como homem para realmente ser um? Caímos, então, na problemática de que os papéis sociais de gênero nos *teatralizam*.

Desde que meus pais pararam de escolher minhas roupas e pude começar a desenvolver meu próprio estilo visual, venho passando por uma série de situações de "confusão" acerca da *interpretação* das pessoas sobre o meu gênero. Mantenho meus cabelos bem curtos, uso bastantes roupas ditas masculinas (como camisas) e poucas ditas femininas (como vestidos). Por esse motivo, já fui interpelada em locais públicos com perguntas como "é menino ou menina?", muitas vezes vindas de crianças. Logo, mesmo que eu me entenda e me identifique como mulher, a sociedade por vezes me categoriza como pertencente ao gênero masculino, apenas pelo meu visual. O que isso significa? Se a sociedade me vê como ambos os gêneros, eu pertencço a ambos? Ou, se me construo sob uma mescla dos papéis de gênero binários, seria eu um sujeito fora do sistema cis-binário?

### O não-binarismo como prática subversiva

O chamado não-binarismo aparece como uma identidade trans (de não gênero) ainda mais complexa. Partindo da premissa de que o *ser vista é existir*, as pessoas não-binárias passam por um processo de percepção e legitimação pela sociedade muito mais subversivo. Se as pessoas cis e trans binárias são sujeitas à afirmação de seus gêneros por meio das diversas performatividades, as autodeclaradas não-binárias não conseguem se apoiar em bases legais, institucionais e sociais para se autoafirmarem. Selecionar a opção "F" ou "M" em um formulário de inscrição se torna impossível nesse contexto. Dessa forma, performar os papéis de gênero binários existentes resulta na resignificação de seus signos – e, logo, de suas performances. Não há signos que caracterizem o não-binarismo. A performatividade já não é relativa ao gênero masculino ou feminino, porque esses sujeitos não se definem homens e nem mulheres.

*"É, desde aqui, que penso minha não-binariedade e minha identidade trans: desde o rompimento, desde o constrangimento, desde a dúvida, o caos, desde a dissidência, desde o limbo do cientificamente improvável, desde os olhares de repulsa/dúvida/ódio, desde as más e boas impressões que me atingem, que me atravessam, diariamente, por todo lado, desde o banheiro que utilizo no Barrageiros [PTI, UNILA, Foz do Iguaçu] cuja placa diz: você é deficiente e tem demandas específicas [utilizo o banheiro pensado para pessoas com demandas específicas porque ele é o único, no mo-*

<sup>9</sup> Relato verbal concedido por Dionísio Martino, no dia 12 de julho de 2016, em entrevista via Facebook. Dionísio é uma pessoa trans não-binária, estudante de Antropologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e moradora de Foz do Iguaçu.

*mento, que não sugere somente identidades de gênero binárias” (REINIER, 2016, p. 4).*

Os indivíduos não-binários negam todos os papéis e expressões sociais, indo *más allá* do gênero. Sua sexualidade consequentemente também se retira da lógica heterossexual/homossexual, pois se não existe gênero, não existe sexualidade – visto que da perspectiva da nomenclatura e da legitimidade do senso comum, a sexualidade é definida a partir do gênero. Todos esses aspectos significam que, para uma sociedade binária de gênero (homem e mulher) e de sexualidade (heterossexual e homossexual), essas pessoas não existem. A autodeclaração enquanto não-binárias é, antes de tudo, uma atitude política. Elas subvertem os paradigmas dos sistemas burocráticos do Estado,

subvertem os paradigmas de religiões e subvertem os paradigmas de todas as bases, tradições, costumes e instituições sociais nas quais estamos inseridos.

### Considerações finais

Quando nós, pessoas que se identificam como mulheres, discutimos questões e problemáticas de gênero – principalmente dentro de espaços feministas –, muitas vezes acabamos vendo-nos inclinadas a um posicionamento de autoafirmação enquanto *ser mulher* como forma de empoderamento. Compreendemos os significados e as consequências dessa percepção e dessa afirmação (além dos recortes de raça e classe), e nos utilizamos disso como ferramenta de legitimação de demandas por direitos igualitários,



Ingrid Sá Lee

respeito e equidade de gênero.

A partir desta última demanda, posso chegar a um questionamento que vem sendo motivo de diversos debates dentro e fora dos movimentos: o que o feminismo objetiva em relação ao *ser gênero*? Eu, enquanto sujeito-gênero feminino que também é lido como masculino, questiono-me sobre a validade do processo de “afirmação do gênero para lutar por equidade de direitos [de gênero]”. É fato que talvez essa seja uma boa saída para as disparidades sociais que – ainda – enfrentamos hoje. No entanto, posicionar-se enquanto mulher é posicionar-se enquanto gênero e, portanto, perpetuar a lógica da categorização que produz tais disparidades.

Por isso, meu questionamento vai de encontro à contradição presente neste movimento – dialético por existência – que resulta na afirmação daquele mesmo binarismo que uma vez se apresentou enquanto obstáculo. Cria-se a necessidade de posicionamento do *ser mulher* para que a equidade com o *ser homem* ocorra, e a partir do alcance desse objetivo haveria uma ressignificação diante de uma nova realidade dos papéis sociais – ainda dentro da lógica binária.

*“A existência de identificações não-binárias, além de essencialmente contestadoras, nos lava a fortes questionamentos quanto à estrutura de gênero que ‘rege’ a sociedade.*

[...] *difícilmente algum indivíduo corresponderá a todas as características consideradas inerentes ao gênero que lhe é designado. Nenhuma 'performance de gênero' é perfeita. Se o indivíduo "escolhe um gênero que lhe é mais próximo daquilo que sente que é enquanto ser-no-mundo", se as noções de gênero aprisionam nossos corpos e limitam nossa subjetividade, e se nem pessoas trans (que não se identificam com o gênero que lhes foi compulsoriamente designado ao nascer) e pessoas cisgêneras (que se identificam com esse gênero) são perfeitamente contempladas por essas noções de gênero, por que elas existem? [...] (ROBINSON, 2016, grifos da autora).*

Partindo da ideia de que não há uma performatividade integralmente masculina e uma integralmente feminina, a construção da distinção entre os gêneros na lógica binária não é coerente com a subjetividade humana. Entendendo que o que somos – visualmente – é produto de uma construção social, ao invalidar performances, a consequência que se tem é uma invalidação do que é visualmente significado como masculino ou feminino. Ou seja, a lógica "sou vista = existo" é alterada ao sair da imposta categorização de gêneros e diferenciação de seus papéis. Devemos, então, começar a rever o que define a percepção da nossa existência enquanto ser.

### Referências Bibliográficas

- BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 1ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LAURETIS, Tereza de. (1987), *A tecnologia do gênero*. Indiana University Press. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis>>. Acessado em julho de 2016.
- PASSOS, Lucas. (2012), *O sujeito e o gênero socialmente construído: existe um "eu/nós" antes, um "eu/nós" depois, um "eu/nós" que constrói?*. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/02/18/o-sujeito-e-a-construcao-de-genero-existe-um-eunos-antes-um-eunos-depois-um-eunos-que-constroi/>>. Acessado em julho de 2016.
- REINIER, Caiene. (2016), *Feminina demais pra ser homem, Masculina demais pra ser mulher: sobre identidades trans não-binárias*. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/feminina-demais-pra-ser-homem-masculina-demais-pra-ser-mulher-sobre-identidades-trans-nao-binarias/>>. Acessado em julho de 2016.
- ROBINSON, Lorena. (2016), *O não-binarismo e a 'performance de gênero', de Judith Butler*. 2016. Disponível em: <<http://causasperdidas.literatortura.com/2014/06/26/o-nao-binarismo-e-a-performance-de-genero-de-judith-butler/>>. Acessado em: julho de 2016.
- SEDGWICK, Eve. (2007), *A epistemologia do armário*. Cadernos Pagu, 28, janeiro-junho de 2007:19-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>>. Acessado em julho de 2016.

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 08 de janeiro de 2017.

# Manifesta de uma artista que grita

### Idylla Silmarovi

É atriz e arte-educadora. Licenciada em Teatro pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e curso técnico pelo Teatro Universitário - TU/UFMG.

### Contato:

idyllasilmarovi@yahoo.com.br

Dizem que arte e política estão interligadas. Dizem também que em todas as revoluções houve participação massiva de artistas. Dizem que a arte tem uma articulação íntima com a vida. Dizem também que ela reflete sobre o seu tempo.

*Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil  
América Latina - Ano: 2017*

Sobre esse tempo? Para alguns é o ano do macaco de fogo, para outros é o ano do impeachment e para outros é ano de lutar contra golpes. Contra o grande golpe de 1500 da colonização forçada e da catequização dos nossos desejos e sonhos, do assassinato do povo brasileiro antes mesmo de aqui se chamar Brasil, ou seria Brazil? Quando as forças e os interesses dos grandes impérios demarcam os modos de existência de um continente em sua política, em suas micro relações, em seu desejo de consumo e bem viver. Ou até mesmo quando uma operação condor voa Latino América afora espalhando o medo em suas grandes asas. Que dirá el santo padre que vive em Roma? Dale tu mano al índio, a Che, a Fidel?

Quando os interesses do povo são golpeados a partir de uma mídia estruturalmente fascista, ou por um estado de exceção, ou quando os interesses dos ricos golpeiam outros tantos interesses. O que fazer?

É... Percorremos um longo caminho nos últimos 500 anos. Tudo nos foi tirado. Nada nos foi poupado. Sugaram nosso suor, derramaram nosso sangue, nos acuraram, nos assassinaram, nos torturaram, forçaram-nos o silêncio. Mas vamos nos livrando da mordaca e os primeiros sons mal articulados ainda, escapam de nossas gargantas. E nos damos força, e nos damos coragem.

Agora você tenta voltar no tempo e tenta nos controlar. Se quiser vem, tente. Tente controlar a força de meus braços ao carregar você nas costas por tanto tempo, os fios dos meus cabelos, os pelos do meu sovaco, perna e bigode que agridem sua paz. Tente controlar o tamanho do meu corpo que não cabe no seu padrão. Tente controlar meu seio grande, pequeno que você jamais terá em suas mãos. Tente controlar o meu amor que não cabe em seu padrão. Tente controlar que verás em mim o demônio que te enfrenta, a força que não te deixa oprimir. A porta do apocalipse, sétima trombeta a que não é virgem e nunca pretendeu sê-la. A bandeira do não-cristianismo que não crê em uma unidade divina de caça e ódio. A excomungada, a queimada todos os dias na fogueira da sua ignorância e do seu fascismo. A filha da luta por liberdade. Tente controlar essa manada, esse bando, essa matilha que percorre as ruas antes ocupadas por vocês. Tente controlar esse bando de históricas insurgentes combatentes guerrilheiras que recusam seu fálico tratamento. As que te enfrentam com olhares molhados de orgasmos

múltiplos com corpos-tesouras que te cortam. Que saem ao vento, uivam, giram, deliram, experientes em sobreviver... Repito que percorremos um longo caminho nos últimos 500 anos, não retrocederemos.

Saúdo aquelas que resistem!

Viva Latino América unida!

Evoé!

(De uma artista guerrilheira que de tanto gritar já está rouca, mas, ainda assim, continua gritando).



Rafaella Melisse

### + Sobre a autora

Pesquisa as interseções entre a arte e o ativismo dentro das artes cênicas, principalmente no que tange os debates de gêneros, sexualidades e estudos culturais latino-americanos. Foi bolsista pesquisadora pelo CNPq orientada por Antonio Hildebrando no projeto "Teatro x Realidade: representações do homoerotismo no teatro contemporâneo." Foi bolsista pesquisadora do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) orientada por Ricardo Figueiredo. Faz parte do coletivo Bacurinhas e Cia dos Afliutos. É atriz dos espetáculos: "GUERRILHA – experimento para tempos sombrios", "Calor na Bacurinha", "Bacubanda", "Oié!", "Essa Peça não tem preço", "Estrela ou Escombros da Babilônia" e atriz convidada do "Campeonato Interdrag de Gaymada". É arte-educadora na Academia Transliterária. Co-produtora do "MOTIM – Mulherxs Organizadxs Trolando o Inquisidor Machista", "Nossa Senhora [do Horto]" e "Bacurinhas em Debate". É uma Bacurinha afliuta que acredita na união latino-americana e não aceita golpes. É a favor de guerrilhas.

## Ensaio Fotográfico

# Kbure mê – Mulheres Xakriabás da Caatinguinha

Kbure me na língua Xakriab significa “todos juntos”, talvez tenha sido o sentido mais próximo que todos que estiveram envolvidos nesse trabalho tenham sentido.

Essas fotografias foram feitas por um grupo de mulheres e crianças da Aldeia Caatinguinha do Território Indígena Xakriab. O projeto surgiu junto à comunidade durante a aula realizada na Aldeia Caatinguinha na Formação Transversal de Saberes Tradicionais da UFMG. Essa foi a primeira aula onde estudantes de graduação de diversas reas de formação foram recebidos por uma comunidade indígena num período de 11 dias para realizar uma aula pr tica no território que se localiza no extremo norte do estado de Minas Gerais, no perímetro do município de São João das Missões, em julho de 2016.

A experiência fotogr fica que aqui se apresenta foi parte de uma imersão muito rica e intensa onde as mulheres da Aldeia se auto registraram e

performatizaram segundo seus próprios olhares e narrativas. Além dessa publicação houve também uma exposição do presente experimento na Semana do Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI) entre os dias 19 e 23 de setembro de 2016, na Faculdade de Educação da UFMG.

A instalação da exposição, bem como esta publicação ocorreram juntamente com as mulheres por meio do contato virtual movimentando as estudantes, que em Belo Horizonte, se dedicaram na curadoria das fotos, na busca de incentivo e na montagem, quanto as mulheres, que da aldeia, se organizaram, incentivaram e nos enviaram seus versos durante todo o processo de idealização e realização do projeto.

Com imenso orgulho e respeito que apresentamos as Mulheres Fotógrafas, Poetas e Pintoras da Aldeia da Caatinguinha.



Na aldeia Caatinguinha, é um lugar de admirar. As pinturas das paredes é pintadas com toar. A pintura do toa, pinta aquí, pinta a coral, Pinta a casa do nosso povo tradicional.

Pessoal da Caatinguinha, gosta muito de trabalhar. Construí uma casinha é pinta com toar. Isso é a cultura do povo xakriabá.

Na aldeia Caatinguinha têm pinturas de admirar. Têm preto, amarelo e branco que é a cor do toa. As pinturas do toa, é muito importante para nós. Hoje existem muitas pinturas em várias Aldeias excluído a aldeia de nós.

No xakriabá, é um lugar bom para morar, Quem vem aqui não dar vontade de voltar. Porque têm várias culturas que cada uma delas dedicar os símbolos do toar Xakriabá. As folhas das árvores Xakriabá, serve também para usar como a pintura do toa, além de pintar ainda serve para fazer ô maracá. Isto é a cultura do povo Xakriabá.



Na aldeia Caatinginha, é um lugar de admirar. As pinturas das paredes é pintadas com toar. A pintura do toa, pinta aquí, pinta a coral, Pinta a casa do nosso povo tradicional.

Pessoal da Caatinginha, gosta muito de trabalhar. Construí uma casinha é pinta com toar. Isso é a cultura do povo xakriabá.

Na aldeia Caatinginha têm pinturas de admirar. Têm preto, amarelo e branco que é a cor do toa. As pinturas do toa, é muito importante para nós. Hoje existem muitas pinturas em várias Aldeias excluído a aldeia de nós.

No xakriabá, é um lugar bom para morar, Quem vem aqui não dar vontade de voltar. Porque têm várias culturas que cada uma delas dedicar os símbolos do toar Xakriabá. As folhas das árvores Xakriabá, serve também para usar como a pintura do toa, além de pintar ainda serve para fazer ô maracá. Isto é a cultura do povo Xakriabá.



"Soltamos nossas armas fotográficas e fomos barrear,  
Enquanto elas nos ensinavam os seus versos, seus cantar, seu toar.

Desse encontro construiu-se uma casa do barro que fomos catar.  
Imagens lindas que essas mulheres se colocaram a fotografar.  
E uma experiência rica que juntos continuamos a semear.

Em um devir onde elas nos tornávamos um pouco, e  
nós nos tornávamos nelas um pouco."



# Gênero, uma multi-disciplina: entrevista com Yumi Garcia dos Santos

Yumi Garcia dos Santos é socióloga e professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e Université Paris 8 em Sociologia e pós-doutora pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP). Atualmente realiza pesquisas sobre gênero, políticas sociais e mercado no Brasil. Uma das coordenadoras do Grupo de Estudos Feminismo, Gênero e Sexualidades da UFMG e colaboradora neste dossiê da Revista Três Pontos. Com esta entrevista, esperamos que a/o leitora/o conheça um pouco mais sobre as trajetórias pessoal e acadêmica de Yumi pelos estudos de gênero, bem como algumas de suas considerações sobre a importância da pesquisa sobre este tópico na universidade, especialmente para graduandos. Três Pontos:

**Três Pontos:** Primeiramente, eu queria agradecer por você dar esta entrevista para o dossiê temático de gênero da Revista Três Pontos, que conta com a sua participação na organização e na proposta. Antes de falarmos sobre a temática de gênero e sobre este dossiê, poderia contar um pouco da sua trajetória dentro dos estudos? Como você veio parar nos estudos sociais, como você chegou ao gênero, qual sua trajetória dentro deste campo?

**Yumi Garcia dos Santos:** Bom, em primeiro lugar eu agradeço por esta entrevista. Na verdade, as Ciências Sociais fizeram parte da minha graduação e eu já tinha interesse pelas questões mais sociais no sentido do dia-a-dia, ligado às questões das mulheres, e às questões de raça também. Era algo que me inquietava muito desde a graduação. A condição de ser estrangeira era uma coisa muito forte para mim – por causa da minha trajetória – nos lugares que eu transitei. Apesar de não ser estrangeira de verdade, sempre com uma sensação de ser alguém de fora. Então isso me causava um incômodo e também suscitava buscas nesse sentido. Depois, fui focando mais na questão do feminismo e a questão política. A participação política para mim foi importante, a militância...

**TP:** Você se envolveu com algum movimento durante essa trajetória?

**YGS:** Sim. Vocês sabem que a minha graduação foi na Bélgica, então eu estava em um contexto muito diferente. Eu já tinha ficado dezoito anos fora do Brasil antes de voltar, e dentro desses dezoito anos tinham seis anos de graduação na Bélgica. Foi nesse momento que eu fui aprofundando essa experiência universitária e, necessariamente, com questões locais.

Na Bélgica, a questão da imigração era muito forte: a população magrebina, as pessoas do Leste Europeu estavam começando a chegar também, e os estudantes africanos. Na época, eram do ainda chamado Zaire, mas era a República Democrática do Congo atual, um dos principais países em que eu

tinha amigos no meu cotidiano, realmente pessoas com quem eu convivi. E eu na minha condição de totalmente estrangeira na Bélgica, porque eu sou uma mistura entre Brasil e Japão.

A Bélgica entrou nessa etapa da formação universitária porque eu tinha nascido lá, e era uma coisa muito por acaso que aconteceu entre meus pais, que se conheceram lá quando eram estudantes e também na condição de estrangeiros. Então sempre acho que essa trajetória meio — não sei nem como explicar — nômade, seja, em trânsito familiar: de atravessar, de atravessamentos, de travessias.

Minha mãe saiu do Japão e foi para Vladivostok, atravessou a Sibéria — na União Soviética da época — e chegou na Europa. Foi uma travessia em grande parte de navio ou de trem. Só no finalzinho que foi de avião. Então eu acho que tem toda essa coisa de processo de deslocamento. Eu nasci no meio dessa trajetória da minha mãe, principalmente. Meu pai também: brasileiro que foi estudar na Bélgica.

E a condição feminina, porque minha mãe parou de estudar depois que engravidou de mim. Foi uma coisa muito forte para mim ter ouvido isso durante a minha infância. Porque minha mãe parou de estudar quando meu pai continuou? Ele fez a carreira dele, e minha mãe de uma maneira muito natural se dedicou à educação das filhas e ao trabalho doméstico, a esse cuidado familiar durante um bom tempo, até ela romper com isso.

**TP:** Dentro da sua trajetória no início da graduação, na Bélgica, você já começou seus estudos dedicados ao gênero? Foi ali, ou na pós-graduação? Como foi essa passagem dos primeiros anos de vida acadêmica?

**YGS:** Começou com o feminismo, o meu interesse pelo feminismo. Com começar a ler Simone de Beauvoir e outras feministas francesas. Eu me lembro de Benoite Groult, e algumas que na época ainda eram lidas e que me estimularam muito. Tinha um pequeno

### Akino Takeda

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

### Caio Jardim-Sousa

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

### Marcos Martins Ribeiro Jr.

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

**1** A IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi sediada em Pequim no ano de 1995. Mais de 180 governos e 2000 ONGs estavam presentes. O grande tema que norteou a conferência foi igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres.

**2** O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER) é uma parceria entre os governos brasileiro e japonês estabelecida em 1974, com interesses em expandir a fronteira agrícola brasileira para o Cerrado, providenciar o desenvolvimento econômico regionalizado e retomar as importações japonesas de soja após a crise de 1972 e o embargo de 1973. Sua atuação social inicial se deu nos municípios mineiros de Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu.

movimento, não muito grande, e principalmente depois que eu entrei em um grupo pequeno de esquerda, o Partido Operário Socialista — que era trotskista —. Lá tinha um grupo que discutia a questão das mulheres. Não se falava muito em gênero não. Na verdade, na época, nas regiões francófonas não se falava em gênero ainda. Então era mais sexo, mulher, homem e essas relações sociais. Depois, na monografia eu queria saber como é no Japão. Tinha a influência da minha mãe, que já tinha retomado as atividades profissionais dela na Sociologia, e ela tinha participação em grupos feministas do Japão. Eu queria então conhecer mais, e de uma certa forma apresentar também no mundo ocidental. Neste contexto universitário belga eu achei que podia ser interessante. Então eu escrevi uma monografia sobre a questão política da família e do trabalho das mulheres no Japão.

**TP:** E na pós-graduação você continuou com a mesma temática também?

**YGS:** Sim, e quando eu estava no último ano de graduação pensei em como fazer para poder tocar o máximo, poder realmente dialogar mais amplamente sobre estas questões. Não ficar em grupos pequenos de militância. Isso era muito importante, mas para mim era algo como “precisa ser em uma dimensão muito maior, de massa” e aí pensei “tem que ser em universidades, principalmente em universidades públicas”. Já meu desejo de voltar para o Brasil era algo anterior a isso.

**TP:** Não abandonar o trânsito?

**YGS:** Exatamente, esse processo do trânsito tinha que acontecer até o Brasil. Não podia parar na Bélgica. Porque antes de ir para a Bélgica para estudar eu estava no Japão. Eu tinha vivido desde os últimos anos do Ensino Fundamental I até terminar o Ensino Médio. Então precisava realmente fazer essa travessia até chegar no Brasil.

**TP:** E para concluir os estudos aqui, terminar a trajetória.

**YGS:** Isso. Eu pensei que a única maneira então era — e que me mobilizava mesmo — vir para o Brasil, fazer a pós-graduação e entrar no meio acadêmico. Mas ao mesmo tempo eu sempre pensei que também era importante me introduzir no mercado de trabalho e saber como é me misturar. E por necessidade. Na verdade, claro que a gente é impelida por essas necessidades, mas era para além disso. Realmente, quando eu terminei a graduação achei importante mesmo sair do meio acadêmico e trabalhar, tentar ser contratada em uma empresa, enfim...

**TP:** Quando você retornou para cá e depois de ter trabalhado, quando você retornou para a vida acadêmica no Brasil, você continuou com o gênero? Se sim, quais foram as primeiras questões que saltaram para você dentro desse estudo da sociologia no gênero? Em comparação ao que você já viveu na Bélgica e estudando o Japão também.

**YGS:** Quando eu cheguei, eu tinha um olhar muito de uma pessoa dos países do Norte. Eu tinha uma ideia muito de desenvolvimento, de querer estudar nesta perspectiva do desenvolvimento social, na ênfase do social, mas com a perspectiva de gênero das mulheres. Procurar entender sobre o desenvolvimento dentro dessa articulação com as questões de gênero. E que na época era algo também muito debatido mundialmente no contexto internacional, porque quando tinha acabado de acontecer a Conferência Mundial de Mulheres de Beijing<sup>1</sup> eu tinha ido no Fórum das ONGs e realmente um dos temas era o desenvolvimento. Era muito uma perspectiva que, depois, eu vi que era de fora. Um modo de pensar o desenvolvimento dentro de uma postura bastante eurocêntrica.

**TP:** Era uma coisa muito da época também. Naquele momento tantas conferências internacionais, de ambientalismo, de gênero, nessa ideia de tentar a globalização, de olhar o mundo em perspectiva de forma global. Os parâmetros econômicos que eram estabelecidos, a classificação dos países, é muito evidente.

**YGS:** Sim. Para mim, eu queria muito trabalhar em um projeto que o governo japonês estava levando para frente no cerrado mineiro, e as imbricações na vida das mulheres locais. Quando eu pensava nessa questão do desenvolvimento era isso. Esse projeto era dentro de um financiamento do governo japonês — junto com o Brasil, evidentemente —. Mas era e ainda existe: o PRODECER. Essa perspectiva de o governo japonês ajudar, dentro da cooperação internacional. Para mim o que importava muito era o que essas participações internacionais envolviam no cotidiano da população local, principalmente as mulheres e as relações de gênero. Como isso ia se modificando e se transformando, se implicando. Então essa era a minha primeira ideia: mas isso modificou (por questões pessoais). Minha dissertação foi sobre a institucionalização das questões envolvendo gênero, mas com a participação do movimento feminista local. No caso, era o de São Paulo. Eu desloquei, na verdade, meu campo de estudo para uma questão mais da trajetória do movimento feminista no Brasil e como isso foi levado para a institucionalização, um enquadramento que estava na época muito dentro dessas preocupações de formalizar e publicizar as questões envolvendo as mulheres e o gênero.

**TP:** Quando você chegou na UFMG e você foi aprovada no concurso, e começou a dar aula, o que você sentiu que estava acontecendo aqui? Qual o terreno que você começou a tatear em termos de estudos de gênero, tanto dentro da Sociologia quando da própria FAFICH como um todo? O que você sentiu em termos da presença dos estudos de gênero neste primeiro momento aqui?

**YGS:** Eu achei que era muito feliz. Porque pelo menos a FAFICH — de maneira mais ampla, mas

também no curso de Ciências Sociais — já tinha um corpo docente existente que já estava com outras professoras, outras colegas que já trabalhavam com gênero na Antropologia, na Ciência Política, e também na Sociologia no passado com a Neuma Aguiar — ela tinha também sido uma pessoa importante aqui nesse meio para trazer essa discussão de gênero —. Então eu acho que já existia algo. Pelo menos eu não ia começar do zero. Já tinha diálogo, já tinha terreno, e eu acho que foi ótimo porque quando eu comecei a fazer pós-graduação na USP, na época falar de gênero era algo meio exótico. Eram estudos que quem se engajava em pesquisa de gênero era algo como “então vamos lá tentar fazer um estudo bem marginal na academia, na Sociologia”. E precisava ter uma certa insistência. Não era um terreno de conforto.

**TP:** Se entrasse em uma pesquisa era mais como uma perspectiva, uma aba dentro de um tema maior, um trabalho? Nunca era o foco central de pesquisa?

**YGS:** Exatamente. Então eu achei muito diferente. Claro que já no doutorado eu senti uma mudança. Já se falava muito mais e eu também, na minha perspectiva em relação ao campo e aos estudos, já tinha uma mudança no sentido realmente para mim de deslocamento. Eu acho que eu me desloquei totalmente nesse sentido. Já não tinha aquele olhar de alguém que quer “entender o Brasil”, mas de ser membro dessa sociedade e que, então, vai fazer um trabalho de campo. Não só entender essa questão mais estrutural das instituições, mas finalmente a perspectiva mais de interação. Da Sociologia no sentido de entender o cotidiano das mulheres dentro de um tema mais es-



Ingrid Sá Lee

pecífico, que era sobre as mulheres chefes de famílias monoparentais. Eu senti esse deslocamento mesmo e eu acho que quando eu vim para cá também tanto eu quanto os estudos de gênero se deslocaram no sentido de se enraizar. Se enraizou. De repente aconteceu meio em conjunto.

**TP:** E você sentiu que quando da sua chegada e a sua introdução dos estudos aqui, as suas primeiras disciplinas, você sentiu que os estudantes também já estavam tanto envolvidos quanto os docentes? Porque já havia professores que pesquisam. Mas você sentiu que os estudantes também estavam engajados, motivados, procurando alguma disciplina, um professor para orientar de gênero?

**YGS:** Totalmente. Eu acho que tinha, nesse sentido, mais demanda do que o que já existia. Acho que tinha mais demanda. Ainda talvez ainda, eu vejo assim. Hoje, cinco anos depois que já estou aqui, eu sinto que quase que deve ser uma disciplina obrigatória, o gênero.

**TP:** Bastante demanda?

**YGS:** É, não é só demanda. Mas, realmente, pela necessidade de entender o mundo a partir de um olhar trazido pelas relações de gênero, me parece muito importante.

**TP:** Você teve um respaldo positivo da introdução dos estudos de gênero na graduação também?

**YGS:** Sim. Tanto que eu acho que o grupo de estudos que eu coordeno com a professora Érica Renata de Souza, da Antropologia, é um pouco manifestação disso. Porque o grupo já existia antes de eu chegar, mas de lá para cá eu acho que a gente mantém. O grupo existe, sempre se renova, sempre tem temas a trabalhar, os temas não se esgotam — muito pelo contrário —, a gente traz muitas ideias. Então eu vejo que gênero é realmente um campo epistemológico fundamental que atravessa disciplinas, então é necessário ter uma compreensão social.

**TP:** Desse caráter fundamental da disciplina de gênero, você pode dizer que surgiu uma necessidade

de fazer um dossiê, um capítulo de uma revista de graduação sobre o tema de gênero? Você sentia que faltava?

**YGS:** Abrir o máximo de espaço possível: eu acho que essa é a ideia. Ofertar disciplinas envolvendo gênero, feminismo, eu acho que foi o primeiro passo. Disciplinas optativas. E a partir daí o grupo de estudos. Quanto mais melhor, porque também as abordagens podem ser muito diferentes. E que devem ser também tratadas de maneira multidimensional. Tem também as orientações. As pesquisas que são trazidas. Mas, publicações, eu acho que realmente também é um outro canal. Claro que a gente tenta também abrir outros espaços de discussão, mas publicação é o que fica, o que é palpável, circula, suscita debate. É justamente aquela coisa de multiplicar as ideias.

**TP:** Na disciplina de Sociologia do Gênero você falava sempre que temos que levar um pouco para frente aquilo que fazemos. Os trabalhos que fazemos também dentro das disciplinas suscitam discussões que depois se estendem para um artigo. Você sempre falava dessa necessidade de não esquecermos o que produzíamos porque sempre saíam coisas boas, e se nos esforçássemos poderíamos continuar.

**YGS:** Claro. E como era todo um processo reflexivo por etapas, às vezes a gente pode não estar contente com o que saiu na hora, mas depois é realmente todo um processo que a gente vai levando. E eu acho que publicação é uma etapa disso, o que permite um momento dessa reflexão. Aí a ideia de que seja assim, para a Revista Três Pontos, para a graduação de Ciências Sociais. É um pouco essa ideia também de desde a graduação poder se expressar na escrita e suas reflexões.

Debate-se bastante. Até que não são poucos os espaços de debate de gênero, feminismo e até outras questões relacionadas, interseccionadas: raça, geração, sexualidades. Mas eu acho que para a graduação tem sentido como um tema. Não só isso, porque não tem tanta essa coisa de que seja algo que deve ser feito somente no momento mais adiantado das etapas acadêmicas.

**TP:** Permitir um espaço também de participação dos graduandos. É importante ter isso.

**YGS:** Mais espontâneo, talvez, e traz aí outra coisa: é que os alunos da graduação trazem o que nós — que já estamos nesse campo — não enxergamos, o que a gente não sabe, que é novidade para a gente. Questões também que, já tratadas desde muito tempo, são retomadas então. Para vocês também, alunos da graduação, ter um espaço de saber quem está dialogando com isso, quem está querendo estudar isso, quem está querendo escrever sobre isso é legal. Criar comunidade.

**TP:** No final das contas, a academia e a universidade são isso. São redes de pesquisas, redes de estudo, e não tem como perder isso. Não perder esse

caráter. Você acaba estabelecendo relações ali, conhecendo um professor também, conhecendo outros estudantes que estão no mesmo espaço que você, na mesma etapa que você, e de repente você topa com um artigo de um colega seu que você nem imaginava que estava pesquisando aquilo!

**YGS:** Tem que ser o menos solitário possível. Surpresas assim, que nem imaginava, ou então alguém que não pensava em escrever algo dentro dessa área, mas que suscitou alguma oportunidade para articular com outro tema de trabalho. Enfim, ir expandindo mesmo. Desdobramentos assim que são possíveis.

**TP:** E por que a ideia de um dossiê de gênero? Já existe a Revista Três Pontos, que já está aí a um bom tempo, mas por que essa necessidade de fazer um dossiê de gênero, de fazer esse espaço específico para pessoas interessadas na temática? Por que em uma revista de graduação um dossiê de gênero?

**YGS:** Eu acho que para criar comunidade. Acho que é um pouco isso. Acho que essa é uma ideia bastante importante, central. Mas só para falar de onde surgiu, é da disciplina Sociologia do Gênero, que eu dei no segundo semestre de 2014. Eu vi os trabalhos que vocês entregaram. Como eu falei e comentei na época, havia muitos trabalhos interessantes. Não é porque ali naquele momento tinha trabalhos interessantes, mas vocês fazem trabalhos e daí me ocorreu que seria interessante que, a partir de uma primeira escrita, possa ser um impulso para pensar em uma escrita que vocês vão pensar no formato de publicação, e um dossiê sempre possibilita pensar “ah, vou então trabalhar este texto que está mais ou menos esboçado, que foi entregue como um trabalho de disciplina, mas que pode ser retrabalhado no formato de publicação e dar visibilidade, poder realmente colocar mais na roda.” Eu acho que era isso, assim.

**TP:** Tem sempre essa possibilidade, porque às vezes em uma disciplina ou depois de fazer um trabalho a gente não sabe muito bem o que fazer dali. Às vezes a gente gostou tanto de fazer algo, mas não sabe que continuidade vai dar, se essa continuidade vai servir para alguma coisa. E muitas vezes, na maior parte das vezes, a gente não tem um *feedback* sobre “olha gente, isso aqui dá para ser aprofundado, se aprofundar vira um artigo muito bom, dá para fazer”. Mas também o papel da disciplina é não só formar em termos de conteúdo, mas também poder ser um espaço para a gente produzir, poder pesquisar, ter o auxílio e o apoio de um professor na hora. Eu acho que isso ajuda mais ainda na trajetória da graduação.

Eu queria ver com você também o que que você pensa sobre o dossiê ser interdisciplinar, de trazer reflexões de diversos campos das ciências humanas, mas também ter um pouco de fotografia, de cinema, de manifestos políticos e essa transversalidade de saberes que tem neste dossiê.

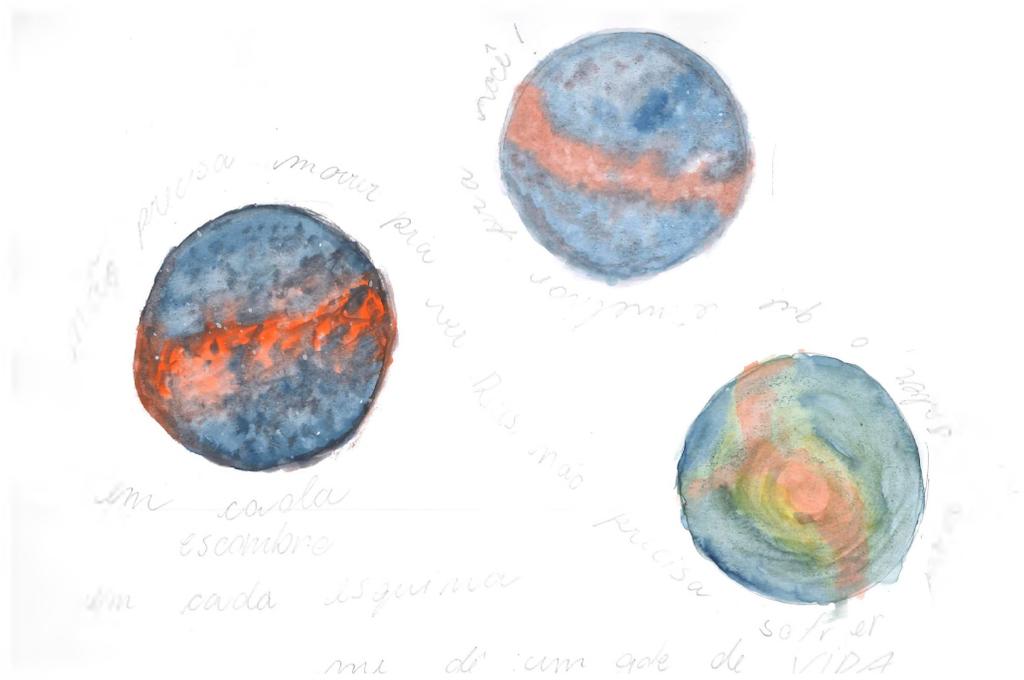
**YGS:** Eu acho fundamental isso. Para qualquer

coisa da academia — das Ciências Sociais mais especificamente —, dialogar com outros recursos visuais, ou artísticos, ou sonoros ou de expressão teatral e performática. Quanto mais eu acho que puder, também, articular e comunicar com outros recursos. Eu acho que requer nos estudos de gênero especificamente falando. Primeiro, que é interdisciplinar. Não existe disciplina que estuda gênero. É absolutamente atravessando todas as disciplinas das ciências humanas, fundamentalmente. E a partir daí é quase como uma necessidade, um fórum que demanda, que vai gerando e suscitando e provocando essas conexões. Então eu acho que é isso que é bacana mesmo, eu acho que fica mais legal.

TP: A interdisciplinaridade contribuiu e a revista

sai com uma riqueza muito maior de informações. Acho que é uma proposta muito boa do dossiê justamente essa transdisciplinaridade, e poder também trazer diversas formas de conhecimento. A proposta é muito boa e queria agradecer por você ter dado essa entrevista também. Agradecer pela proposta e tocar o dossiê também.

YGS: Na verdade, eu também agradeço à equipe. Eu vim com a ideia, mas vocês abraçaram a ideia do dossiê, e vocês que mobilizaram. A comissão editorial da revista também. Então, se eu não tivesse tido essa colaboração, realmente não teria sido possível, então isso que é legal e estou adorando por causa disso. Porque a gente está podendo fazer um trabalho em conjunto. Para mim, é ótimo.



Amanda Trindade Diniz

# Ilustradoras

## Amanda Trindade Diniz

Ilustra as páginas 74

Graduada em Ciências Sociais pela UFMG. Coursou um semestre de intercâmbio na Argentina em Artes Combinadas na Facultad de Artes, Diseño y Ciencias de la Cultura da Universidad Nacional del Nordeste – UNNE/AR. Desenvolve estudos voltados para a área de arte educação.

## Dani Sá

Ilustra a capa

Paraense, ilustradora e designer têxtil. Utilizo técnicas manuais nas minhas ilustrações: pinto, bordo, costuro, rabisco. Pesquisa traços ancestrais africanos e os traduzo para uma linguagem feminina e contemporânea.

Minha página <https://www.behance.net/danisa> e Instagram @souldanisa

## Ingrid Sá Lee

Ilustra a capa e as páginas 4, 6, 28, e 74

(Ing Lee) é artista plástica belorizontina, de ascendência mista norte-coreana e brasileira (portuguesa e alemã). Nascida em 95, possui deficiência auditiva de grau moderado-severo e faz uso de aparelhos auditivos; seu irmão caçula é autista, e milita também pela causa das pessoas com deficiência. Estudante de Artes Visuais pela UFMG e pesquisa a relação dos brinquedos numa sociedade globalizada, sob o recorte do softpower do pop japonês e a reprodução em massa do Made in China; atualmente é bolsista de um projeto de extensão chamado "ArTEA - Práticas artísticas com crianças no espectro autista".

## Luiza Nery

Ilustra a página 37

mineira, de Belo Horizonte e graduanda em Artes Plásticas pela UEMG – Escola Guignard.

A mais nova mulher numa família de quatro, sempre teve as questões do imaginário feminino povoando sua produção artística. Passou cerca de 8 anos praticando e estudando espiritualidade, filosofia oriental e processos de cura antes de se reconhecer nas artes visuais. Nesse reencontro tem compreendido o valor dessas experiências e discutido isso em seu trabalho. Mais recentemente vem aprofundando sua pesquisa na cerâmica, performance e linguagens tridimensionais para falar de pessoas, cultura regional, ancestralidade e dos lugares da mulher enquanto potência criativa e transformadora de espaços e emoções.

## Maíra Lima

Ilustra as páginas 13, 19, 49, 62

Estudante de Artes Visuais pela UFMG.

Atualmente desenvolvo trabalhos com colagem e desenhos a partir do papel carbono, trazendo quase sempre um pouco de ironia nas imagens.

## Prisca Paes

Ilustra as páginas 23 e 32

Graduada em Artes Plásticas pela UEMG – Escola Guignard.

Mutante. Inquieta. Revoltada. Seu primeiro contato com as artes foi através do Teatro. Estudou Design pelo Senai – CECOTEG. Tem muito apreço pela arte urbana, vez ou outra sai pra colar uns lambs. Tem como respiro a arte educação, já trabalhou em espaços expositivos e como educadora de artes visuais da ONG Corpo Cidadão. Foi integrante e fundadora do extinto Coletivo ZiNas. Uma das criadoras e colaboradora da Casa2 – ateliê criativo. Além de idealizar juntamente com a design de moda, Lorena Santos a Criativas – feira de mulheres empreendedoras. Meu portfólio on-line: <http://priscapaes.webnode.com/>

# Nominata

Agradecemos àqueles/as que atuaram como pareceristas no número 13, volume 1, Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos artigos.

Carla Luzia de Abreu (UFG)	Laura Martello (UFMG)
Clara Cazarini Trotta (UFMG)	Lázaro Castro Silva Nascimento (UFPA)
Clarisse Goulart (UFMG)	Mirela Marin Morgante (UFES)
Debora Breder (Universidade Católica de Petrópolis – UCP/RJ)	Nathalie Reis Itaboraí (UFJF/UERJ)
Ediane Lopes de Santana (UNEB)	Nzinga Mbandi (UFBA)
Eduardo Moreira (UFMG)	Paula Rita Gonzaga (UFMG)
Erica Dumont Enfermagem (UFMG)	Priscila Carvalho (UFMG)
Felipe Baere (UnB)	Sabrina Deise Finamori (UFMG)
Felipe Moreira (UFMG)	Sandra dos Santos Andrade (UFRGS)
Gilmara Silva Souza (UFMG)	Silvana Aparecida Mariano (UEL)
Haudrey Germiniani Calvelli (UFV)	Suelen Alves dos Santos (UFMG)
João Paulo de Lorena Silva (UFMG)	Thais Faria Castro (UFBA)
Johanna Monagreda (UFMG)	Thiago Coacci (UFMG)
Jonas Carvalho (UnB)	Vitor Costa (UFMG)
Karla Bessa (Unicamp)	Wânia Pasinato (USP/ONU Mulheres no Brasil)
Laís Patrocino (PUC-MG)	